ADM

conjuntura econômica

ANO XIX - N.º 10 - OUTUBRO 1965
CRS 500

ndústria e comércio de PETRÓLEO
derivados

xportação de algodão

revisões sôbre a
conomia mundial



fundação getúlio vargas



a emprêsa é uma rosa, é uma rosa, mas... e os espinhos?

...espinho é saber recrutar mão-de-obra, selecionar, treinar, estabelecer justa remuneração, avaliar cargos e funções, administrar o pessoal. A racionalização dessas questões pelo Prof. Tomás de Vilanova Monteiro Lopes resultou no livro PROBLEMAS DE PESSOAL DA EMPRÊSA MODERNA, ilústrado de exemplos práticos e enriquecido de selecionada bibliografia sôbre o tema. Uma edição da

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

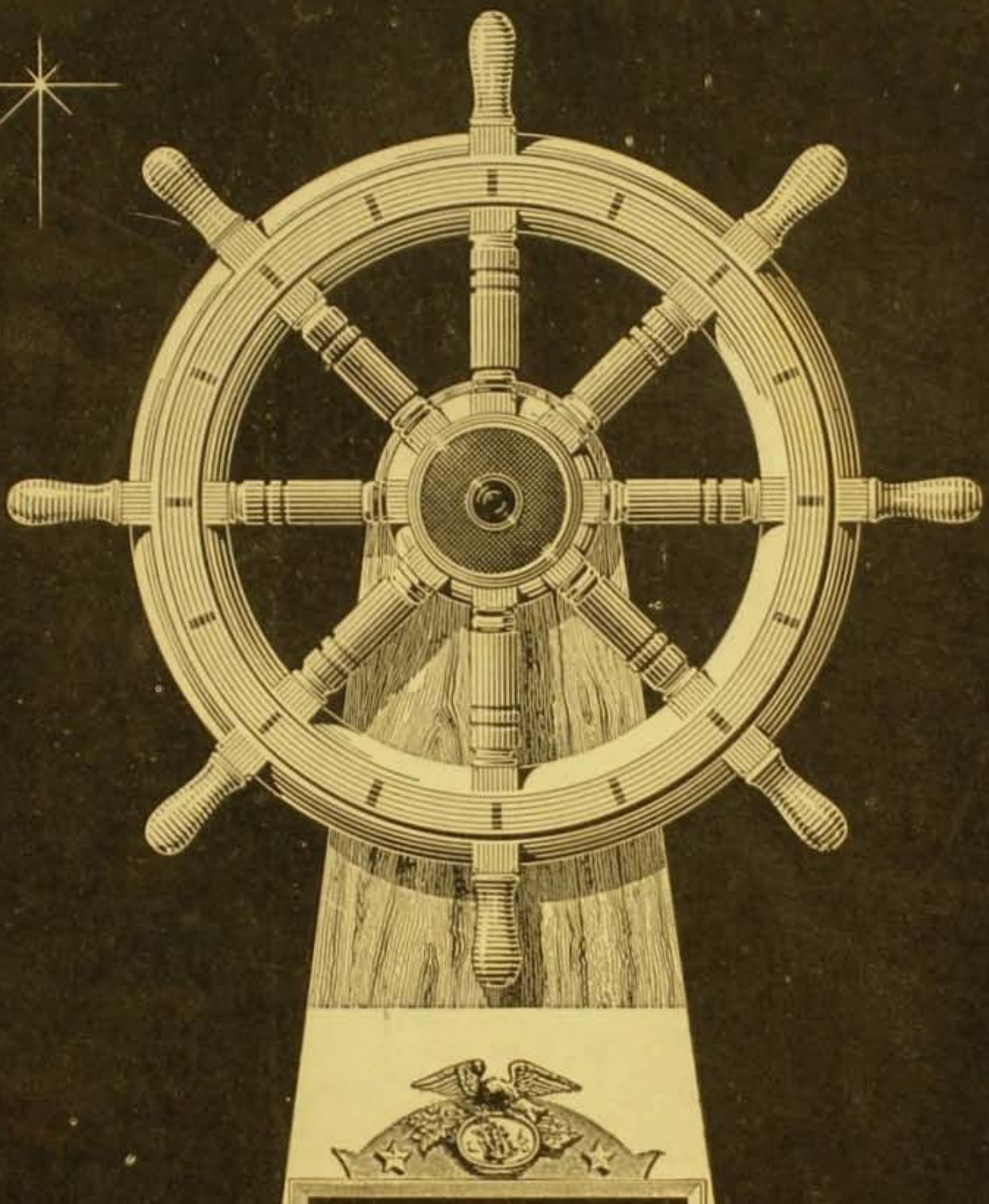
serviço de publicações

Praia de Botafogo 186, ZC-05, C. Postal 4081, Rio – GB

ATENDEMOS PELO REEMBÔLSO

ADM
COMPROVANTE
DE

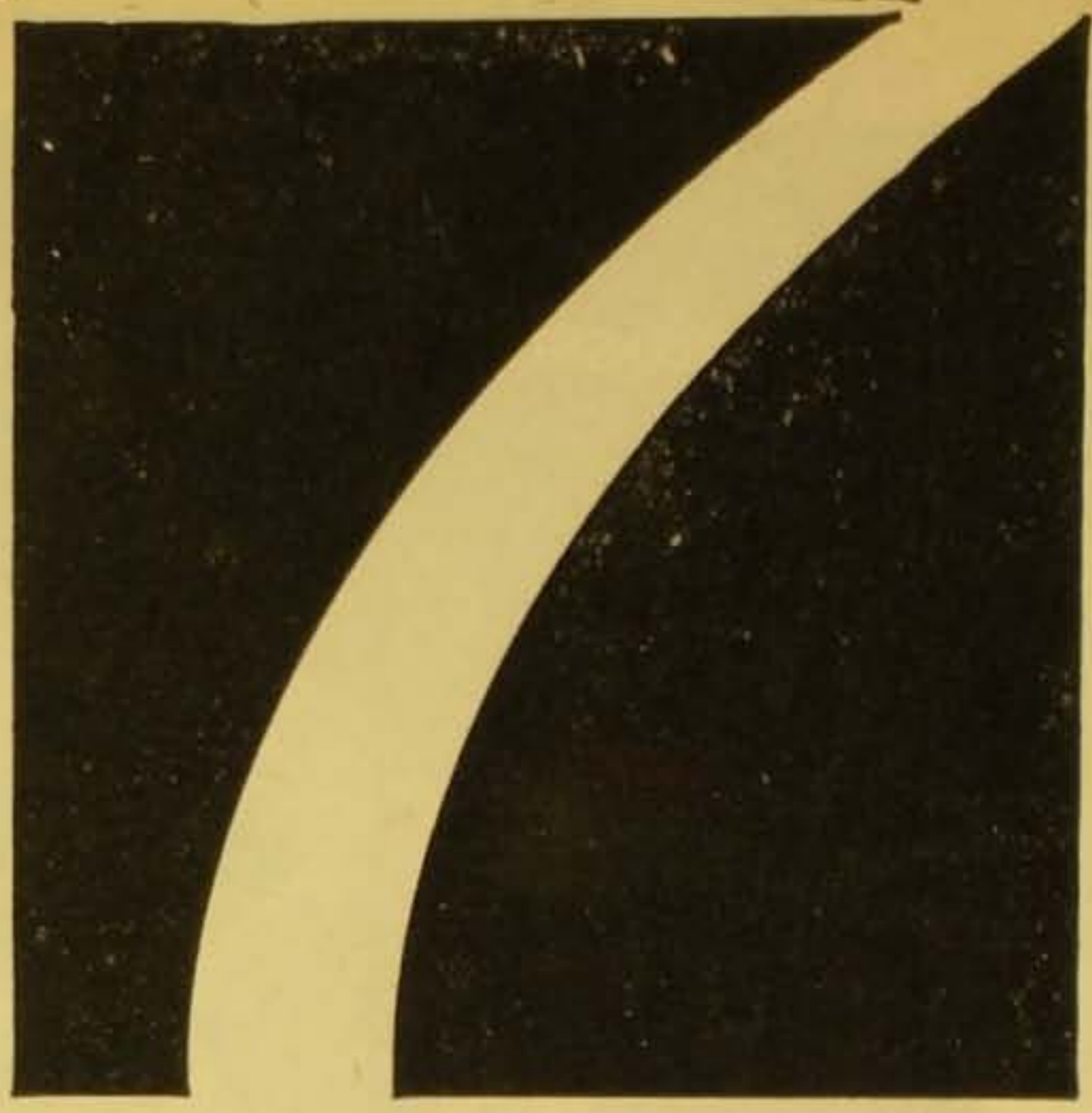
nosso rumo é a sua segurança



The FIRST NATIONAL
BANK *of* BOSTON
★ *Fundado* 1784 ★

RIO DE JANEIRO - Av. Rio Branco, 18
SÃO PAULO - Rua Libero Badaró, 487
SANTOS - Praça Visconde de Mauá, 14
CAMPINAS - Av. Francisco Glicério, 1275

SOMOS



... Sim, somos sete revistas técnicas da Fundação Getúlio Vargas, à sua disposição, divulgando o resultado de pesquisas e trabalhos nos seguintes campos: Economia, Ensino, Direito Administrativo, Psicotécnica, Direito Público e Ciência Política, Administração (Pública e de Emprêsas):

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRÊSAS — 4 números por ano. Meus assuntos principais são: planejamento, organização e contrôle — práticas correntes de administração — orçamento — pesquisa de mercado — potencial de vendas — contrôle de produção e de qualidade, etc.

CONJUTURA ECONÔMICA — 12 números por ano: EDIÇÃO NACIONAL. Analiso mensalmente a situação econômico-financeira do País. EDIÇÃO INTERNACIONAL — Versão inglêsa da edição em português, para conhecimento da economia brasileira no exterior.

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA — 4 números por ano: Trato de estudos econômicos da atualidade. Renda Nácional — Bibliografia.

ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA — 4 números por ano: Informo sôbre Seleção e Orientação Profissional e Psicotécnica. Bibliografia.

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO — 4 números por ano: Publico Jurisprudência dos Tribunais e Administrativa (inclusive fiscal). Pareceres, Doutrina, Notas e Comentários, Legislação, Bibliografia.

REVISTA DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIA POLÍTICA — 3 números por ano. Sou um órgão informativo de assuntos políticos, jurídicos e sociais.

CURRICULUM — 2 números por ano: Ensino médio. Destino-me a professôres e trago artigos sôbre didática, métodos audiovisuais, etc.

Vendas, publicidade e assinaturas:

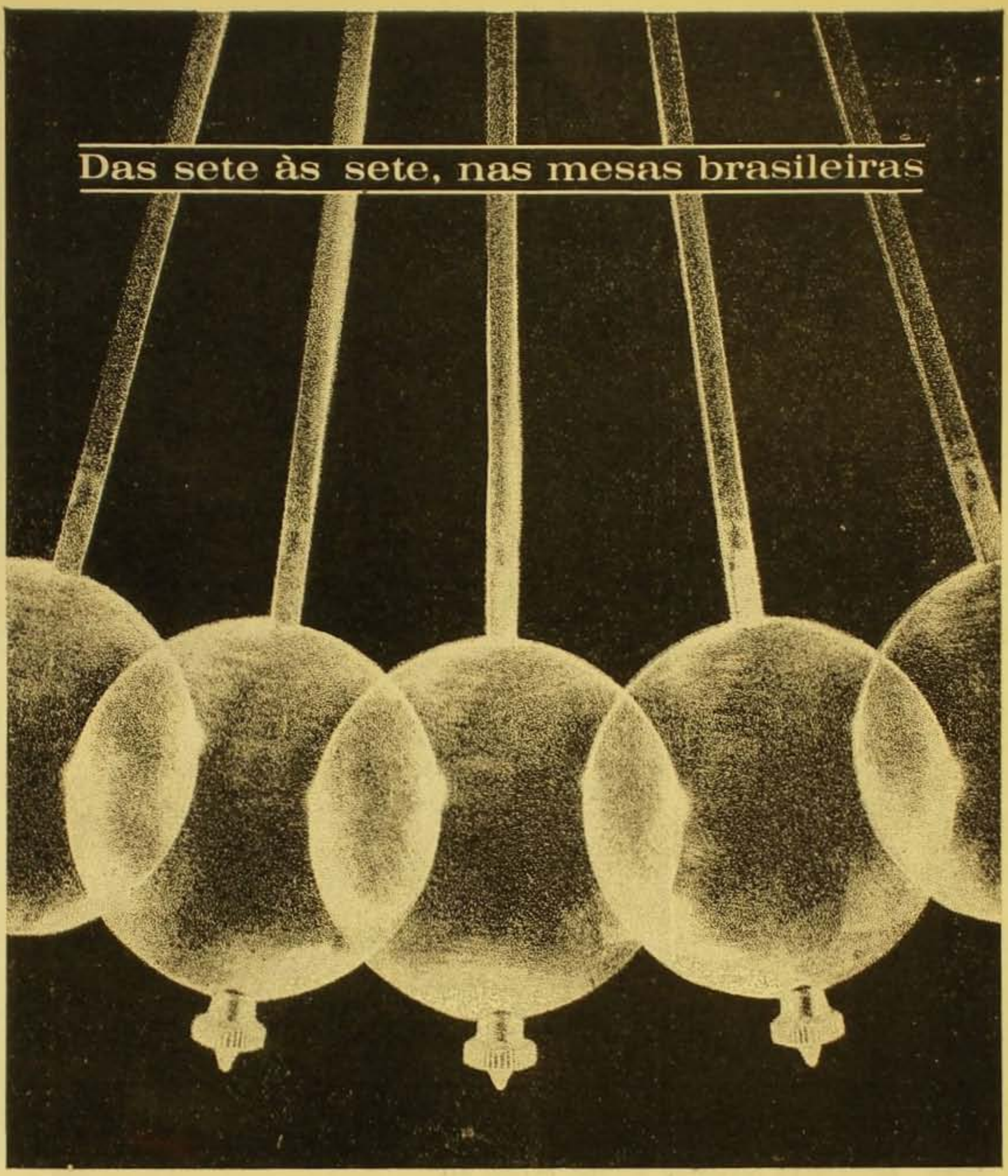
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

serviço de publicações

EDIÇÕES

praia de botafogo, 186 (ZC-02) - Caixa Postal 4081 - ZC-05

Rio de Janeiro, Gb.



Às cinco, o hábito elegante — Chá Tender Leaf que o Brasil exporta. Na sobremesa, os pudins e gelatinas Royal. Pão a tôda hora: Fermentos Fleischmann.
Presença constante da Fleischmann-Royal nas mesas brasileiras. Cinco fábricas (Petrópolis, Jundiaí, Conchal, Registro, Escada). Qualificação de operários. Bôlsas para engenheiros. Mais técnicos no País. Formação de panificadores nas Escolas Fleischmann.
Modernos métodos e técnicas. Já está na mesa? Temos orgulho de estar presentes.

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS FLEISCHMANN E ROYAL LTDA.

Melhor Alimentação... para Melhor Saúde

SBB-770

SÓDA CÁUSTICA LIQUIDA

ÁCIDO CLORÍDRICO

HIPOCLORITO DE SÓDIO

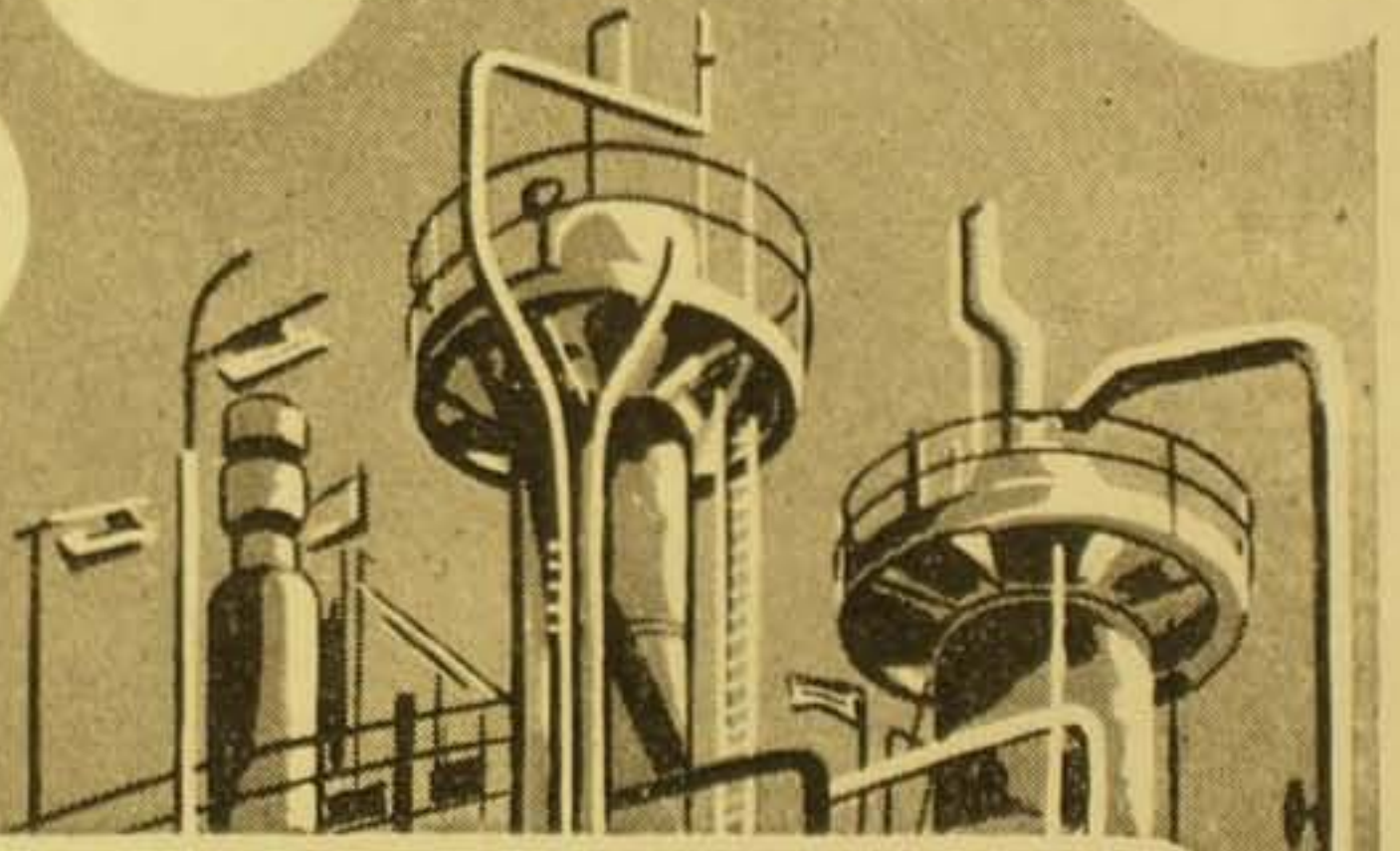
ÁCIDO CLORÍDRICO P.A.

HIPOCLORITO DE CÁLCIO

PERCLORE-TILENO

CLORO LIQUIDO

TRICLORE-TILENO



Produtos de

INDÚSTRIAS QUÍMICAS ELETRO CLORO S/A

Representantes Exclusivos

CIA. IMPERIAL DE INDUSTRIAS QUIMICAS DO BRASIL

São Paulo: Rua Cons. Crispiniano, 72

9.º and. - Fone 34-5106

Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 333

9.º and. - Fone 22-2141

Agentes em todo o Brasil

ELCLOR



aços rápidos • aços para trabalhos a quente • aços para trabalhos a frio • aços carbono • barras forjadas e laminadas • blocos anéis • peças especiais • blocos de matrizes para drop-forjarias

FUNDIÇÃO ELÉTRICA • FORJARIA • LAMINAÇÃO

VILLARES

AÇOS VILLARES

O MÁXIMO EM QUALIDADE

SÃO PAULO • RIO DE JANEIRO • BELO HORIZONTE • PÔRTO ALEGRE • RECIFE • JOINVILLE • CAMPINAS

no BRASIL, a "casa" da

UNESCO

é a FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

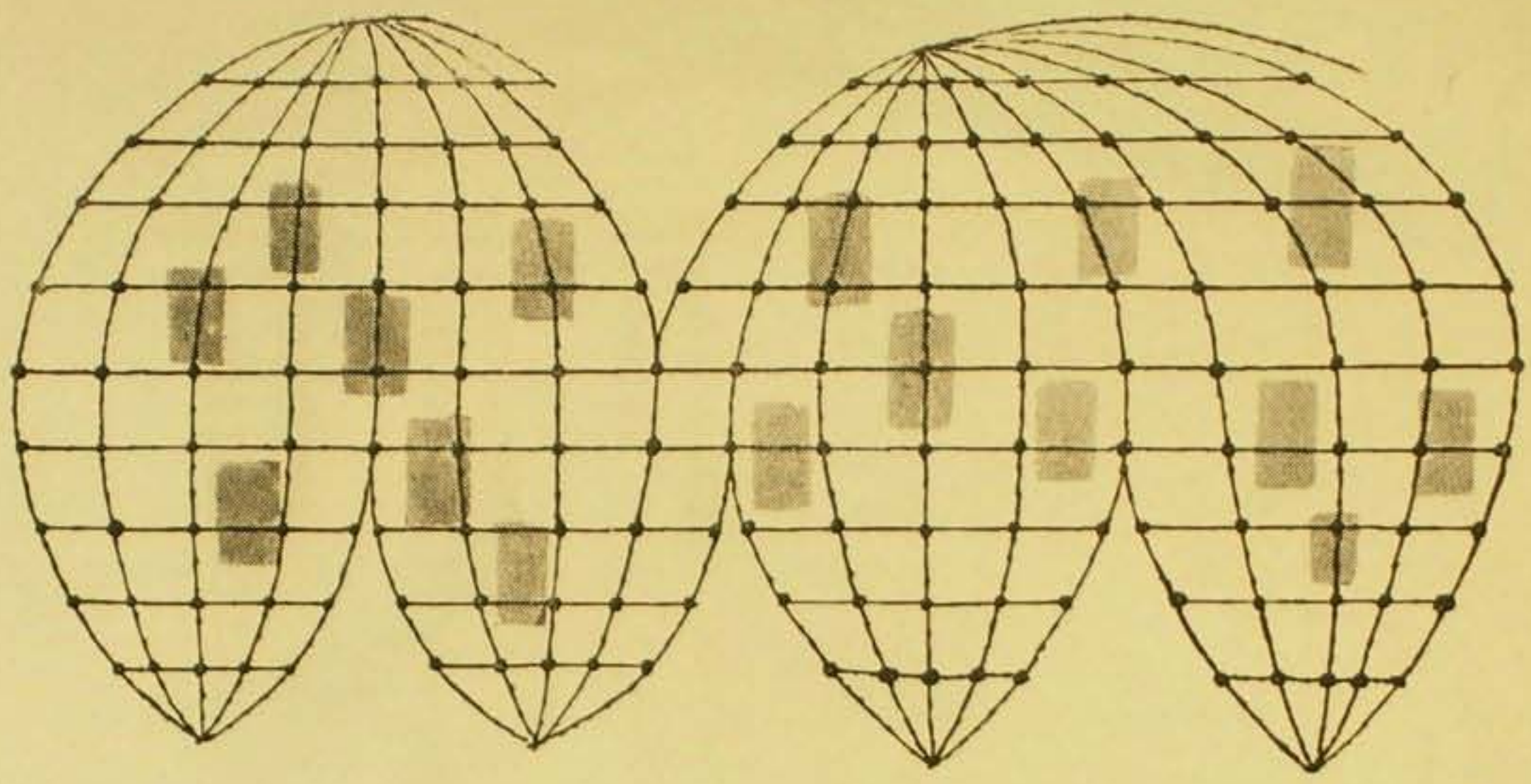
O educador e o estudante, o cientista e o técnico, todo aquêle que acompanha a evolução da educação, da ciência e da cultura, encontrará nas publicações da UNESCO uma inestimável fonte de informações e uma assessoria técnica segura.

ATENDEMOS PELO REEMBOLSO POSTAL

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS NO BRASIL
DAS PUBLICAÇÕES DA UNESCO

praia de botafogo 186 - gb.
c. postal 4081 - brasil

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
serviço de publicações



UMA RÊDE A SEU SERVIÇO

Você se torna cliente do City Bank. Passa a dispor de uma completa e moderna organização bancária, com mais de 150 anos de experiência internacional. Seus negócios passam a contar com a vasta rêde de filiais e correspondentes do City Bank — rêde que cobre os principais centros comerciais do mundo. E, some a isso cortesia, eficiência, pontualidade. No Brasil, há 50 anos: 11 filiais.

O Brasil precisa exportar mais. Isso é fundamental para a economia do País. Com sua rêde mundial de filiais e correspondentes, o City Bank encontra-se em posição ímpar para prestar os melhores serviços aos exportadores.

FIRST NATIONAL CITY BANK

NEW YORK

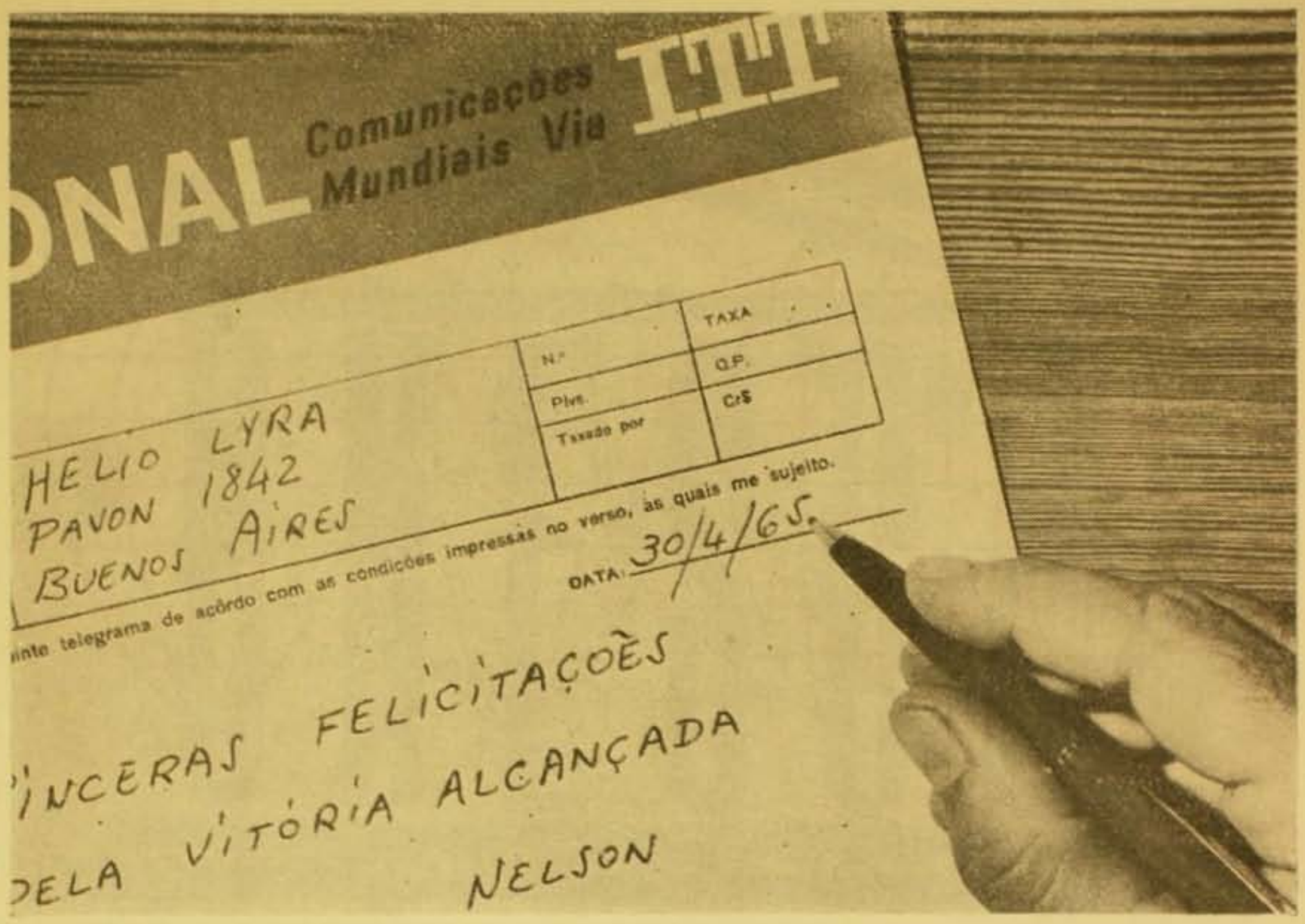
ASSOCIADO AO PROGRESSO ATRAVÉS DO MUNDO

FIRST NATIONAL CITY BANK · NEW YORK ·

Fundado em 1812 — No Brasil desde 1915

71.199

Belo Horizonte • Brasilia • Campinas • Curitiba • Pôrto Alegre • Recife • Rio de Janeiro • Salvador • Santos — São Paulo: Av. Ipiranga, 855 - Praça A. Prado, 48



Em nosso trabalho havia ITT ...e sempre haverá!

O nome da Radional está no Brasil desde 1930. O nome e o trabalho. O trabalho e a equipe. Uma equipe no Brasil, tôda uma imensa organização pelo vasto mundo. A Radional é uma das 100 associadas da ITT (International Telephone and Telegraph Corporation), a maior organização mundial no campo das telecomunicações.

Sempre que você utilizou os serviços da Radional havia a ITT a seu serviço. Explicando o atendimento satisfatório, a rapidez e eficiência de serviço, a cobertura mundial que lhe oferecia a Radional, havia a ITT. Havia a ITT. Há. Sempre haverá. Esta é a suprema garantia que lhe pode dar a Radional. E identificando-a melhor, dentro do quadro internacional de serviços que lhe são prestados, você encontrará, de agora em diante, no formulário de seus telegramas pela Radional, esta indicação: via ITT. Que explica o passado da Radional. Que assegura a continuação de seus bons serviços. Que justifica sua tranqüilidade e confiança.

RADIONAL
Comunicações Mundiais Via ITT

EM INSTANTÂNEOS

Em agôsto as remessas de café do Brasil para o exterior foram de 1 367 840 sacas, contra 1 252 571 sacas em julho. Nos primeiros 8 meses dêste ano e do ano passado estas exportações atingiram 7 636 161 e 9 790 233 sacas, respectivamente (ver pág. 11).

* * *

Alcançaram Cr$ 40 bilhões as emissões de papel-moeda em agôsto. Dêstes 40 bilhões 6,4 ficaram retidos na caixa do Banco do Brasil, resultando um incremento de Cr$ 33,6 bilhões no saldo de papel-moeda em circulação (ver pág. 17).

* * *

As receitas e despesas do Tesouro Nacional, no período de janeiro a agôsto dêste ano, somaram, respectivamente Cr$ 1 771 e Cr$ 2 272 bilhões. A programação estabelecida para o período estimava a receita em 1 773 e a despesa em 2 294 bilhões de cruzeiros, prevendo um deficit de Cr$ 521 bilhões superior em 20 bilhões ao realizado (ver pág. 21).

* * *

O mercado de câmbio no período de 15/8 a 30/9/65 apresentou-se inalterado, mantendo o comportamento dos últimos meses, insensível às tentativas de oscilações oriundas do mercado financeiro (ver pág. 25.

* * *

A produção brasileira de algodão atingiu 474 mil t/ano no período de safras de 1960/1—1963/4 e a exportação, no qüinqüênio 1960/64 foi de 191 mil t/ano. O algodão contribuiu com parcela expressiva de nossa receita cambial: no período 1960/64 esta participação foi de 7,8% do total das exportações (ver pág. 77).

CONJUNTURA ECONÔMICA

REVISTA MENSAL EDITADA PELA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÔMICA

Fundador: RICHARD LEWINSOHN

EXPEDIENTE

Diretor: JOSÉ GARRIDO TORRES
Redator-Chefe: DENIO NOGUEIRA
Secretário: NEWTON LUIZ DO REGO
Corpo Redatorial: ALEXANDRE KAFKA, ALUIZIO B. PEIXOTO, BASILIO MARTINS, EDISON CEZAR DE CARVALHO, EDUARDO S. GOMES JUNIOR, ERNST MUHR, FELISBERTO CAMARGO, HELIO M. ESCOBAR, HENRIQUE DE CARVALHO GOMES, HERBERT FRIEDMANN, JOHN O. SCHROY, JORGE KINGSTON, MAURÍCIO CIBULARES, ORLANDO DE SOUZA, OSWALDO R. FRANCO, PAULO CORIOLANO TUNIS VIANA, PEDRO PAULO BARBOSA DA COSTA e TUPY C. PÔRTO
Correspondentes no Exterior:
Europa: RICHARD LEWINSOHN
E.U.A.: JORDAN YOUNG

REDAÇÃO:
Av. 13 de Maio, 23 — Sala 1 222
Telefone: 52-4601 — Rio de Janeiro

Publicada pela:
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
Diretor: LEOSTHENES CHRISTINO
Assistente da Direção: ARY M. CALDEIRA
Produção: DENIS POLICANI
Publicidade: MAURÍCIO PINHEIRO
Vendas: MURILO GUIMARÃES
Circulação: CARLOS PORTELA NUNES
Praia de Botafogo, 186 - Tel. 46-4010
Caixa Postal 4081 - Rio de Janeiro - GB

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta Revista, desde que seja citada a fonte.

Assinatura anual ..... Cr$ 5.000
Número avulso ou atrasado .... Cr$ 500

Composição e impressão:
GRAFICA EDITÔRA LIVRO S. A.
Rua Tepirapé, 74 — Rio - GB.

SUMÁRIO

ANO XIX — OUTUBRO/65 — N.º 10

A CONJUNTURA EM INSTANTÂNEOS 9

EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS
Café — maiores exportações 11
Moeda e crédito — expansão controlada 17
Mantidas sob contrôle as finanças da União 21
Mercado cambial — inalteradas as condições 25
Mercado de títulos — queda de preços em setembro 29
Mercado de empregos — acelera-se a recuperação 33
Emissões de capital — ainda elevadas as reavaliações 35
Insolvências — melhora a solvabilidade no Rio 39
Mercado imobiliário — mercado calmo 47

ESTUDO ESPECIAL
Balanços das companhias de seguros e de capitalização 53

INDÚSTRIA
Indústria e comércio de petróleo e derivados 61

COMÉRCIO
Exportação de algodão 77

FINANÇAS
Fundo federal de eletrificação 87

A CONJUNTURA NO ESTRANGEIRO
Previsões sôbre a economia mundial 93
Êxitos e fracassos do planejamento francês 99

ESCREVE O LEITOR 107

VÁRIAS NOTÍCIAS 111

ÍNDICES ECONÔMICOS 115

EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

CAFÉ — MAIORES EXPORTAÇÕES

Em agôsto as remessas de café do Brasil para o exterior foram de 1 367 840 sacas — a cifra mais alta verificada em um só mês no ano em curso. Êste movimento melhor de nossas exportações pode ser explicado pelo esgotamento das cotas de exportação dos demais países produtores participantes do Acôrdo Internacional do Café. Isto estaria a indicar que o Convênio começa a funcionar com razoável eficiência, dando ao Brasil a possibilidade de vender algo mais do que até agora. Terá contribuído também para a melhoria de nossas vendas o fato de se terem elevado gradativamente, a partir da 1.ª quinzena de agôsto, os preços dos cafés despolpados latino-americanos e dos robustas, enquanto os dos cafés brasileiros do estilo Santos registraram ligeira baixa, conforme se pode ver no QUADRO, feito com os dados divulgados pela Carta Semanal do Bureau Pan-Americano do Café, relativos ao mercado do disponível de Nova York.

Caso esta tendência das cotações venha a acentuar-se, os cafés brasileiros poderão recuperar sua

MERCADO DO DISPONÍVEL DE NOVA YORK
(em cents de dólar por libra-pêso)

Procedências	Datas 29-7-65	Datas 31-8-65	Diferença
ARÁBICAS			
Brasil			
Santos tipo 2/3	45,38	45,00	—0,38
Santos tipo 4	45,13	44,75	—0,38
Paraná tipo 4	43,63	42,38	—1,25
Colômbia			
Mams	47,25	50,00	+2,75
El Salvador			
Padrão central .	44,63	46,38	+1,75
México			
Lavado de 1.ª .	44,63	46,38	+1,75
Etiópia			
Djimma	44,25	44,38	+0,13
ROBUSTAS			
Angola			
Ambriz n. 2-AA	35,63	37,75	+2,12
Uganda			
Padrão nativo .	35,25	37,38	+2,13

capacidade competitiva e será razoável contar com maiores vendas de nosso produto nos mercados livres.

Em agôsto e nos 8 primeiros meses do ano, dos últimos 5 anos, as remessas de café brasileiro para o exterior foram as seguintes:

Anos	Agôsto	Janeiro/agôsto
1961	1 965 013	10 697 402
1962	1 313 271	10 181 315
1963	1 774 726	11 873 769
1964	1 217 538	9 790 223
1965	1 367 840	7 636 161

Recentemente o IBC divulgou que as exportações de café brasileiro durante a safra terminada a 30 de junho último foram de 12 416 278 sacas, no valor de 663 312 000 dólares.

O Conselho da Organização Internacional do Café reuniu-se em agôsto em Londres, tomando entre outras as seguintes deliberações principais:

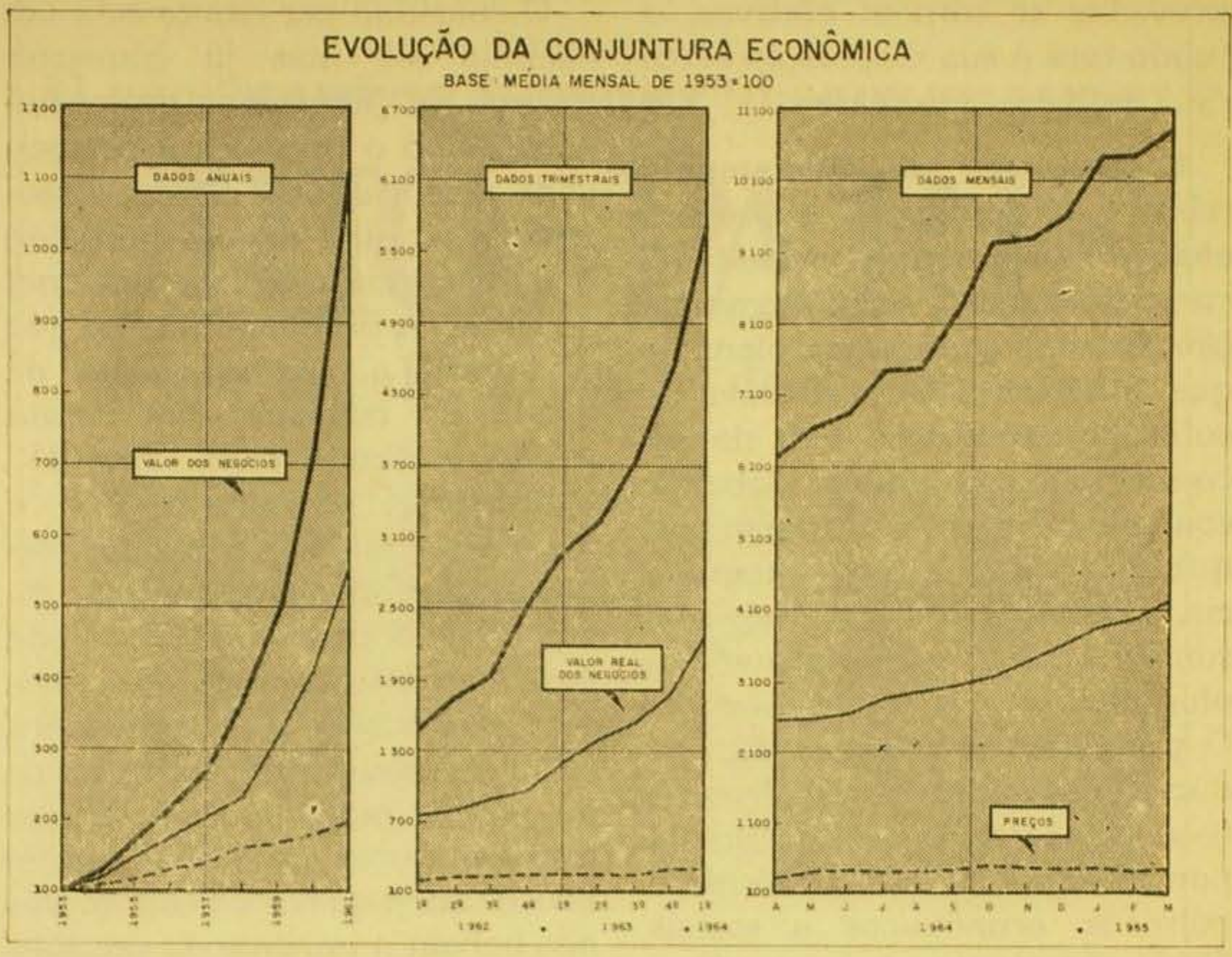
Não rever o Acôrdo nesta oportunidade.

Fixar a cota de exportação anual inicial para o ano cafeeiro 1965-66 que terá início a 1.º de outubro próximo vindouro em 43.7 milhões de sacas, havendo-se assentado que o Conselho voltará a reunir-se antes do fim do ano para exame e ação relativamente às cotas básicas individuais dos países-membros e também às metas de produção. Ao Brasil coube cota de exportação anual de 16 975 911 sacas.

Manter inalterada a amplitude da faixa do indicador de preços, ou seja, entre 38 e 44 centavos de dólar por libra-pêso, devendo a cota de 43,7 milhões de sacas subir para 45,2 milhões se o indicador de preços exceder de 42,50 centavos de dólar (média em 15 dias consecutivos de mercado) durante o 1.º trimestre do ano cafeeiro (outubro/dezembro).

Estabelecer grupo de trabalho de que possa participar qualquer membro para examinar os pedidos de alterações nas cotas básicas individuais e referir o assunto à Junta Executiva da Organização nos primeiros dias de novembro. Êste grupo de trabalho estudará também os dados relativos às metas de produção em conjunto com política referente aos estoques e comunicará à Junta Executiva o resultado a que chegar.

Adotar resolução relativa à limitação das importações dos países produtores que não participam do Acôrdo, na conformidade do que dispõe o art. 45 do Pacto. A aplicação dêsse artigo tornou-se automática. Assim, sempre que as importações do grupo de países que não participam do Acôrdo ultrapassarem 5% das



importações mundiais sob cotas, ou provocarem perturbações no mercado, os países consumidores aplicarão cotas de importação. Tal decisão dos países consumidores representa desestímulo àqueles que permanecem fora do Acôrdo e serve de advertência aos que pensem em abandoná-lo, porquanto será suficiente que qualquer produtor importante o faça para que os limites previstos sejam atingidos.

Durante a reunião foi proposto que o contrôle das exportações e importações de café — ponto fundamental para o bom êxito do funcionamento do Acôrdo — fôsse fiscalizado por sistema internacional, independente de autenticação do Certificado de Origem. Não se chegou, todavia, a uma conclusão, devido a pormenores técnicos. O assunto foi entregue a um grupo de trabalho para a devida análise e oportuna referência ao Conselho da Organização.

Aceitar a recomendação da Comissão de Promoção Mundial do Café, segundo a qual os países exportadores contribuirão com 15 centavos de dólar por saca da cota básica para o fundo de promoção no ano cafeeiro de 1965-66. Desde que as contribuições

previstas se tornem efetivas, o fundo terá à sua disposição cêrca de 7 milhões de dólares.

O problema do ajustamento relativo da produção à procura efetiva estêve sempre presente no curso dos trabalhos da Organização. Existe a consciência plena de que a aplicação do sistema de cotas de exportação tem de ser completado com esfôrço global de contrôle da produção, mesmo porque, conforme ensina a experiência, a maneira de evolver do consumo não é acelerada através de ofertas maiores a preços menores. O problema do contrôle da produção em âmbito mundial reveste-se de extrema complexidade, porque envolve aspectos técnicos, políticos, econômicos e sociais. Terá, entretanto, de ser enfrentado com coragem e decisão, porque a alternativa é a tendência à superprodução com suas conseqüências inevitáveis, a saber, a deterioração dos preços, o desequilíbrio do balanço de pagamentos dos países produtores e seus reflexos inflacionários.

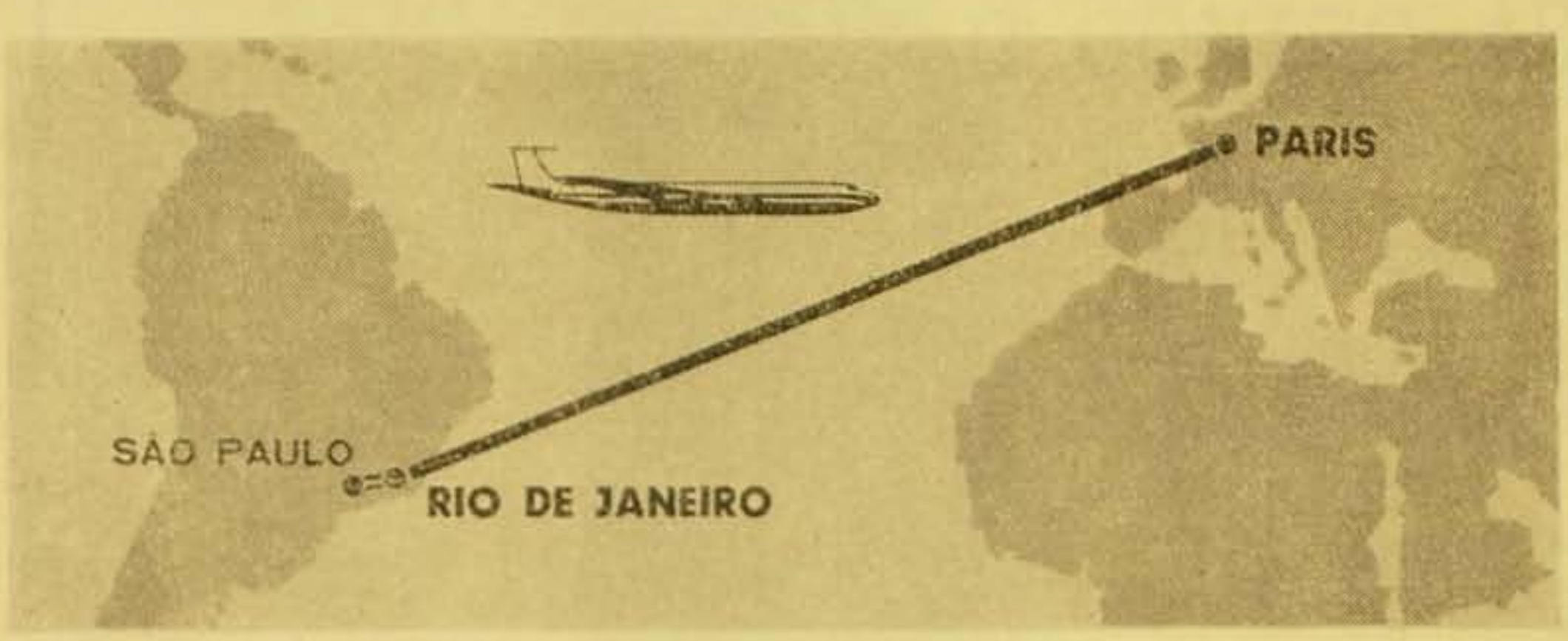
As importações mundiais continuam em nível inferior ao de idêntico período de 1964, prosseguindo os centros de consumo em sua política de redução de estoques. Nos Estados Unidos os estoques em fins de agôsto eram estimados em 2,2 milhões de sacas — os menores dos últimos anos naquele país.

O consumo *per capita* está em declínio ali, mas já começam a surgir os programas promocionais, sendo o primeiro o patrocinado pela National Coffee Association, ao qual deverá juntar-se o da Organização Internacional do Café. A probabilidade de que se inverta a tendência atual de queda do consumo *per capita* se vai tornando mais razoável. Outra coisa, no entanto, é se o mercado vital da juventude responderá significativamente às solicitações da promoção. O grau de aceitação dos jovens de uma imagem atraente do café dependerá afinal do gôsto do produto servido. Muito pouco se tem dito a respeito dêste ponto importante, mas o fato é que os consumidores não bebem a imagem do produto promovido. Se o café não fôr agradável, seja porque mal preparado, seja porque fraco, de nada adiantarão os programas de relações públicas. O café, ao contrário do que acontece com os refrigerantes e outras bebidas competidoras, exige que se faça algo com êle antes do uso final. E isto não é pouco, principalmente se deve ser bem feito. Tem-se criticado o uso crescente dos cafés da variedade robusta nas ligas dos torradores e com razão, mas mesmo os melhores cafés da variedade arábica tanto latino-americanos como africanos podem não fornecer bebida adequada, se mal preparados.

O vôo "SANTOS DUMONT" da AIR FRANCE

RIO-PARIS

sem escala, a partir de 21 de agôsto





Todos os sábados		
*CONGONHAS	partida	20:00 h
	chegada	21:10 h
RIO	partida	22:10 h
PARIS	chegada	13:20 h (domingo)

*Super G da VARIG

E também partidas às segundas e quartas feiras à noite, com o percurso Rio - Madri sem escala. São, no total 6 vôos entre o Brasil e a França, graças ao acôrdo entre a AIR FRANCE e a VARIG.

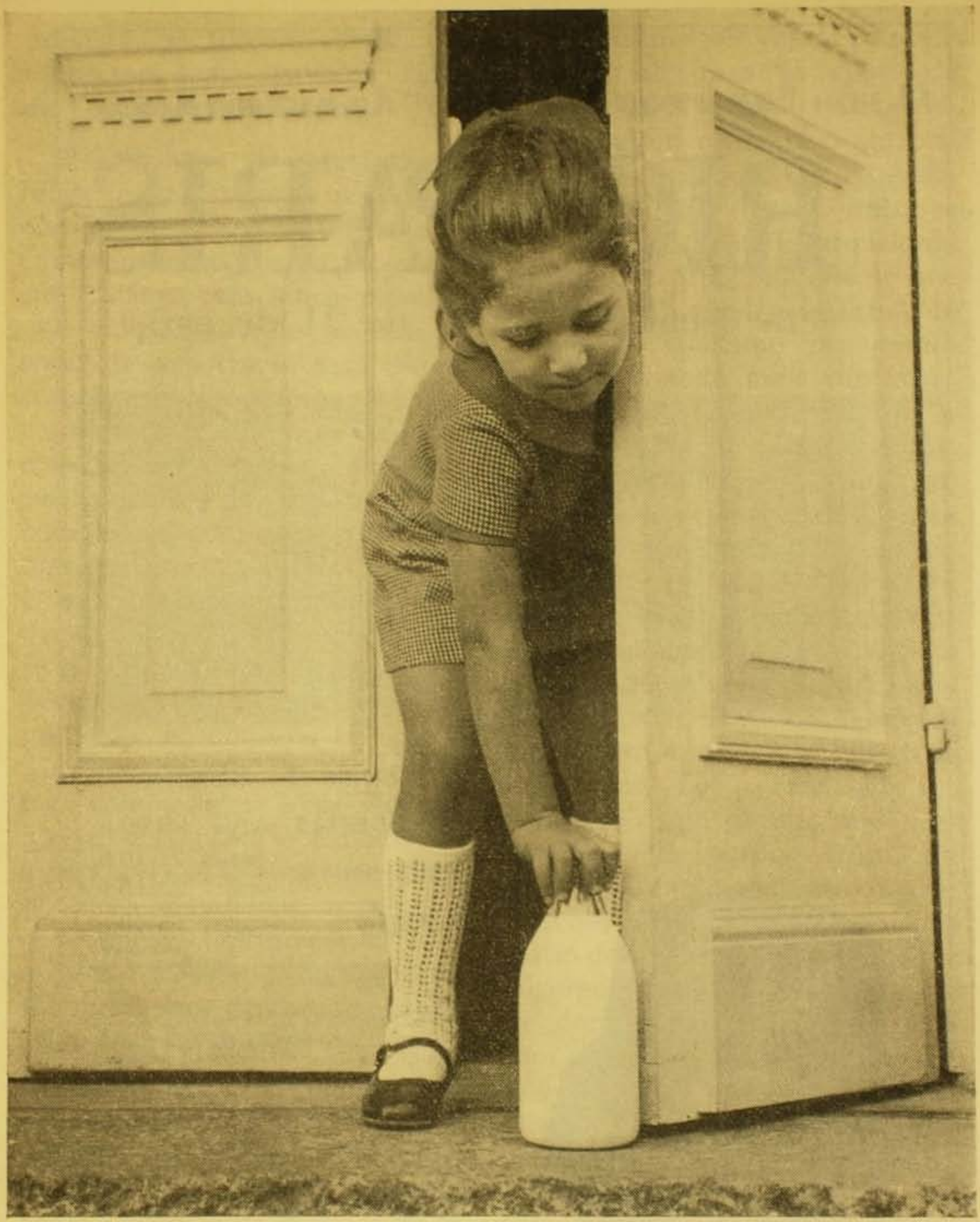
VARIG
A MAIOR LINHA AÉREA DA AMERICA LATINA

IATA

AIR FRANCE
A MAIOR REDE AEREA DO MUNDO

à Votre Service

Sujeito a aprovação governamental



UM POUCO DO COTIDIANO. Um hábito. Para o que nos basta. Pelo menos, o que nos sirva de elemento para produzir coisas maiores, no dia-a-dia. Aquilo que, por mais simples que possa parecer, só tem identificado o seu exato valor quando falta... Como os derivados de petróleo, substância anônima da marcha da produção. O valor de tôda uma extensa luta e um trabalho de grandeza - para a grandeza e extensão de outra luta e de outros trabalhos marcantes do espírito humano. O valor dentro do cotidiano.

VOCÊ PODE CONFIAR NA SHELL

MOEDA E CRÉDITO — EXPANSÃO CONTROLADA

Alcançaram Cr$ 40 bilhões as emissões de papel-moeda em agôsto. Destarte, as emissões no período janeiro/agôsto totalizaram Cr$ 235 bilhões, montante que está dentro dos limites programados pelas Autoridades Monetárias. Daqueles 40 bilhões de cruzeiros, 6,4 bilhões ficaram retidos na caixa do Banco do Brasil, resultando daí o incremento de Cr$ 33,6 bilhões no saldo do papel-moeda em circulação, em agôsto (Ver QUADRO I).

Para essa expansão concorreram os dispêndios de recursos nas operações de câmbio e os empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado e às autarquias. Os recursos, além das citadas emissões, para atender a essas aplicações decorreram de depósitos de bancos e de autarquias e de fundos derivados da cota de retenção do café, que passou nesse mês a propiciar renda, em face da melhoria das exportações do produto.

O QUADRO II apresenta a evolução das principais contas do balancete do Banco do Brasil, no período de janeiro a julho, por onde se vêem as relações financeiras dêsse banco com os setores econômicos mais importantes do país.

No setor governamental, o Tesouro Nacional continuou a expandir suas operações, mas de forma controlada, o que nos permite prever uma elevação, no fim de 65, dentro dos tetos previstos. As autarquias acresceram acentuadamente seus empréstimos (Cr$ 138 bilhões), por fôrça das compras e financiamentos de comercialização de produtos agrícolas a cargo da C.F.P. e IRGA.

Seus depósitos aumentaram de Cr$ 235 bilhões, em face de recursos transferidos pelo Tesouro Nacional para a cobertura de deficits operacionais dessas entidades e não por suas disponibilidades efetivas de caixa.

As operações de empréstimos ao setor privado continuaram sob contrôle das Autoridades Mone-

1 — PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇAO

Saldos em fins de ano ou mês (Cr$ milhões)

DATAS	PAPEL-MOEDA EMITIDO PELA CAIXA DE AMORTIZAÇÃO (a)	PAPEL-MOEDA EM PODER DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS			PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO (c=a—b)
		Caixa do Banco do Brasil	Caixa do Banco Central	Total (b)	
1953 — Dezembro	47 002	2 983	—	2 983	44 019
1954 — Dezembro	59 039	2 961	8	2 969	56 070
1955 — Dezembro	69 340	4 001	—	4 001	65 339
1956 — Dezembro	80 819	3 157	—	3 157	77 662
1957 — Dezembro	96 575	3 396	—	3 396	93 179
1958 — Dezembro	119 814	4 522	—	4 522	115 292
1959 — Dezembro	154 621	6 160	—	6 160	148 461
1960 — Dezembro	206 140	8 618	—	8 618	197 522
1961 — Dezembro	313 858	13 284	5 000	18 284	295 574
1962 — Dezembro	508 780	21 036	10 000	31 036	477 744
1963 — Dezembro	888 768	37 368	30 000	67 368	821 400
1964 — Dezembro	1 483 765	95 440	—	95 440	1 388 325
1965:					
Janeiro	1 423 765	83 163	60 000	143 163	1 280 602
Fevereiro	1 423 765	53 778	—	53 778	1 369 987
Março	1 503 765	144 237	20 000	164 237	1 339 528
Abril	1 503 765	82 261	—	86 261	1 417 504
Maio	1 568 765	79 701	1 988	81 698	1 487 067
Junho	1 618 765	94 289	1 927	96 216	1 522 549
Julho	1 678 765	97 874	—	97 874	1 580 891
Agôsto	1 718 765	104 300	—	104 300	1 614 465

FONTE: Banco Central.

II — BANCO DO BRASIL — RECURSOS E APLICAÇÕES
(Bilhões de Cruzeiros)

ATIVO	VARIAÇÕES 1963 Jan./Julho	1964 Jan./Julho	1965 Julho	1965 Jan./Julho
I - Caixa em moeda corrente	— 0,7	+ 40,6	+ 3,6	+ 2,4
II - Agências e correspondentes no exterior	— 4,4	— 3,1	+ 1,1	+ 0,8
III - Outras contas vinculadas a câmbio	— 33,8	+117,8	+ 67,9	+742,7
IV - Empréstimos em conta corrente e títulos descontados:				
1. Ao setor governamental	+102,4	+438,0	+ 47,1	+436,4
a. Tesouro Nacional (saldo líquido das operações financeiras)	+102,5	+432,6	+ 3,0	+298,0
b. Autarquias, governos estaduais e municipais e outras entidades públicas	— 0,1	+ 5,4	+ 44,1	+138,4
2. Ao setor privado	+ 75,7	+248,5	+ 1,9	+ 18,8
a. Carteira de Crédito Geral ..	+ 7,0	+103,2	+ 29,0	— 39,0
b. Carteira de Crédito Agrícola e Industrial	+ 68,7	+145,3	— 27,1	+ 57,8
3. Ao setor bancário	— 0,1	— 1,0	—	— 6,5
V - Compra e venda de produtos de exportação e importação (exclusive café)	+ 24,1	+ 40,0	— 30,9	— 23,0
VI - Outras contas (***)	— 9,0	+ 5,1	+ 60,9	— 9,8
T O T A L	+153,3	+885,9	+151,6	+1161,8

PASSIVO	VARIAÇÕES 1963 Jan./Julho	1964 Jan./Julho	1965 Julho	1965 Jan./Julho
I - Recursos próprios (inclusive saldo líquido das contas de resultado pendente)	+ 25,1	+ 36,0	+ 0,2	+ 85,4
II - Débito junto ao sistema bancário:				
1. No País:				
a. Débito junto à Carteira de Redescontos	+ 55,7	+183,1	+ 57,0	+255,8
b. Depósitos de bancos, inclusive os à ordem do Banco Central	+ 47,9	+153,8	+ 59,3	+333,9
2. No Exterior:				
a. Correspondentes e Agências no exterior	—	—	—	—
b. Fundo Monetário Internacional (responsabilidade líquida)	—	—	— 0,1	+ 0,8
III - Depósitos:				
1. Do setor privado	+ 38,0	+151,2	+ 20,9	+202,0
2. Do setor governamental (exclusive Tesouro)	+ 8,1	+114,6	+ 61,0	+235,0
IV - Recursos das Instruções 204 e 205 da SUMOC (*)	+ 46,8	+ 16,6	+ 42,0	— 63,2
V - Depósitos compulsórios vinculados a operações cambiais (**) ...	+ 57,4	+195,2	+ 0,2	— 66,9
VI - Outras contas (***)	— 10,9	+ 35,4	— 78,9	+179,3
T O T A L	+153,3	+885,9	+151,6	+1161,8

(*) Inclui o saldo líquido da extinta conta "Ágios e Bonificações", dada a mesma natureza dêsses recursos.
(**) Inclusive Letras do Banco do Brasil e Letras do Tesouro "Série B" tomadas por importadores.
(***) Resíduos das demais contas não constantes dêste quadro; as contas interdepartamentais são tomadas por saldo líquido.
FONTE: Balancetes do Banco do Brasil, publicados na imprensa.

tárias, com a expansão de Cr$ 18,8 bilhões em sete meses. As operações de crédito comercial acusaram o declínio de Cr$ 39 bilhões, enquanto as operações rurais se expandiam de 57,8 bilhões.

As operações com o setor externo constituíram o elemento de maior expansão, não só pela reconstituição das reservas cambiais do país, como pela isenção dos depósitos compulsórios vinculados a operações cambiais das firmas signatárias da Portaria Interministerial n.º 71.

Os dispêndios de cruzeiros com as operações de elevação das reservas cambiais e com a cobertura do diferencial das taxas de compra e venda totalizaram Cr$ 742,7 bilhões, enquanto a drenagem de recursos pela isenção e redução dos depósitos compulsórios de câmbio montou a 66,9 bilhões.

As operações de café deixaram no período um saldo líquido (cota de retenção de cambiais, menos compras de café e outros financiamentos) negativo de Cr$ 63,2 bilhões, ou seja, os recursos provenientes daquela cota foram insuficientes para atender aos gastos com a execução da política do café.

O setor bancário, ao drenar recursos para o Banco do Brasil, através de depósitos voluntários e compulsórios, apareceu como grande financiador não inflacionário das aplicações dos demais setores. Tais depósitos cresceram de Cr$ 333,9 bilhões no período, mas não foram suficientes para a compensação total do deficit dos demais setores, o que forçou as autoridades a expandir de Cr$ 192,6 bilhões o saldo do papel-moeda em circulação, no período janeiro/julho.

Os bancos comerciais continuaram a captar seus depósitos do público de forma sensível, não obstante as medidas tomadas pelas Autoridades Monetárias. Seus depósitos elevaram-se de Cr$ 1 038,4 bilhões, em decorrência das emissões no período e da preferência do público em manter suas disponibilidades monetárias em depósitos nos bancos, ao invés de conservá-las em moeda corrente. Tal expansão dos depósitos propiciou substancial drenagem de recursos para as Autoridades Monetárias, além da liquidação da posição dos Bancos na Carteira de Redescontos, e mais ainda, permitiu a expansão de Cr$ 758,6 bilhões nos empréstimos ao setor privado.

MANTIDAS SOB CONTRÔLE AS FINANÇAS DA UNIÃO

O deficit de caixa do Tesouro Nacional em fim de agôsto manteve-se de conformidade com a programação financeira estabelecida para o corrente exercício financeiro pelas autoridades fazendárias.

À uma despesa de caixa de 2 272 bilhões de cruzeiros de janeiro a agôsto, se contrapôs uma receita de 1 771 bilhões, do que resultou um desequilíbrio de 501 bilhões.

A programação estabelecida para o período em aprêço estimava a despesa, receita e o deficit de caixa em 2 294, 1 773 e 521 bilhões de cruzeiros, respectivamente. Enquanto os dispêndios nos 8 primeiros meses se situavam em nível ligeiramente abaixo do previsto, a receita mantinha quase o mesmo valor que o previsto. Êsse fato é bem mais importante quando se sabe que a programação financeira do Tesouro Nacional sofreu em setembro, ou seja, no mês seguinte ao que está sob análise, uma reformulação em seus quantitativos. Assim, o deficit residual do exercício, anteriormente previsto em cêrca de 700 bilhões de cruzeiros, acabou por se reduzir a 650 bilhões, ainda que se houvesse elevado o "quantum" da receita em 200 bilhões relativamente à estimativa anterior (3,2 contra 3,0 trilhões). Tal reformulação decorreu principalmente do fato de haver a programação primitiva do Tesouro sido onerada com despesas correspondentes a mais ou menos 250 bilhões de

cruzeiros. Tais gastos se originaram da assistência financeira que o Tesouro Nacional teve que prestar a algumas unidades da federação, entre essas Minas Gerais e Guanabara, e do auxílio concedido em face de certas dificuldades do setor industrial ligado ao automóvel e aos eletrodomésticos, além de outros dispêndios inteiramente imprevisíveis, que no transcurso do período de janeiro a agôsto se incorporaram aos contingentes admitidos para o exercício de 1965.

Ainda assim, o saldo apontado para o fim de agôsto se situou 20 bilhões de cruzeiros (4%) abaixo da marca estabelecida

EXECUÇÃO FINANCEIRA DA UNIÃO — 1964/1965

(Saldos acumulados em bilhões de cruzeiros)

Meses	1964					1965				
	Receita	Despesa	Deficit de Caixa			Receita	Despesa	Deficit de Caixa		
			Total	Financiamento				Total	Financiamento	
				Banco do Brasil	Letras do Tesouro				Bancos do Brasil e Central (2)	Letras do Tesouro (1)
Janeiro	56,5	137,0	80,5	76,8	3,7	127,2	117,6	—9,6	—3,9	—5,7
Fevereiro ..	144,8	277,5	132,7	124,8	7,9	341,1	404,2	63,1	49,1	14,0
Março	228.3	427,8	199,5	193.5	6,0	567,2	759,2	168,0	140,6	27,4
Abril	324,3	556,7	232,4	231,0	1,4	768,6	1 016,0	247,4	204,6	42,8
Maio	422,6	731.6	309,0	312,8	— 3,8	1 006,7	1 301,5	294,8	244,5	50,3
Junho	594,5	965,3	370,8	391,5	—20,7	1 253,6	1 617,4	363,8	300,8	63,0
Julho	727,9	1 139,3	411.4	449.9	—38,5	1 503,1	1 975,9	472,8	363,2	109,6
Agôsto	873.7	1 400,4	526,7	576,5	—49,8	1 771,4	2 272,1	500,7	382,3	118,4
Setembro ..	1 057.3	1 670,8	613,5	673,1	—59,6	.	.	.	.	.
Outubro	1 299,7	1 938,2	638,5	710,9	—72,4	.	.	.	.	.
Novembro ..	1 519,3	2 198,0	678,7	746,3	—67,6	.	.	.	.	.
Dezembro ..	1 913,9	2 613,6	699,7	748,2	—48,5	.	.	.	.	.

FONTES: Banco do Brasil e Banco Central.

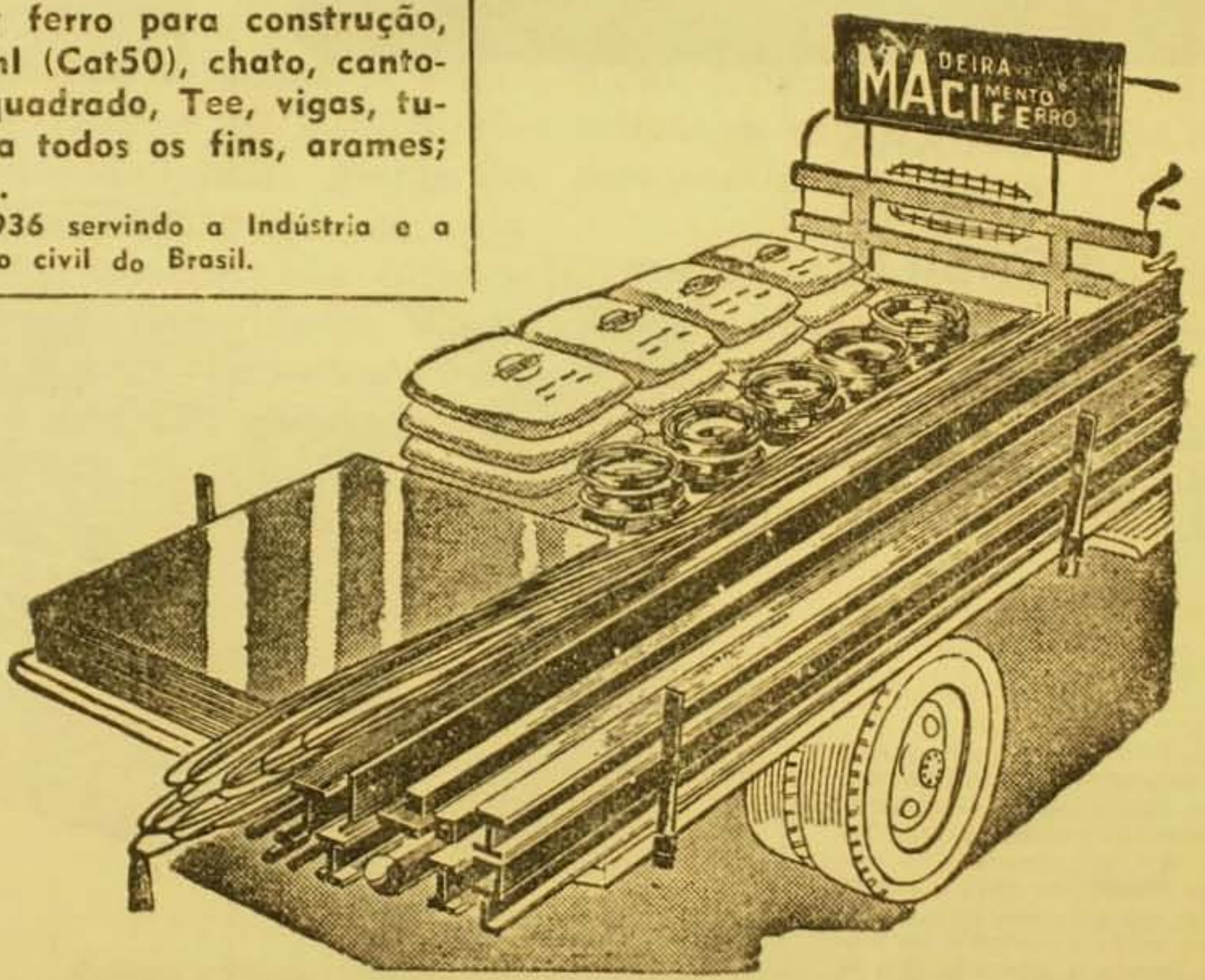
Nota: Elaborado com base na assistência financeira prestada pelo Banco do Brasil e Banco Central ao Tesouro Nacional. Inclui despesas orçamentárias e extra-orçamentárias.

(1) Inclui Letras e Obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional.

(2) Financiamento do Banco Central sòmente a partir de abril de 1965.

para o período, ao alcançar, como já assinalamos, 501 bilhões. Quanto ao mês de agôsto, ainda mais rigoroso se tornou o contrôle da execução do programa financeiro do govêrno federal, pois o desequilíbrio alcançou apenas 28 bilhões, contra uma previsão de cêrca do dôbro, ou seja, 48 bilhões de cruzeiros. Como causa importante para o deficit de caixa assinalado, há ainda a observar o volume da assistência financeira que o Tesouro Nacional continuou a prestar ao sistema de transporte — marítimo, terrestre ou aéreo. Englobadamente, tais gastos totalizaram no fim de agôsto 315 bilhões de cruzeiros, isto é, cêrca de 63% da parcela do desequilíbrio registrado ao finalizar o 8.º mês da execução do atual exercício financeiro.

Chapas; ferro para construção, Macstahl (Cat50), chato, cantoneira, quadrado, Tee, vigas, tubos para todos os fins, arames; cimento.
Desde 1936 servindo a Indústria e a construção civil do Brasil.



D. F.: Brasília, Taguatinga
Guanabara: Rio, Realengo
E. do Rio: Niterói, N. Iguaçu, Caxias.
S. Paulo: Capital, Campinas, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, São José do Rio Prêto, Ribeirão Prêto, Pres. Prudente, Marília, Araraquara, Sorocaba, Botucatu, Araçatuba

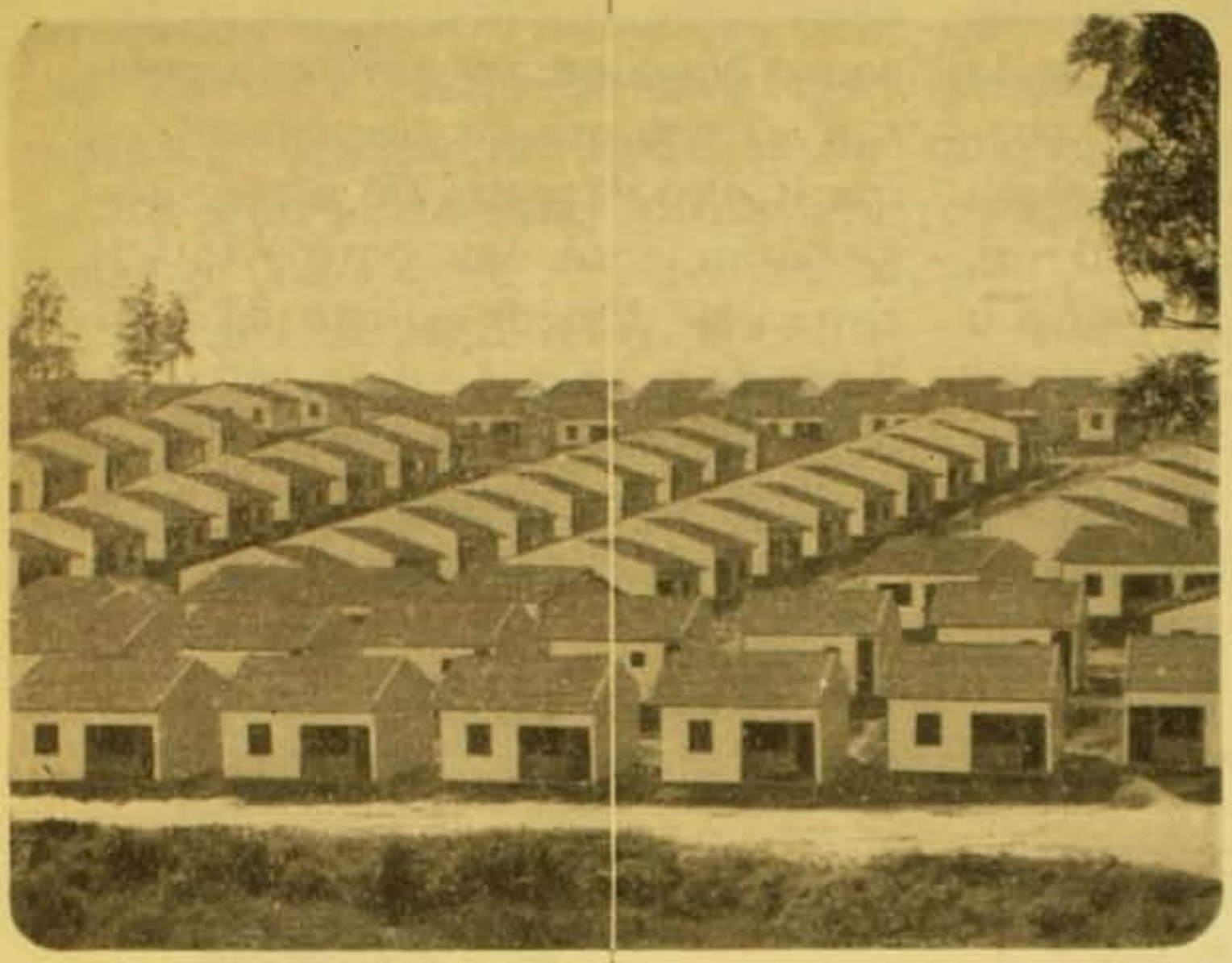
MACIFE

Paraná: Curitiba, Ponta Grossa, Londrina

R. G. Sul: Pôrto Alegre

Minas: Belo Horizonte, Gov. Valadares, Montes Claros

Goiás: Goiânia
E. Santo: Vitória



CONFÔRTO DA ÁGUA EM MAIS LARES DO BRASIL!

Conjunto Residencial construido pela ENAMCO, na Estrada de Itu, 9.865 (Osasco - SP), onde foram utilizadas Caixas d'Água Brasilit de 500 litros, em tôdas as 450 casas.

CAIXAS D'ÁGUA BRASILIT

legítimo
cimento-amianto

Fabricadas em peças monolíticas, são mais resistentes a gretas, fendas, rachaduras, etc. Permanecem inalteráveis por anos e anos - não reclamam conservação. Muito mais leves, possibilitam a instalação sôbre simples têrças de madeira. Absoluta estanqueidade e paredes lisas que impedem a formação do limbo. Em vários tamanhos.



A mais de 27 anos a Brasilit procura desenvolver em seus consumidores uma exigente "consciência de qualidade". São êsses consumidores, espalhados por todo o país, que constituem os verdadeiros "fiscais" de nossa qualidade. São êles que nos animaram a crescer cada vez mais - a multiplicar por 5 as nossas fábricas, a criar uma rêde de 14 Agências, mais de 4.000 Revendedores, a criar condições de produzir a melhor qualidade por preços consideràvelmente reduzidos. Nestes anos acumulamos muita experiência. Nosso Departamento de Assistência Técnica estêve a cada instante ao lado de nossos clientes. E tudo para que a marca Brasilit se mantenha como um sinônimo de qualidade em produtos de cimento-amianto.

BRASILIT

S. A. TUBOS BRASILIT

SEDE: R. Marconi, 131 - 6.º - Tel.: 34-4127 - São Pa...
FÁBRICAS: São Paulo - Rio de Janeiro - Pôrto Alegre - Recife - Belo Horizonte - Belém (em construção)
AGÊNCIAS: São Paulo - Belém - Belo Horizonte - Blumenau - Brasília - Curitiba - Fortaleza - Goiânia - Juiz de Fora - Pôrto Alegre - Recife - Rio de Janeiro - Salvador - Vitória

MERCADO CAMBIAL — INALTERADAS AS CONDIÇÕES

O mercado de câmbio no intervalo de 15/8 a 30/9/65 apresentou-se inalterado, mantendo o comportamento que se vem tornando habitual nos últimos períodos. As Autoridades Monetárias, depois de eliminarem todos os artifícios que desfiguravam as operações cambiais, mantêm o mercado sob contrôle, tornando-o mesmo insensível às tentativas de oscilações oriundas do mercado financeiro.

O mercado sob a liderança do Banco do Brasil mantém-se pouco movimentado, comprando o dólar a Cr$ 1.825 e vendendo-o a Cr$ 1.850. Tal liderança, contudo, resulta de que, atualmente,

COTAÇÕES DO DÓLAR AMERICANO
RIO DE JANEIRO — 1965
(Cr$/US$)

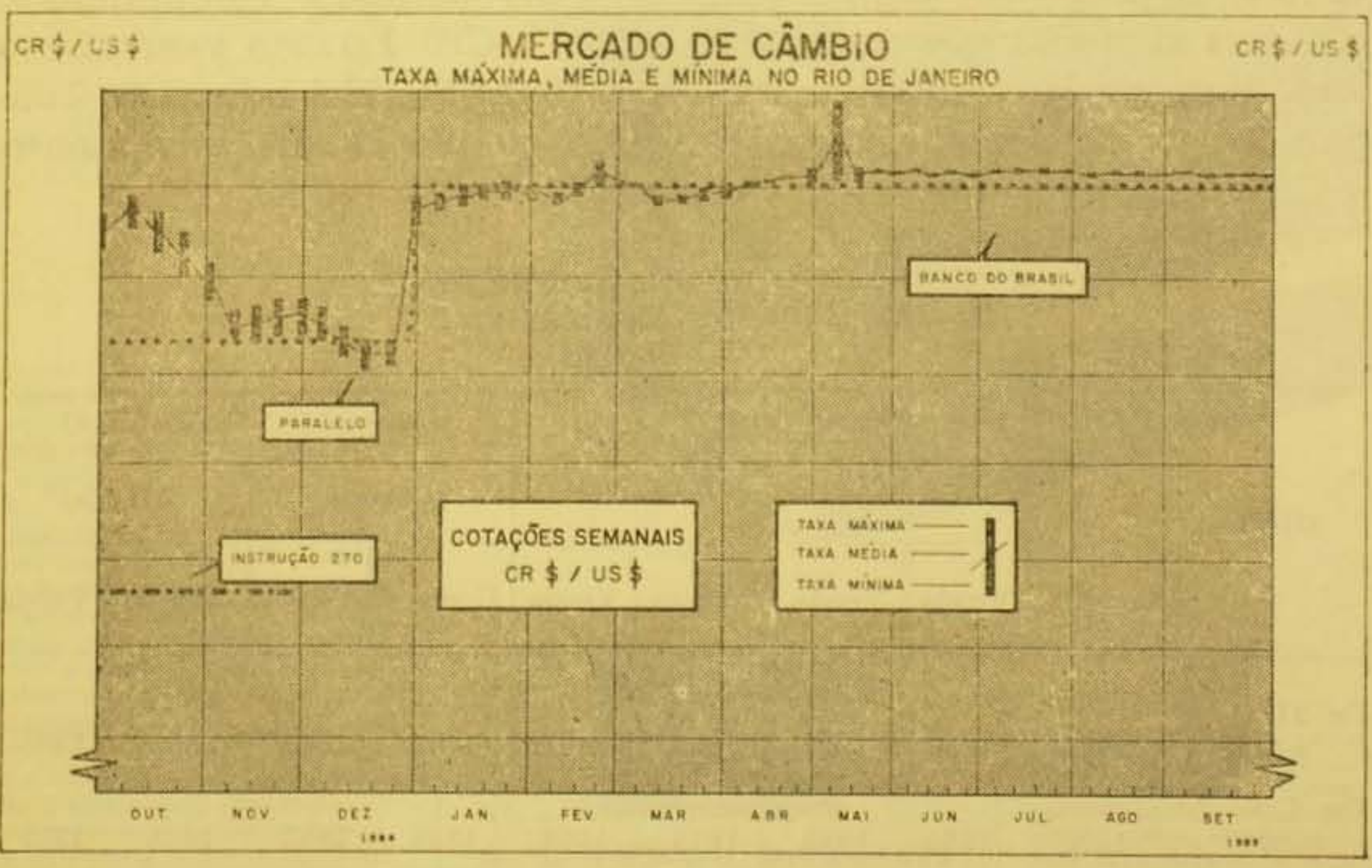
DIAS	BANCO DO BRASIL			OUTROS BANCOS		MERCADO PARALELO			
	Livre		GLP e Fuel			Cheque		Manual	
	Compra	Venda	Venda	Compra	Venda	Compra	Venda	Compra	Venda
De 21/6 a 31/8	1825	1850	1850	1830	1840	1855	1865	1855	1865
De 1 a 30/9	1825	1850	1850	1835	1845	1855	1865	1855	1865

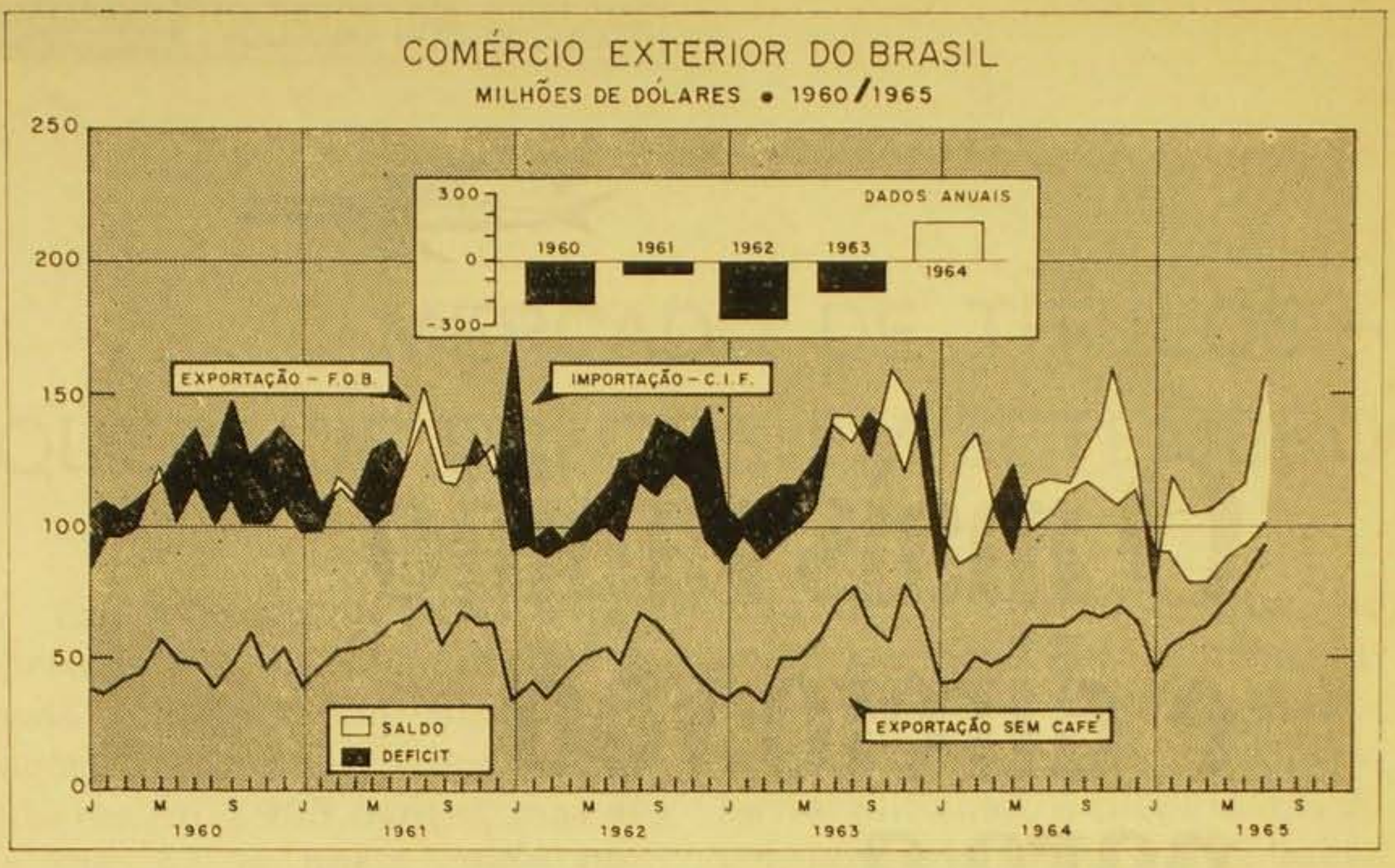
a oferta supera a procura. Êsse fato, tendo em vista que os bancos particulares estão obrigados a determinada posição comprada (US$ 100 mil) por banco, leva o Banco do Brasil a receber diàriamente o excedente das compras que os citados estabelecimentos realizam, o que os impede de tentarem qualquer ação no sentido de fazer variar as cotações.

Por isso mesmo, os bancos comerciais mantêm suas cotações nos limites das do Banco do Brasil. Ainda assim, a diminuição do diferencial existente entre as taxas de compra e venda (no Banco do Brasil Cr$ 25) para Cr$ 10 faz com que os exportadores em sua maioria os procurem para transacionar, em face de comprarem as divisas a Cr$ 1 835; por outro lado, os importadores são beneficiados por preços inferiores, ou seja, Cr$ 1 845.

O mercado manual, por sua vez, também se encontra estabilizado. Isto decorre do contínuo suprimento que as casas bancárias e agências de turismo recebem, diàriamente, do Banco do Brasil. Êsse suprimento, entretanto, não reflete uma pressão da demanda interna, mas de procura externa, cujos principais centros são as praças de Buenos Aires e Montevidéu.

Quanto à faixa marginal (mercado negro), após a descoberta de um "escritório" no Rio de Janeiro, está bastante retraído, só operando em condições especia-

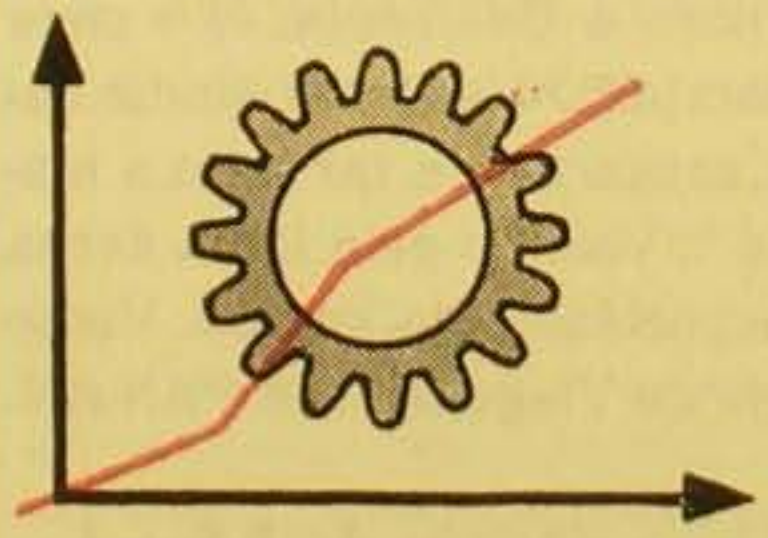




líssimas e com clientes dignos de tôda a confiança e crédito. Essas operações, em número insignificante no momento, têm cotações de compra abaixo das do câmbio manual, e as de venda bem superiores às mais altas cotações legais. Acredita-se mesmo que o diferencial entre as cotações marginais se encontre em tôrno de Cr$ 100 por dólar.

Ao aproximar-se o fim dc exercício de 1965, não há qualquer perspectiva de modificação das taxas cambiais, apesar de se reconhecer que, dada ainda a presença da inflação, o valor interno do cruzeiro declinou.

A EXPERIÊNCIA DE UMA EQUIPE A SERVIÇO DA SUA EMPRÊSA



- PLANEJAMENTO INDUSTRIAL
- PROGRAMAÇÃO DE PRODUÇÃO
- ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
- ESTUDOS ECONÔMICOS

PROJETÉCNICA - economia & engenharia industrial

Diretor Executivo: ALUIZIO B. PEIXOTO

Rua Sete de Setembro, 67 - Gr. 401/02 — Tel. 52-8991 — Rio, GB



O mais rápido e direto vôo para a Califórnia!

PAN AM

Você parte do Rio pouco antes da meia-noite — para tomar seu café da manhã em Los Angeles... e vibrar com a beleza de San Francisco ainda antes do meio-dia. Agora você pode ir à Califórnia com apenas uma escala — mas sòmente pela Pan Am!

Voe conosco às têrças ou quintas nos nossos belos e calmos vôos noturnos de apenas uma escala. Ou, se preferir viajar durante o dia, escolha os jatos diurnos da Pan Am que partem tôdas as quartas, sextas e domingos pela manhã.

Pan American é o mais rápido meio de transporte para a Califórnia. E o mais freqüente também. Você vai sentir como é boa a sensação de ter feito a melhor escolha... voando pela linha aérea de maior experiência do mundo. Visite o seu Agente de Viagens, ou a PAN AM.

Primeira na América Latina...
Primeira sôbre o Atlântico...
Primeira sôbre o Pacífico...
Primeira ao redor do Mundo!

A Linha Aérea de Maior Experiência do Mundo

Pôrto Alegre · Curitiba · São Paulo · Campinas · Rio de Janeiro
Belo Horizonte · Brasília · Salvador · Recife · Belém

13.092

MERCADO DE TÍTULOS — QUEDA DE PREÇOS EM SETEMBRO

Em setembro, a média S-N de preços de ações caiu dos altos níveis atingidos em meados de agôsto. No dia 1.º de setembro ela era de 3 965 pontos, mas até o dia 27 já havia caído para 3 498, enquanto o volume de transações alcançava apenas 1/3 do realizado nos dias mais ativos de agôsto.

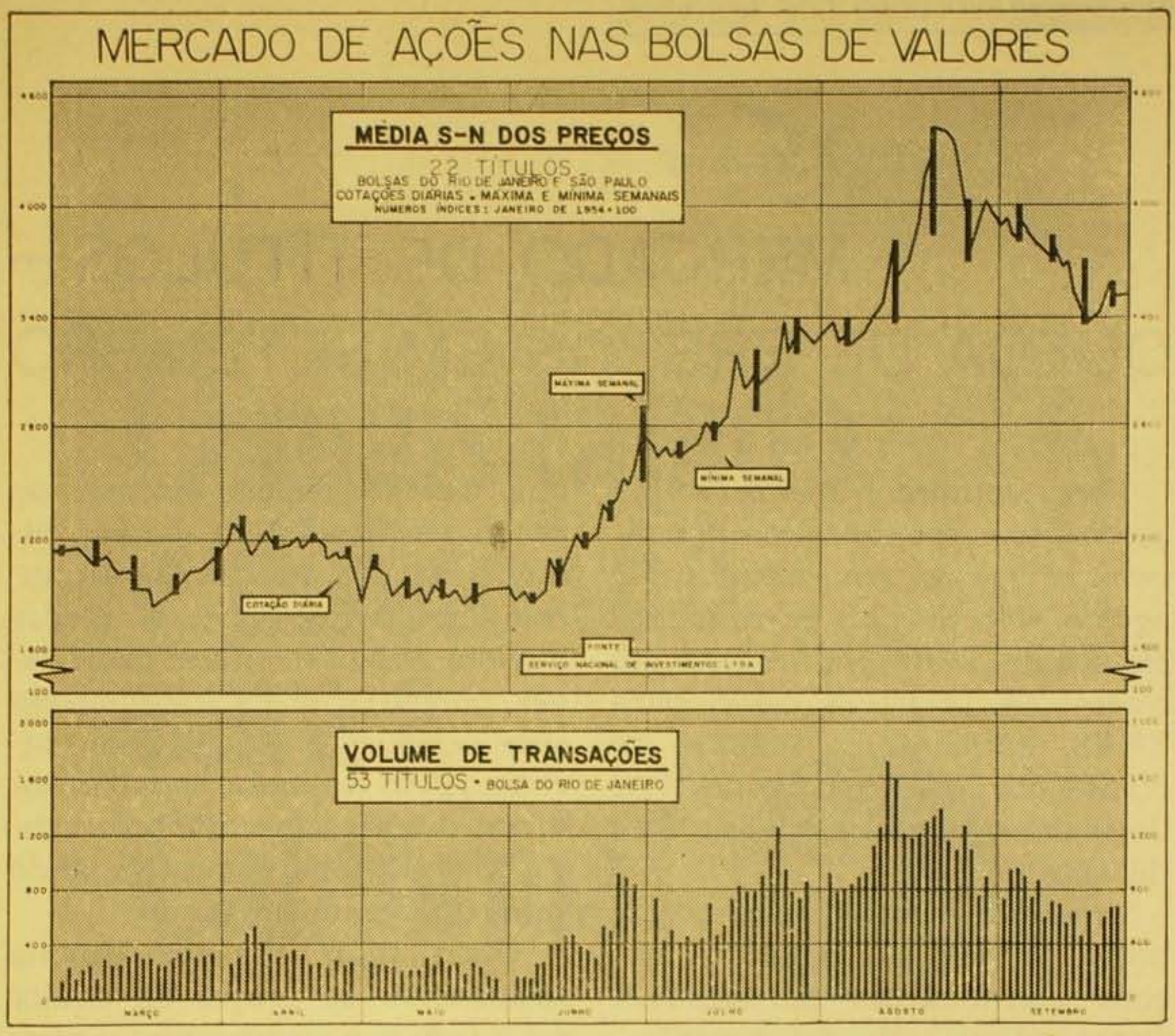
Apesar da queda nos preços de ações, as vendas dos fundos mútuos continuaram satisfatórias, superando as retiradas durante a maior parte do mês. As taxas de juros permaneceram estáveis, porém em nível ligeiramente mais elevado do que em agôsto.

A fraqueza nas cotações de títulos parece antes resultar de uma reação técnica normal ao *boom* verificado em junho, julho e agôsto. Muitos investidores acreditavam que os preços haviam atingido o nível justificável, por cujo motivo liquidaram suas posições a fim de obter lucros. Além do mais, existiam indícios de que especuladores vendiam a descoberto, antecipando uma quebra no mercado.

Outro fator que sem dúvida influenciou os preços de títulos foi a próxima eleição para o nôvo Governador da Guanabara. Também em setembro iniciaram-se transações *over-the-counter* (fora da Bôlsa) no Rio de Janeiro para ações mais negociadas. A razão principal por que

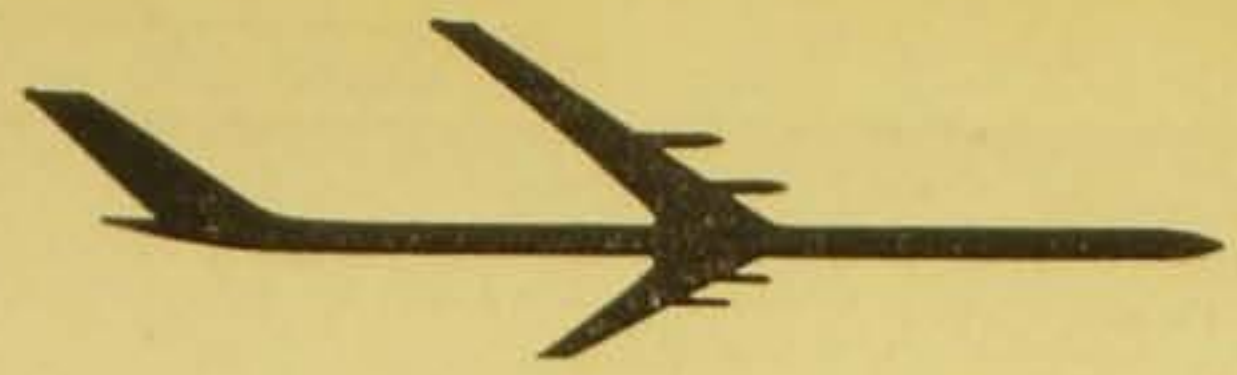
LETRAS DE IMPORTAÇÃO DO BANCO DO BRASIL S/A
COTAÇÕES NA BOLSA OFICIAL DE VALORES DE SÃO PAULO





esta forma alternativa de negociar pôde competir com a Bôlsa de Valôres é que, trabalhando fora de suas posições, os negociadores se achavam em condições de oferecer liquidações mais rápidas que a Bôlsa, pois esta está processando a modernização do seu mecanismo, o que causa desajustamentos temporários nas transações. Espera-se, no entanto, que assim que os novos processos da Bôlsa se desenvolvam, a vantagem competitiva do mercado *over-the-counter* desaparecerá gradativamente, pelo menos para os títulos mais movimentados. Uma vez que não existem estatísticas publicadas quanto ao movimento dêste mercado fora da Bôlsa, constitui êle uma fôrça imponderável sôbre o mercado como um todo, de modo que, a não ser que esta atividade esteja sujeita pelo menos a um mínimo de regulamentação, ela poderá constituir um problema no futuro.

Ainda outro aspecto do mercado de títulos que tem despertado muitos comentários é a possível influência de colunistas especializados de jornais sôbre os preços de ações.

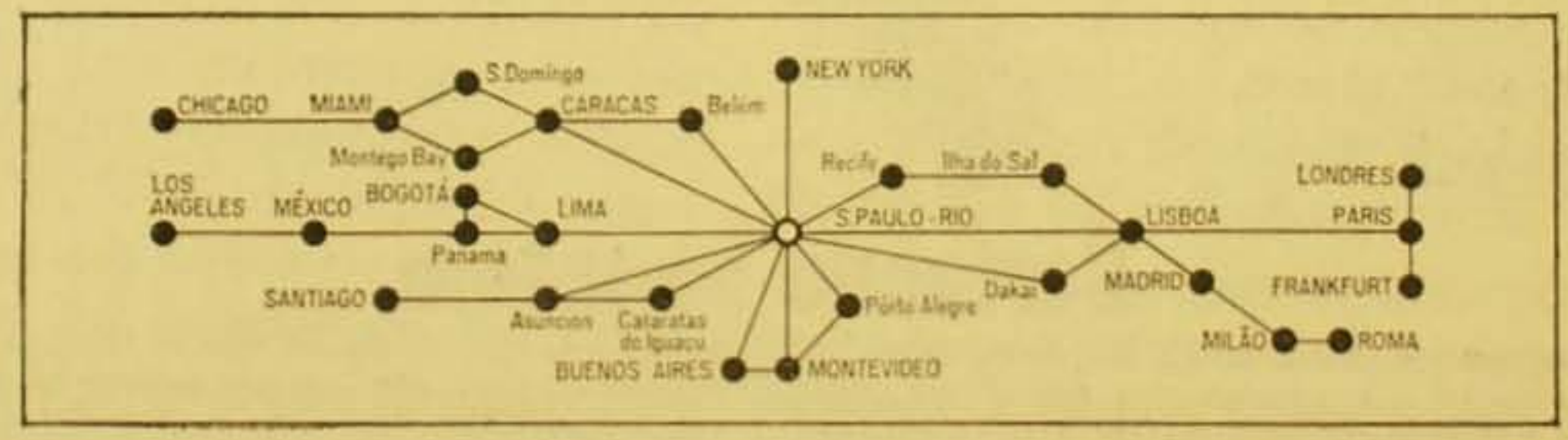


NEW YORK • LOS ANGELES • CHICAGO
MIAMI • MÉXICO • PANAMÁ • BOGOTÁ
LIMA • CARACAS • SANTO DOMINGO
MONTEGO BAY • BUENOS AYRES • MON-
TEVIDEO • ASUNCIÓN

e com o mesmo tradicio-nal padrão de pontualidade, cortesia e bons serviços...

LISBOA • MADRID • MILÃO
ROMA • PARIS • FRANKFURT
DAKAR • SANTIAGO

RIO-LISBOA SEM ESCALAS



VARIG

IATA
QUALIDADE EM TRANSPORTE AÉREO

A MAIOR LINHA AÉREA DA AMÉRICA LATINA



Cortando no macio

É claro que uma barra de aço não é uma maçã. Em compensação, esta pequena faca não é um tôrno. Tudo é relativo. Por outro lado, há o atrito. Se a natureza dotou os frutos de menor "dureza" e de "lubrificação" própria, não o fêz com os metais. É preciso, então, "ajudar a natureza", utilizando, nas operações de corte de metais, produtos que reduzam ao mínimo o atrito e o desgaste. A nova Linha de Óleos de Corte da Esso, devido à sua extraordinária amplitude e versatilidade, cobre tôdas as necessidades, desde as operações leves de corte em metais não-ferrosos, até as operações severas em aços de difícil usinagem.

ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO S.A.

MERCADO DE EMPREGOS — ACELERA-SE A RECUPERAÇÃO

Encontra-se em franca expansão a oferta de empregos em geral, medida através da procura de empregados na capital de S. Paulo, segundo anúncios publicados na imprensa. Tais anúncios sempre se revelaram sensíveis às variações da conjuntura e o recrudescimento da procura de pessoal nos diversos setores é prova da flexibilidade da política econômica e fiscal das autoridades sôbre o mercado de empregos.

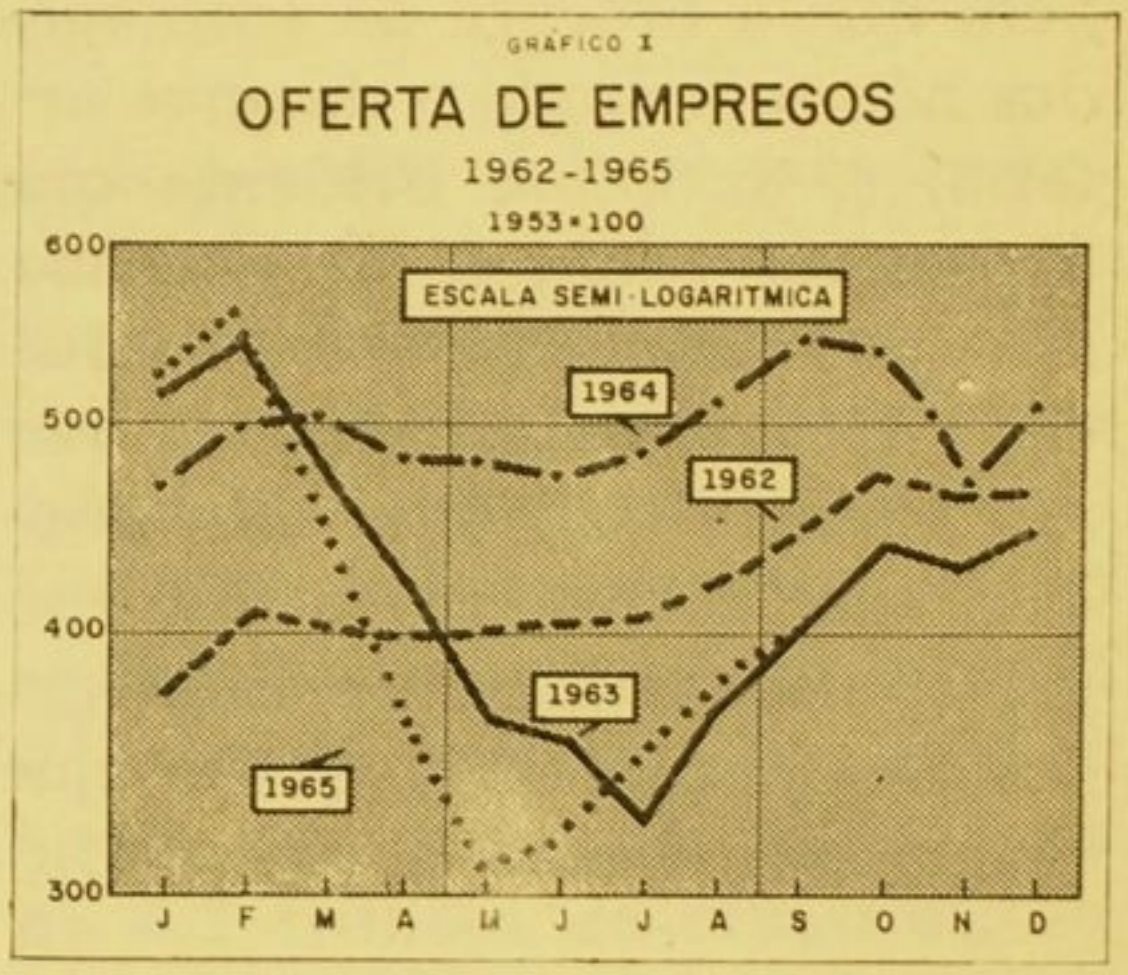
O GRÁFICO I mostra a procura de pessoal em geral, devendo-se notar a semelhança da evolução da oferta com a do ano de 1963. Essa identidade deve ser entretanto, considerada sob o ponto de vista da expansão imoderada dos meios de pagamento, depois de o govêrno de então abandonar qualquer tentativa de estabilização da economia. Desta vez, a retomada do ritmo de negócios pôde dar-se sem forte aumento de preços, indicando

GRÁFICO I

OFERTA DE EMPREGOS

1962-1965

1953=100



não só a confiança que os meios empresariais e os assalariados depositam na política econômica, como a extraordinária capacidade de recuperação da economia nacional, que, há apenas 6 meses, fôra posta em dúvida pela quase totalidade da opinião pública.

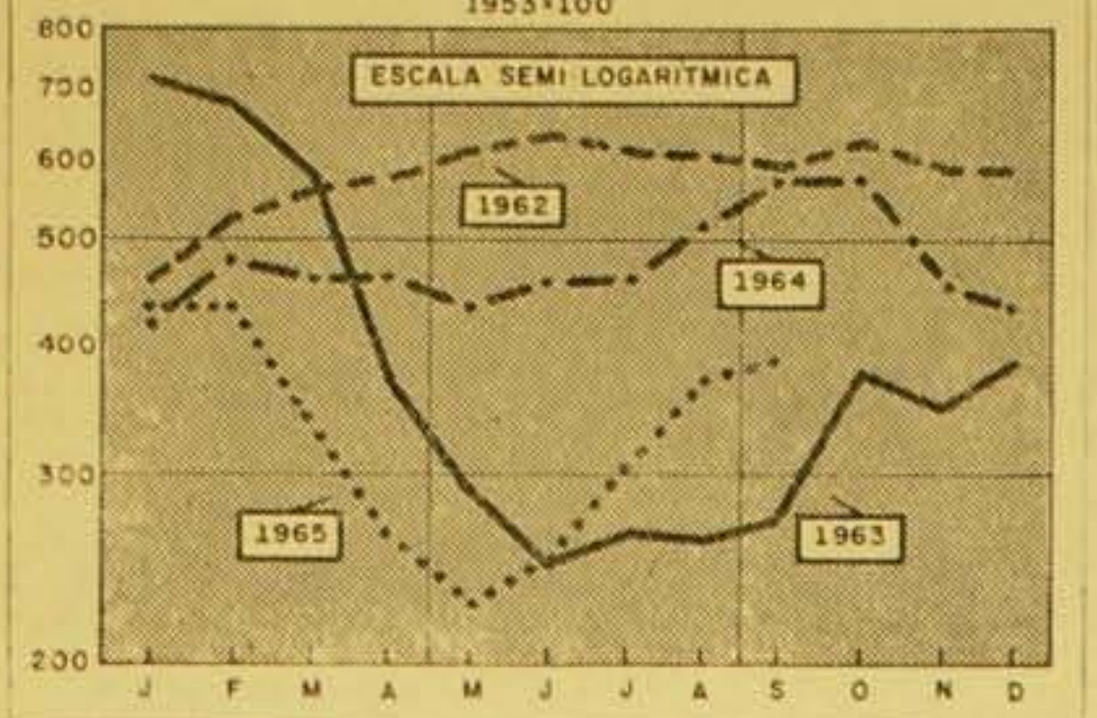
O GRÁFICO II apresenta os pormenores da oferta de empregos, relativa a cargos diretamente ligados à produção, exceção feita dos de chefia de nível superior, que demonstram ainda mais claramente essa recuperação. Se

GRÁFICO II

OFERTA DE EMPREGOS NA PRODUÇÃO

1962 - 1965

1953=100



bem que a procura de empregados não seja ainda a de anos anteriores, tornou-se evidente que é possível voltar-se à expansão, sem que esta dependa da inflação. É interessante notar, por um exame individual de anúncios, que grande parte das emprêsas necessitando de empregados são justamente aquelas que se comprometeram a manter firmes os seus preços no corrente ano. Isso significa que as compras de produtos, realizadas nos últimos tempos, se basearam em reais necessidades e não em especulação. Poder-se-ia argumentar que a redução dos encargos fiscais teria atraído numerosos compradores. Com efeito, tal se deu. Mas, agora que a redução já terminou, as atividades não diminuíram de ritmo e a procura de empregados continua a aumentar.

Resta apenas resolver o problema da mão-de-obra marginal, deslocada pela racionalização a que muitas emprêsas se viram obrigadas. Mais uma vez, é preciso salientar que, ao contrário dos outros setores, a atividade governamental no que se refere à habitação deixa muito a desejar.

CIA. FERRO BRASILEIRO

CAPITAL: 10.000.000.000

RIO DE JANEIRO
AVENIDA NILO PEÇANHA, 26-6º
Tel. 32-8011

BELO HORIZONTE
RUA GOITACAZES. 15-5º
Tel. 2-5333

SAO PAULO
RUA LIBERO BADARÓ, 293
Tel. 37-4536

RECIFE
CONDE DE BOA VISTA 45
Tel. 4342

End. Telegr.: "FERROBRASIL"

A maior fábrica de tubos de ferro fundido da América Latina

EMISSÕES DE CAPITAL — AINDA ELEVADAS AS REAVALIAÇOES

Em agôsto último foram mantidas as emissões de capital das sociedades anônimas nacionais em alto nível. Em continuidade com as operações, observadas, em maior ritmo, desde outubro do ano passado até o mês de julho último, as emissões de agôsto parecem indicar que o processo de reavaliação de ativo das emprêsas, tendo em vista o que dispõe sôbre o particular a Lei federal n.º 4 357 de 16-7-64, persiste intenso. Haja vista que o vulto alcançado em agôsto último se situou acima da média do período de janeiro a julho, ao totalizar 404 bilhões de cruzeiros (386 bilhões fôra a média dos 7 primeiros meses de 1965).

Em conjunto com as operações atinentes às reavaliações de ativo registradas de janeiro a julho, as de agôsto perfazem 3,1 trilhões de cruzeiros, ou seja, 66% das emissões nos 8 primeiros meses do ano. Se acrescermos a êsse total as reavaliações nos 3 últimos meses de 1964, efetuadas que foram sob os dispositivos da Lei n.º 4 357, as reavaliações das sociedades anônimas nos últimos 11 meses (outubro de 1964 a agôsto de 1965) montam a cêrca de 4,2 trilhões de cruzeiros, ou seja, importância superior à admitida por CONJUNTURA ECONÔMICA em seus cálculos. Cumpre salientar, todavia, que o processo em tela é contínuo e de difícil caracterização, uma vez que a taxa de correção que serve de base para essas reavaliações se liga à deterioração do poder aquisitivo da moeda na atualidade. Como tal deterioração persiste, novas reavaliações se incorporam às observadas até meados do ano em curso, alterando, conseqüentemente, as previsões a respeito formuladas logo após o início da

I — EMISSÕES DE CAPITAL — AGÔSTO DE 1965
(Em milhões de cruzeiros)

UNIDADES FEDERADAS	TOTAL GERAL	NOVAS SOCIEDADES	AUMENTO DE CAPITAL MEDIANTE:					
			Total	Subscrição em dinheiro	Incorporação de reservas	Incorporação de C/C	Reavaliação de ativo	Outras operações
Alagoas	6 793,3	—	6 793,3	50,0	44,3	—	6 699,0	—
Amazonas	1 054,0	—	1 054,0	—	—	—	1 054,0	—
Bahia	7 565,0	760,0	6 805,0	110,8	651,8	—	4 572,6	1 469,8
Ceará	5 630,5	241,2	5 389,3	476,7	536,9	174,4	4 184,5	16,8
Distrito Federal	90 152,8	—	90 152,8	38 030,0	18,5	—	104,3	52 000,0
Espírito Santo	919,8	30,0	889,8	96,4	70,5	—	722,9	—
Goiás	85,5	—	85,5	25,0	11,2	—	49,3	—
Guanabara	133 541,8	1 311,0	132 230,8	10 294,6	7 184,9	5 035,5	109 439,5	276,3
Minas Gerais	12 352,6	1 750,0	10 603,6	3 807,4	289,2	2 214,4	4 169,6	123,0
Paraná	6 719,4	311,0	6 408,4	1 586,7	542,3	69,8	3 990,2	219,4
Pernambuco	33 304,6	—	33 304,6	1 340,4	659,8	—	31 304,4	—
Rio de Janeiro	1 890,7	530,0	1 360,7	652,7	56,4	—	651,6	—
Rio Grande do Norte	1 237,4	—	1 237,4	166,0	29,0	20,0	1 022,4	—
Rio Grande do Sul	21 472,7	82,2	21 390,5	3 057,8	1 412,5	197,2	14 008,5	2 714,5
Santa Catarina	14 889,4	94,8	14 794,6	2 097,5	275,3	44,8	12 228,3	148,7
São Paulo	285 052,2	2 132,2	282 920,0	23 513,6	16 488,2	10 264,9	210 013,6	22 639,7
Sergipe	155,0	—	155,0	—	—	—	155,0	—
TOTAL	622 817,7	7 242,4	615 575,3	85 305,6	28 270,8	18 021,0	404 369,7	79 608,2

FONTE: Diários Oficiais.

II — EMISSÕES DE CAPITAL — AGÔSTO DE 1965
(Em milhões de cruzeiros)

UNIDADES FEDERADAS	RAMOS DE ATIVIDADE											
	BANCOS E SEGUROS		COMERCIAL		IMOBILIÁRIO		INDUSTRIAL		SERVIÇOS PÚBLICOS		DIVERSOS	
	Novas Emprêsas	Aumento de Capital	Novas Emprêsas	Aumento de Capital	Novas Emprêsas	Aumento de Capital	Novas Emprêsas	Aumento de Capital	Novas Emprêsas	Aumento de Capital	Novas Emprêsas	Aumento de Capital
Alagoas	—	—	—	40,0	—	80,0	—	6 673,3	—	—	—	—
Amazonas	—	—	—	30,0	—	—	—	1 024,0	—	—	—	—
Bahia	30,0	—	—	258,3	—	—	300,0	6 415,5	—	30,0	430,0	101,2
Ceará	—	—	1,2	922,1	—	501,8	70,0	1 622,3	70,0	1 900,0	100,0	443,1
Distrito Federal	—	—	—	129,0	—	—	—	23,8	—	90 000,0	—	—
Espírito Santo .	—	—	—	92,3	—	—	—	721,0	—	—	30,0	76,5
Goiás	—	30,0	—	14,0	—	—	—	41,5	—	—	—	—
Guanabara	500,0	5 194,4	1,0	5 603,2	27,0	1 358,6	208,0	105 939,4	—	1 728,0	575,0	12 407,2
Minas Gerais ..	100,0	200,0	1 150,0	1 680,1	—	—	480,0	8 124,3	—	189,0	20,0	410,2
Paraná	150,0	160,0	80,0	2 757,7	—	—	55,0	2 398,3	—	859,1	26,0	233,3
Pernambuco ...	—	—	—	452,8	—	1 681,9	—	30 568,6	—	—	—	601,3
Rio de Janeiro	—	—	—	168,0	30,0	7,0	—	654,9	—	209,5	500,0	321,3
R. G. do Norte	—	—	—	39,8	—	93,0	—	1 042,6	—	62,0	—	—
R. G. do Sul .	50,0	129,0	3,0	3 801,0	—	30,0	29,2	16 557,7	—	61,9	—	810,9
Santa Catarina	—	—	94,8	1 573,9	—	715,0	—	11 681,8	—	562,9	—	261,0
São Paulo	805,0	14 188,0	157,0	27 421,8	48,0	2 980,6	832,0	222 696,1	—	4 650,0	290,2	10 983,5
Sergipe	—	—	—	—	—	—	—	155,0	—	—	—	—
TOTAL	1 635,0	19 901,4	1 487,0	44 984,0	105,0	7 447,9	1 974,2	416 340,1	70,0	100 252,4	1 971,2	26 649,5

FONTE: Diários Oficiais.

III — EMISSÕES DE CAPITAL — JANEIRO A AGÔSTO DE 1965
(Em milhões de cruzeiros)

UNIDADES FEDERADAS	TOTAL	FUNDAÇÕES	AUMENTO
Bahia	53 527,2	1 850,0	51 677,2
Distrito Federal	153 408,4	50,0	153 358,4
Guanabara	1 097 361,1	10 685,9	1 086 675,2
Minas Gerais	406 834,2	5 468,4	401 365,8
Paraná	86 023,1	2 881,2	83 141,9
Pernambuco	84 778,3	420,0	84 358,3
Rio de Janeiro	55 874,1	1 198,6	54 675,5
R. G. do Sul	155 890,6	5 057,7	150 832,9
Santa Catarina	66 277,9	20 656,8	45 621,1
São Paulo	2 331 372,8	20 600,1	2 310 772,7
Outras	156 726,3	8 855,5	147 870,8
TOTAL	4 648 074,0	77 724,2	4 570 349,8

FONTE: Diários Oficiais.

execução do referido dispositivo legal (Lei n.º 4 357).

Das emissões de capital em agôsto, no valor de 623 bilhões de cruzeiros, 616 bilhões resultaram do aumento de capital de 1 150 sociedades anônimas e os restantes 7 bilhões da fundação de 81 outras emprêsas do gênero. No que se refere ao processo de subscrição do capital em aprêço, 66% resultaram de reavaliação de ativos imobilizados; 14% da subscrição em dinheiro; 7% da utilização de reservas das próprias sociedades e de acionistas, mantidas estas últimas em conta corrente nas emprêsas; e os restantes 13% de outras operações.

Relativamente à participação dos ramos de atividade, as emissões de agôsto foram assim distribuídas: industrial, 67%; serviços públicos, 16%; comercial, 7%; bancos e seguros, 3%; e os restantes 7% a diversas atividades.

Ainda em agôsto, 35 firmas se transformaram em sociedades anônimas, com um capital global de aproximadamente 2 bilhões de cruzeiros. No mesmo período há a assinalar o registro de uma operação de "debêntures" por parte de uma sociedade sediada na Guanabara e ligada ao ramo comercial, no valor de 300 milhões de cruzeiros.

INSOLVÊNCIAS — MELHORA A SOLVABILIDADE NO RIO

Na praça do Rio de Janeiro os devedores de papéis comercias atenderam geralmente em julho os seus compromissos em escala menos desfavorável do que nos 2 meses precedentes. No período analisado 2,4 mil títulos no valor de Cr$ 632 milhões sofreram protesto, contra 3,1 mil por Cr$ 794 milhões em junho e 2,6 mil totalizando Cr$ 691 milhões em maio (ver QUADRO I). As promissórias e duplicatas vultosas não pagas por indivíduos (e firmas de ramos ignorados) importaram em Cr$ 129 milhões (Cr$ 43 milhões em junho e Cr$ 80 milhões em maio). Continuaram, portanto, a se fazer sentir fortes flutuações quanto à liquidação de compromissos a prazo de consumidores e de devedores por empréstimos pessoais.

O grande número de promissórias e duplicatas não pagas (todos os valôres unitários em conjunto) em maio e junho provocou um aumento subseqüente de insolvências requeridas. Em julho as falências e concordatas requeridas subiram a 39, contra 23



em junho e 31 em maio (ver QUADRO II). Embora nos 3 últimos meses tenha crescido a quantidade de falências solicitadas, diminuiu a de decretadas e, simultâneamente, elevou-se a de denegadas, conforme revela o resumo que apresentamos adiante.

FALÊNCIAS NO RIO DE JANEIRO

1965	Requeridas	Decretadas	Denegadas
Fevereiro a abril	46	15	13
Maio a julho	70	12	18

Isto indica que grande parte das firmas em dificuldades financeiras conseguiu atender — com atraso — as obrigações vencidas. Assim, os respectivos requerimentos de falência foram indeferidos ou simplesmente arquivados.

I — TITULOS PROTESTADOS NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO
JULHO DE 1965
Número em milhares — Valor em milhões de Cr$

PRAÇA E PERÍODO	PROMISSÓRIAS		DUPLICATAS		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
RIO DE JANEIRO:						
Julho de 1965	0,9	340	1,6	292	2,4	632
Janeiro a julho de 1965 ...	6,2	1 919	10,6	1 856	16,8	3 775
Janeiro a julho de 1964	4,9	2 162	7,3	580	12,2	2 741
Junho a dezembro de 1964 ..	4,3	1 163	7,1	624	11,4	1 787
SÃO PAULO:						
Julho de 1965	3,4	1 046	5,2	849	8,6	1 895
Janeiro a julho de 1955	19,5	5 263	31,9	5 212	51,4	10 475
Janeiro a julho de 1964	17,0	2 212	21,3	1 668	38,3	3 880
Junho a dezembro de 1964 ..	17,2	2 766	21,6	1 960	38,9	4 726

FONTE: Cartórios.

II — FALÊNCIAS E CONCORDATAS NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO

JULHO DE 1965

PRAÇA E PERÍODO	FALÊNCIAS			CONCORDATAS		
	Requeridas	Decretadas	Denegadas	Requeridas	Decretadas	Denegadas
RIO DE JANEIRO:						
Julho de 1965	31	4	8	8	3	2
Janeiro a julho de 1965 ..	126	32	34	56	45	16
Janeiro a julho de 1964 ..	109	36	32	19	15	22
Junho a dezembro de 1964	123	25	43	15	20	17
SÃO PAULO:						
Julho de 1965	119	17	—	10	11	1
Janeiro a julho de 1965 ..	661	72	1	119	83	4
Janeiro a julho de 1964 ..	413	59	1	38	36	6
Junho a dezembro de 1964	482	64	2	32	27	1

FONTE: Cartórios.

S. PAULO: AUMENTAM TÍTULOS PROTESTADOS E FALÊNCIAS DECRETADAS

Na praça de S. Paulo predominaram ainda em julho fatôres adversos. Sofreram protesto neste mês 8,6 mil títulos no total de Cr$ 1 895 milhões, contra 7,2 mil perfazendo Cr$ 1 388 milhões em junho e 7,7 mil representando Cr$ 1 502 milhões em maio. Os responsáveis por promissórias ou duplicatas vultosas deixaram de pagar papéis no total de Cr$ 131 milhões, o que representa uma melhoria em comparação com junho, quando se registraram Cr$ 139 milhões, ou em relação a maio, com Cr$ 150 milhões.

No período analisado as falências requeridas se referem a 119 firmas (91 em junho e 84 em maio). Ainda em julho, as concordatas pedidas envolveram sòmente 10 emprêsas, contra 15 a 17 nos 2 meses anteriores. O decréscimo da quantidade de concordatas, com simultâneo incremento das falências, não dá mar-

III — TÍTULOS VULTOSOS PROTESTADOS E INSOLVÊNCIAS REQUERIDAS
JULHO DE 1965

(Milhões de Cr$)

RAMO DE ATIVIDADE	TÍTULOS VULTOSOS PROTESTADOS		INSOLVÊNCIAS REQUERIDAS	
	No mês	No ano	No mês	No ano
RIO DE JANEIRO				
Produtos químicos	28,2	39,5	1	6
Importação, exportação e representação	21,8	52,8	1	14
Gêneros alimentícios	18,4	77,4	6	13
Vestuário	9,1	100,8	4	32
Imóveis (e ramos anexos)	5,4	95,3	7	22
Minérios e metalurgia	5,0	58,6	3	10
Outros, salvo particulares e ramos ignorados	35,9	156,2	17	85
TOTAL (inclusive particulares e ramos ignorados)	256,1	1 162,4	39	182
SÃO PAULO				
Emprêsas financeiras	47,4	47,4	—	1
Imóveis (e ramos anexos)	39,1	125,3	6	32
Vestuário	18,9	169,8	3	47
Papéis e embalagens	17,4	74,5	2	8
Importação, exportação e representação	16,3	38,4	4	14
Agricultura	15,0	15,0	—	—
Minérios e metalurgia	8,5	380,0	3	47
Gêneros alimentícios	7,6	88,9	8	28
Produtos químicos	6,9	47,9	2	13
Plásticos	4,2	62,8	1	8
Outros, salvo particulares e ramos ignorados	64,3	201,6	100	582
TOTAL (inclusive particulares e ramos ignorados)	376,2	2 637,7	129	780

FONTE: Cartórios.

IV — ANDAMENTO DE PROCESSOS FALIMENTARES NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO — SITUAÇÃO EM 31-7-65

FALÊNCIA OU CONCORDATA	RIO DE JANEIRO		SÃO PAULO	
	Falências	Concordatas	Falências	Concordatas
1. Requeridas em 1965, até 31-7 ...	126	56	661	119
2. Decididas até 31-7-65	31	37	34	77
3. N.º de processos pendentes (1 — 2)	95	19	627	42
4. Requeridas em 1964, até 31-12 ..	195	32	780	63
5. Decididas até 31-7-65	63	29	72	49
6. N.º de processos pendentes (4 — 5)	132	3	708	14
7. N.º total de processos pendentes (3 + 6)	227	22	1 335	56

FONTE: Cartórios.

gem, contudo, a uma interpretação otimista, pois a evolução indica ter aumentado o número de organizações ameaçadas de encerramento definitivo de sua atividade (falência), justamente quando rarearam as dificuldades mais ou menos transitórias (concordatas). Isto é confirmado pela maior freqüência de falências decretadas, que se elevaram a 49 entre maio e julho, contra 16 no intervalo fevereiro/abril, embora o número de falências solicitadas tenha permanecido pràticamente constante (294 nos últimos 3 meses, contra 295 no trimestre precedente).

OS RAMOS-CHAVE E A CONJUNTURA

Uma espécie de barômetro quanto aos insucessos comerciais em geral é constituído pelo comportamento de cêrca de uma dezena de ramos de atividade econômica. Êstes, em nosso meio, figuram regularmente na estatística de insolvências com algarismos que, no conjunto, lhes dão razoável representatividade. Tal como as demais insolvências, também as falências e concordatas relativas a êstes ramos de atividade costumam ocorrer um ou vários meses após o protesto dos títulos vencidos a cargo das respectivas firmas. Um confronto dos títulos vultosos levados a protesto, cujos devedores em cada caso são conhecidos através da estatística de CONJUNTURA ECONÔMICA, com os pedidos de insolvência em determinado período permitirá prever a varia-

V — TAXA DE PROTESTO DE TÍTULOS E ÍNDICE DE SOLVÊNCIA NO RIO DE JANEIRO E EM S. PAULO JANEIRO A JULHO DE 1965

PRAÇA E NATUREZA DOS EMPRÉSTIMOS	TÍTULOS PROTESTADOS (Milhões de Cr$)	EMPRÉSTIMOS VENCIDOS Média Mensal (Bilhões de Cr$)	TAXA DE PROTESTO (Por 1 000) 1965 (2) / (3)	1964	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA (1954 = 100) 1965	1964
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
RIO DE JANEIRO:						
Empréstimos C/C ...	1 919	66	29,1	49,0	524	882
Títulos descontados ..	1 856	394	4,7	2,7	158	90
Total	3 775	460	8,2	10,6	190	245
SÃO PAULO:						
Empréstimos C/C ...	5 263	236	22,3	17,0	497	380
Títulos descontados ..	5 212	1 115	4,7	2,7	196	111
Total	10 475	1 351	7,8	5,1	227	148

FONTES: "Conjuntura Econômica" e Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

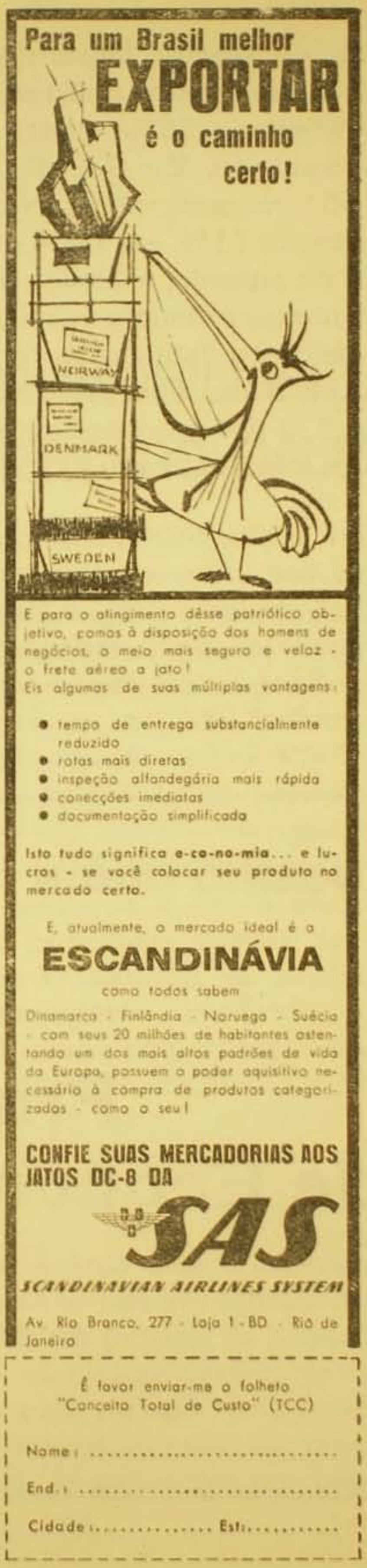
ção em futuro próximo da conjuntura válida para os diferentes setores examinados, bem como o reflexo desta sôbre a economia total. Tomando como base os elementos constantes do QUADRO III, observa-se: 1) — em julho deu entrada um número relativamente grande de pedidos de falência ou concordata, relativos a firmas dos seguintes ramos, em conseqüência de elevado montante de títulos vultosos de sua responsabilidade, protestados no mesmo período: no Rio de Janeiro — gêneros alimentícios, produtos químicos e imóveis (inclusive ramos anexos, como materiais de construção etc.); em S. Paulo — importação/exportação e representações, papéis e embalagens, produtos químicos e imóveis (inclusive ramos anexos); 2) — os requerimentos de insolvência afetaram reduzido número de firmas dos seguintes ramos porque os títulos vultosos no mês investigado ou no anterior permaneceram restritos a um valor moderado: no Rio de Janeiro — vestuário e importação/exportação ou representações; em S. Paulo — vestuário, plásticos, minérios e metalurgia; 3) — é de se esperar que a quantidade de insucessos comerciais decline quanto aos ramos abaixo porque o grande número de solicitações de falên-

cia ou concordata em julho foi conseqüência de títulos vultosos protestados em meses anteriores: no Rio de Janeiro — imóveis (inclusive ramos anexos), minérios e metalurgia; em S. Paulo — gêneros alimentícios; 4) — uma só emprêsa financeira e uma organização agrícola deixaram de liquidar os títulos indicados no QUADRO III nas respectivas rubricas, o que não permite conclusões genéricas.

O ANDAMENTO DE PROCESSOS FALIMENTARES

A maioria das falências decretadas e quase tôdas as concordatas deferidas são julgadas poucos meses depois de requeridas. Mesmo assim, costumam ser observadas apreciáveis oscilações quanto ao tempo médio entre o pedido e a decisão da justiça. Tais oscilações dependem tanto do esfôrço dos interessados em ver decididas as solicitações (preenchendo os requisitos indispensáveis), como da demora mais ou menos pronunciada do andamento burocrático pròpriamente dito.

Segundo se depreende do QUADRO IV, as sentenças em processos falimentares, nas duas capitais estudadas, puderam no corrente ano (até julho) ser proferidas com mais rapidez, isto é, em maior número de casos, do que em igual época de 1964. Em relação às 126 falências pedidas



no Rio de Janeiro, foram decretados ou denegados pedidos correspondentes a 25%, contra 3% no ano anterior. Em S. Paulo 5% dos 661 requerimentos tiveram julgamento (1% em 1964). Tal como no passado, a justiça decidiu sem maior demora as solicitações de concordata, encontrando-se, no momento, solucionados cêrca de 2/3 dos processos encaminhados nas duas capitais.

Com a alta menos intensa de preços nos últimos meses, diminuíram os prejuízos advindos aos credores pela demora dos processos falimentares e conseqüente liquidação — nem que seja parcial — dos créditos reconhecidos. O mais rápido andamento dos processos contribuiu, independentemente daquele fator monetário, no mesmo sentido.

No Rio de Janeiro os pedidos de falência ou concordata, com entrada em juízo desde 1-1-64 e ainda pendentes de decisão em 31-7-65, se referem a 249 organizações (ver QUADRO IV), correspondendo a 61% dos requerimentos encaminhados, e em S. Paulo a 1 391 emprêsas (86% dos requerimentos).

EUGENIO GUDIN

Princípios de Economia Monetária

QUINTA EDIÇÃO

À VENDA NAS LIVRARIAS

MERCADO IMOBILIÁRIO — MERCADO CALMO

Não foram ainda removidos os obstáculos a uma atividade mais intensa de construção civil, originados de diversos preceitos das leis de incorporação, inquilinato e de impôsto de renda atualmente em vigor, embora se espere para breve uma modificação de tais dispositivos. Isto foi suficiente para que certo número de eventuais inversores em bens de raiz continuassem a aguardar oportunidade mais favorável para empregar capital em propriedades imobiliárias. Com a sanção da lei de mercado de capitais, previa-se reanimação da bôlsa de valôres no que se refere a compra e venda de ações. Nessas condições, o interêsse pela aquisição de bens de raiz permaneceu fraco em julho. Assim, as promessas de compra e venda só se referem a 332 unidades, no valor de Cr$ 773 milhões, contra 391 transações, totalizando Cr$ 1 066 milhões, no mês anterior.

Nos primeiros 7 meses do ano, negociaram-se 2 300 imóveis, no valor declarado de Cr$ 4 562 milhões, contra 2 098 perfazendo Cr$ 4 306 milhões em igual época de 1964. O excesso quantitativo continua a ser ocasionado pelas crescentes vendas de terrenos. O número de prédios e apartamentos adquiridos em 1965 ainda não alcançou os totais apurados até julho de 1964.

PESSOAS FÍSICAS FORMAM PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

De acôrdo com o movimento de bens de raiz dos últimos meses no Rio de Janeiro, as pessoas físicas efetuaram crescentes compras e ao mesmo tempo venderam menor número de propriedades. As aquisições por pessoas

I — COMPRAS E VENDAS DE IMÓVEIS NO RIO DE JANEIRO POR PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS JANEIRO A JULHO DE 1965

(Milhões de Cr$)

PESSOAS	COMPRAS				VENDAS			
	1965		1964		1965		1964	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Físicas ...	2 217	4 155	2 051	3 969	1 757	3 989	1 838	3 805
Jurídicas ..	83	407	47	337	543	573	260	500
TOTAL ..	2 300	4 562	2 098	4 306	2 300	4 562	2 098	4 306

FONTE: Cartórios.

físicas aumentaram de 2 051 para 2 217 unidades desde 1964 (7 meses), ao passo que as vendas diminuíram de 1 838 para 1 757 imóveis (ver QUADRO I). Nestas condições, a ampliação do patrimônio imobiliário de pessoas físicas se eleva no corrente ano a cas se eleva no corrente ano a 2,1% das compras, contra 1,6% em 1964.

A atividade de pessoas jurídicas no mercado imobiliário cresceu apreciàvelmente nos últimos tempos. O valor das compras, todavia, só apresenta por enquanto superavit moderado, visto que grande parte corresponde a terrenos de reduzido valor unitário.

A quantia média empregada por uma pessoa física na aquisição de um imóvel (Cr$ 1,9 milhão) não sofreu alteração desde o ano passado, se bem que os preços de bens de raiz acusem certa alta. A importância, também média, obtida na venda de uma propriedade por particular, subiu, porém, no mesmo intervalo de 2,1 para 2,3 milhões de cruzeiros.

As diferentes entidades restringiram os recursos aplicados na imobilização em bens de raiz e se contentaram, ao mesmo tempo, em realizar imóveis de restrito valor por unidade. Suas inversões médias importaram em Cr$ 4,9 milhões por propriedade (Cr$ 7,2 milhões em 1964) e seus desinvestimentos em Cr$ 1,1 milhão (Cr$ 1,9 milhão em 1964).

MENOR O NÚMERO DE HIPOTECAS

O levantamento completo dos novos empréstimos hipotecários até maio último, cujos resultados definitivos já foram apurados, permite avaliar os efeitos iniciais da nova política estabelecida com referência ao financiamento imobiliário. Conforme se recorda, o atual govêrno, em seu esfôrço em prol de uma moeda estável, recomendou que os estabelecimentos oficiais de crédito, mormente as Caixas Econômicas, se abstivessem de conceder hipotecas amortizáveis em prazos muito longos ou a juros baixos e aplicassem a correção aos saldos a liquidar.

Estas determinações colocam um ponto final às vantagens obtidas pelos devedores durante os anos de intensa inflação, quando foi restituído aos credores um valor nominal igual à importância emprestada, mas de inferior poder aquisitivo, sem compensar esta diferença por meio de uma indenização adequada em forma de juros ou por outro meio qualquer.

Não mais interessando tanto quanto antes aos devedores obter empréstimos com garantia de bens de raiz e também devido ao fraco movimento de compras imobiliárias, o número de transações hipotecárias diminuiu de 2 822 nos 5 meses iniciais de

II — NOVAS HIPOTECAS NO ESTADO DA GUANABARA (LEVANTAMENTO COMPLETO) SEGUNDO OS CREDORES

Janeiro a maio de 1965
(Milhões de Cr$)

CREDORES	1965		1964	
	N.º	Valor	N.º	Valor
Caixa Econômica ...	1 345	3 588	1 957	4 053
Bancos	81	2 000	42	277
Previdência Social	351	979	384	723
Particulares	161	474	170	342
Cias. de Seguros e Capitalização	31	154	62	175
Outros	110	326	207	270
TOTAL .	2 080	7 521	2 822	5 845

FONTE: Cartórios

III — NOVAS HIPOTECAS NO ESTADO DA GUANABARA (LEVANTAMENTO COMPLETO) SEGUNDO OS PRAZOS CONTRATUAIS
JANEIRO A MAIO DE 1965
(Milhões de Cr$)

(anos) PRAZO	1965		1964	
	N.º	Valor	N.º	Valor
Até 1	630	1 193	114	257
Mais de 1 a 3	109	320	478	852
Mais de 3 a 5	171	560	110	275
Mais de 5 a 10	444	2 191	479	824
Mais de 10 a 15	380	1 551	309	638
Mais de 15 .	346	1 706	1 332	2 999
TOTAL ..	2 080	7 521	2 822	5 845

FONTE: Cartórios

1964 para 2 080 em igual período do ano em curso (−26%). Em virtude da alta de preços em geral, inclusive de alguns tipos de imóveis, a quantia média de um dêstes empréstimos aumentou, porém, de 2,1 milhões para 3,6 milhões de cruzeiros. Explica-se assim o fato de ter o valor global dos novos financiamentos crescido de Cr$ 5,8 bilhões para Cr$ 7,5 bilhões, apesar da diminuição do número de operações. Um exame dos resultados constantes do QUADRO II mostra ainda que a Caixa Econômica e os demais inversores, salvo os bancos, restringiram a sua atividade neste setor, concedendo menor número (−781) de financiamentos e reduzindo os recursos empregados (−Cr$ 47 milhões). Ao mesmo tempo, as novas hipotecas efetuadas por bancos como credores dobraram em quantidade e aumentaram 7 vêzes em valor.

A distribuição de crédito imobiliário segundo o prazo de amortização sofreu realmente profunda modificação desde igual período do ano passado, conforme se verifica no QUADRO III. As hipótecas com + de 15 anos acusaram uma queda quantitativa de

IV — PROMESSAS DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS NO RIO DE JANEIRO
JULHO DE 1965

Áreas em mil m² — Valôres em milhões de Cr$

ZONA E PERÍODO	PRÉDIOS			TERRENOS			APARTAMENTOS	
	N.º	Área	Valor	N.º	Área	Valor	N.º	Valor
Subúrbios	47	18	81	87	213	114	34	68
Norte	17	2	47	2	1	2	24	42
Centro	—	—	—	—	—	—	9	27
Sul	—	—	—	2	2	4	103	362
Ilhas	2	1	13	3	1	8	2	5
TOTAL	66	21	140	94	217	127	172	505
Janeiro a julho de 1965	535	169	1 005	558	1 301	412	1 207	3 145
Janeiro a julho de 1964	580	270	1 084	125	55	54	1 393	3 168
Junho a dezembro de 1964	483	202	861	92	57	45	1 184	2 605

FONTE: Cartórios.

V — NOVAS HIPOTECAS NO RIO DE JANEIRO (AMOSTRA) JULHO DE 1965

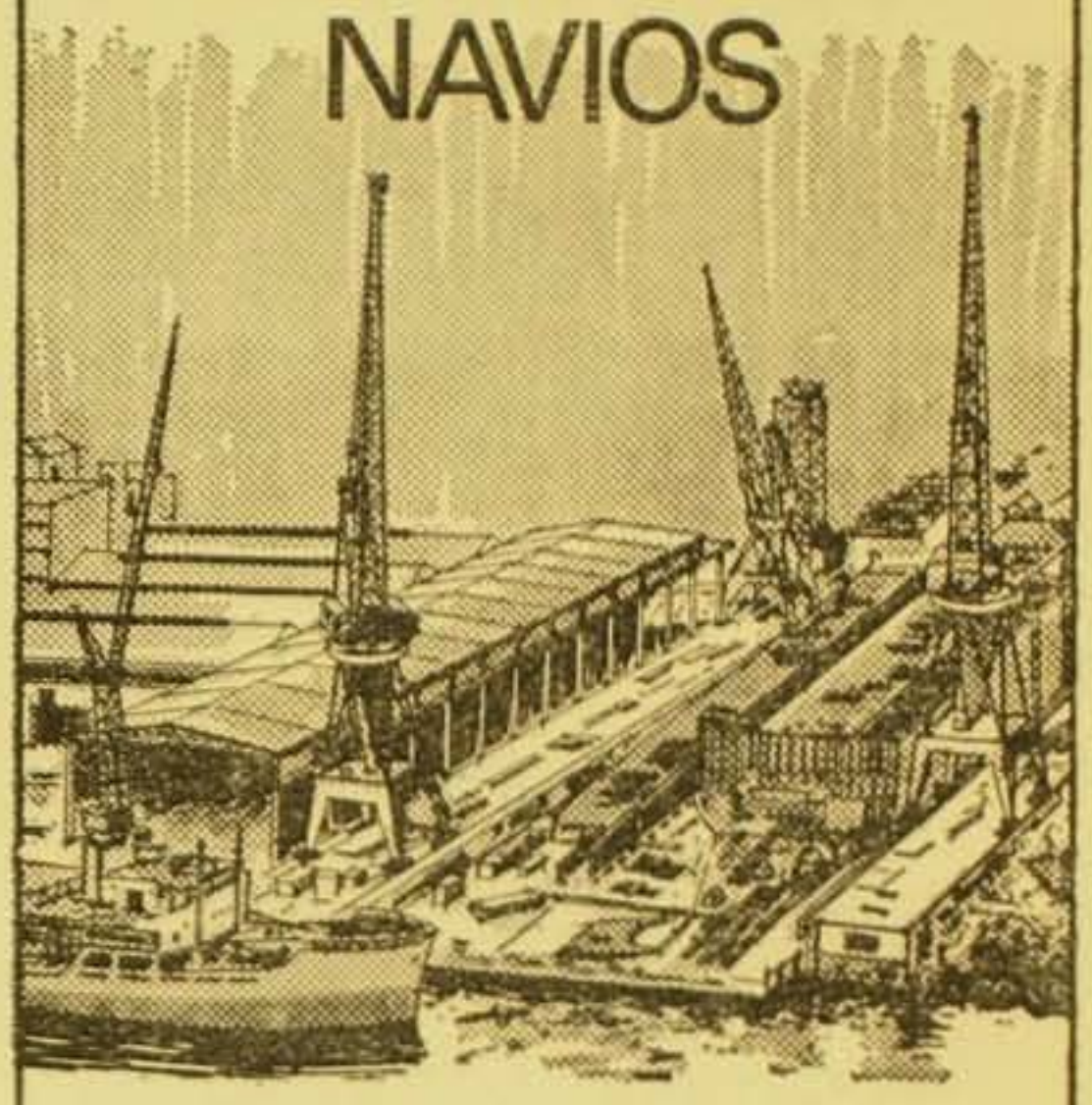
PRAZO (anos)	N.º	VALOR (Cr$ milhões)	JUROS MÉDIOS %
Até 5	46	240	11,9
6 a 15	15	89	11,1
16 ou mais	1	13	12,0
TOTAL	62	343	11,7
Janeiro a julho de 1965	363	1 524	11,1
Janeiro a julho de 1964	530	1 517	11,0
Junho a dezembro de 1964	381	1 245	10,5

Fonte: Cartórios.

1 332 para 346, tendo em conseqüência aumentado — embora moderadamente — a incidência nos prazos de 10 a 15 anos. Similar deslocamento, se bem que em proporções mais modestas, pode ser observado nos demais agrupamentos vizinhos. O único acréscimo apreciável ocorreu em relação aos financiamentos por um ano.

Finalmente, a importância de uma hipoteca no corrente ano foi, em média, mais elevada em se tratando de dívida a liquidar em prazo extenso e mais modesta para os débitos a amortizar em poucos anos. Assim, tivemos (valôres em milhões de Cr$):

HÁ 60 ANOS FABRICAMOS E REPARAMOS NAVIOS



Nosso negocio é lidar com navios. Mais precisamente fazer e reparar navios. Nisto representamos uma forte tradição 100% brasileira (60 anos !), pois a COMPANHIA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO é de origem, capital e mão-de-obra inteiramente nacionais.
O Estaleiro Mauá, na Ponta d Areia, está aparelhado para atender às solicitações dos Srs. armadores, dispondo de equipamentos de reparos e construção modernos. Consultem-nos.

ESTALEIRO MAUÁ
COMPANHIA COMÉRCIO
E NAVEGAÇÃO

SEDE SOCIAL: AV. RIO BRANCO, 103 - 8.º ANDAR - GB.
ESTALEIROS: PONTA D'AREIA - NITERÓI - EST. DO RIO

Prazo	1965	1964
Até 1 ano	1,9	2,3
+ de 1 a 3	2,9	1,8
+ de 3 a 5	3,3	2,5
+ de 5	4,7	2,1

Um confronto dos valôres supra com os atuais preços de bens de raiz indica que no ano em curso os empréstimos tomados por prazo de até 3 anos se destinaram em sua maioria ao custeio de reformas de imóveis e à cobertura de outras transações, ao passo que nas hipotecas de duração superior predominaram as compras de imóveis. A diminuição, desde 1964, da quantia média obtida a título de empréstimo por 1 ano mostra que substanciais importâncias foram utilizadas em 1964 para o financiamento de negócios diversos (exclusive transações vinculadas a imóveis). Os juros mais altos e a cláusula de correção monetária estão agora afastando proponentes a crédito excessivamente barato. Os resultados acima revelam ainda que as dívidas assumidas foram tanto mais altas quanto maior tiver sido o prazo de amortização estipulado. Os financiamentos obtidos por mais de 1 ano cresceram, em média, desde 1964, em escala superior ao incremento dos preços de bens de raiz. Isto significa que os recursos próprios aplicados pelos compradores tendem atualmente a diminuir.

Os efeitos para o devedor, da diminuição dos prazos de restituição da quantia emprestada e da abolição de juros inferiores a 12% ao ano, são ilustrados pela seguinte comparação:

DÍVIDA ADMITIDA: 100

PRAZO (anos)	JUROS (%) ao ano	MENSALIDADE Pela Tabela Price	JUROS TOTAIS
20	10	0,97	132,8
15	10	1,07	92,6
10	10	1,32	58,4
10	12	1,43	71,6
5	12	2,22	33,2
3	12	3,32	19,5
2	12	4,70	12,8
1	12	8,88	6,56

ESTUDO ESPECIAL

BALANÇOS DAS COMPANHIAS DE SEGUROS E DE CAPITALIZAÇÃO

EXPANSÃO DO SEGURO PRIVADO

Em 1964 os preços sofreram uma alta da ordem de 92%. Imóveis, instalações industriais, automóveis e outros objetos e valôres protegidos por seguros contra riscos elementares (incêndio etc.) passaram, assim, a representar importâncias nominais mais elevadas. Nestas condições, os indivíduos e as entidades já segurados tiveram que aumentar substancialmente, tal como nos anos anteriores, as quantias básicas de eventuais indenizações e de despender prêmios superiores, sob pena de assumirem por conta própria parte dos riscos. De fato, a receita média de uma sociedade de seguros elementares e/ou acidentes no trabalho (excluídos, portanto, os seguros de vida) atingiu no ano examinado Cr$ 726 milhões, contra Cr$ 355 milhões em 1963, o que corresponde a um crescimento de 105% (102% no período anterior). Não houve, assim, apenas um ajustamento dos capitais segurados de apólices renovadas em 1964, mas inclusive expansão real de apreciável extensão a novos clientes.

Comparação similar permite estabelecer que o seguro de vida cresceu — em têrmos nominais — de aproximadamente 50%. Considerando que o custo da vida, por exemplo, no Estado da Guanabara, apresentou no ano em aprêço uma alta de 87%, chega-se à conclusão de que os pecúlios existentes em 1964 foram majorados em escala insuficiente e que a difusão da instituição a novos segurados se processou de maneira pouco satisfatória. A

inflação explica essa perda de interêsse dos indivíduos em fazerem seguros de vida.

PRINCIPAIS RESULTADOS DOS BALANÇOS

As 140 seguradoras, cujos balanços serviram de base para o presente estudo, registraram uma receita bruta de Cr$ 146 bilhões (ver QUADRO I). Neste total estão incluídos Cr$ 134 bilhões de prêmios pagos por seguradores, Cr$ 8 bilhões de receita de inversões (dividendos, juros, aluguéis etc.) e Cr$ 4 bilhões de outras receitas. Da referida receita bruta, as companhias retiraram Cr$ 69 bilhões para atender aos encargos técnicos (pagamento de seguros e aumento de reservas obrigatórias) e Cr$ 70 bilhões para cobrir as despesas de gestão (aquisição de novos negócios e despesas gerais). O excedente apurado, depois de satisfeitos todos os compromissos acima, montou a Cr$ 6,3 bilhões. Cumpre frisar que êste excedente não alcançou a importância da receita de inversões. Isto significa que o resultado industrial (receita de prêmios menos soma de encargos técnicos e despesas de gestão), tal como em vários anos precedentes, foi negativo. Em outras palavras: o lucro das companhias de seguros proveio do rendimento da aplicação de capital, mas não resultou de um excesso de prêmios sôbre as obrigações industriais (encargos técnicos e despesas de gestão).

POR QUE AUMENTOU O EXCEDENTE?

A composição da receita e da despesa não apresentou modificações dignas de nota em relação aos 2 anos anteriores, conforme esclarece o resumo seguinte:

	1964 (%)	1963 (%)	1962 (%)
Receita de prêmios ..	92	92	91
Receita de inversões ..	6	4	6
Outras receitas	2	4	3
Receita bruta	100	100	100
Encargos técnicos	48	49	49
Despesas de gestão ..	48	47	47
Excedente líquido .	4	4	4
Total	100	100	100

Nestas condições, o aumento de excedente de Cr$ 3,2 bilhões em 1963 para Cr$ 6,3 bilhões no ano estudado (ver QUADRO II) decorre da maior receita auferida pelas sociedades, mas não revela variações apreciáveis da sinistralidade ou dos gastos de gestão.

A RENTABILIDADE EM FACE DA ATUALIZAÇÃO DOS VALÔRES CONTÁBEIS

A reavaliação e a correção monetária de ativo imobilizado (diferentes denominações nos textos legais que dispõem sôbre o ajuste dos respectivos valôres contábeis) exerceram forte influência

I — BALANÇOS DE 140 COMPANHIAS DE SEGUROS EM 1964
(Milhões de Cr$)

Natureza da Receita ou Despesa	125 Cias. de seguros elementares e/ou acidentes no trabalho	15 Cias. de seguros de vida exclusivamente ou não)	
1. Receita de prêmios	90 736	42 912	133 648
2. Receita de inversões	4 429	3 773	8 202
3. Outras receitas	2 526	1 631	4 157
4. RECEITA BRUTA (1 a 3)	*97 691*	*48 316*	*146 007*
5. Pagamento de seguros	29 629	14 214	43 843
6. Aumento de reservas obrigatórias .	18 843	6 672	25 515
7. ENCARGOS TÉCNICOS (5 e 6)	*48 472*	*20 886*	*69 358*
8. Despesas de aquisição de novos negócios	23 321	10 703	34 024
9. Despesas gerais	21 526	14 830	36 356
10. DESPESAS DE GESTÃO (8 e 9)	*44 847*	*25 533*	*70 380*
11. EXCEDENTE LÍQUIDO (4 — 7 — 10)	*4 372*	*1 897*	*6 269*

FONTE: Balanços publicados no Diário Oficial.

sôbre os resultados numéricos da rentabilidade experimentada. Devido a êstes ajustamentos, os bens patrimoniais (capital realizado + reservas patrimoniais) das emprêsas analisadas cresceram de Cr$ 10 765 milhões em 1963 para Cr$ 47 002 milhões no ano seguinte, ao passo que o excedente líquido subiu de Cr$ 3 245 milhões para Cr$ 6 269 milhões. Assim, a taxa de rentabilidade (excedente líquido sôbre bens patrimoniais) sofreu queda radical, de 30% em 1963 para 13% em 1964. Isto não significa, entretanto, que o resultado financeiro no ramo seguros se tenha agravado. Representa apenas uma avaliação, mais exata do que antes, da rentabilidade, a qual era determinada computando-se os imóveis pelos seus valôres históricos, até que a faculdade de reavaliação do ativo imobilizado veio permitir uma fixação mais realista do respectivo coeficiente. Todavia, em virtude de condições peculiares da instituição do seguro privado, às quais ainda nos referiremos, a legislação vigente sôbre correção monetária não obriga as companhias do ramo a ajustarem todos os valôres do ativo imobilizado.

Em relação às sociedades de seguros elementares e/ou aciden-

tes no trabalho, a rentabilidade em 1964 permaneceu pràticamente igual à de 1962 (22,2% contra 22,7%). Isto se explica pela elevação relativamente módica dos bens patrimoniais no último ano (cêrca de 3,5 vêzes), com crescimento simultâneo e amplo do excedente (aproximadamente 2,4 vêzes).

As emprêsas que operam com seguros de vida possuem grande número de imóveis. O valor contábil de parte dêstes foi corrigido na base dos índices elaborados pelo Conselho Nacional de Economia, o que importou em acrescer os bens patrimoniais de Cr$ 3,4 bilhões em 1963 para Cr$ 21,3 bilhões em 1964. Tendo o excedente neste ano acusado apenas um aumento da ordem de 50%, a taxa de rentabilidade teve a queda indicada no QUADRO II (de 40% em 1963 para 9% no ano examinado).

Alterações das bases de cálculo, como as processadas em 1964, tornam impossível no momento um confronto racional com os resultados de exercícios anteriores. Todavia, darão mais significado do que antes às comparações futuras.

DIFICULDADES DO SEGURO PRIVADO NO BRASIL

A inflação impediu nos últimos anos que a instituição do seguro progredisse na mesma escala de outros ramos econômicos. O público reluta em fazer seguros, cuja indenização poderá revelar-se desatualizada na data da liquidação. As seguradoras, por sua vez, sofrem as conseqüências de crescentes despesas de gestão, sem conseguirem — pelo motivo exposto — ampliar substancialmente as carteiras e repartir os gastos comerciais entre maior número de apólices. Das sucessivas inversões, finalmente, nem sempre resultaram valôres ou rendimentos constantes, em têrmos reais. Confirma-se, no exemplo do Brasil, que uma moeda estável representa a base indispensável de um seguro privado próspero, tão conveniente à economia de um país.

Mostramos acima que os encargos técnicos absorveram em 1964 quase 52% e as despesas de gestão perto de 53% dos prêmios recebidos pelo conjunto de companhias de seguros operando com os diferentes riscos. Os pagamentos de tôdas as espécies efetuados no exercício, acrescidos do aumento das reservas obrigatórias, excedeu, portanto, de 5% os prêmios pagos pelos segurados. As cifras supra são médias válidas para o grupo de emprêsas cujos balanços estudamos. Estas compreendem mais de 85% das seguradoras que operam no Brasil e mais de 95% das importantes emprêsas. A amostra empre-

II — RENTABILIDADE DE 140 COMPANHIAS DE SEGUROS EM 1964
(Quantias em milhões de Cr$)

Ramo	Ano	Capital realizado em 31-12	Reservas patrimoniais em 31-12	Excedente líquido	Excedente distribuído	Excedente retido	Dividendos	Rentabilidade (%)
Seguros elementares e/ou acidentes no trabalho	1964	6 014	19 704	4 372	2 972	1 400	2 336	22,2
	1963	3 936	3 441	1 906	1 501	405	604	25,8
	1962	2 630	1 667	974	875	99	474	22,7
Seguros de vida (exclusivamente ou não)	1964	3 024	18 260	1 897	2 106	—209	635	8,9
	1963	1 743	1 645	1 339	1 010	329	342	39,5
	1962	1 494	776	512	506	6	201	22,6
TODOS	1964	9 038	37 964	6 269	5 078	1 191	2 971	13,3
	1963	5 679	5 086	3 245	2 511	734	946	30,1
	1962	4 124	2 443	1 486	1 381	105	675	22,6

FONTE: Balanços publicados no Diário Oficial.

III — COMPANHIAS DE SEGUROS EM 1964 — ENCARGOS TÉCNICOS OU DESPESAS DE GESTÃO EM % DOS PRÊMIOS RECEBIDOS E RENTABILIDADE SEGUNDO A RECEITA BRUTA

Cias. com uma receita bruta (Cr$ bilhões) de: (1)	N.º de Cias. (2)	Encargos técnicos (3)	Despesas de gestão (4)	(3) + (4) (5)	Rentabilidade (%) (6)
SEGUROS ELEMENTARES E/OU ACIDENTES NO TRABALHO					
Até 2 (excl.)	118	49,0	56,8	105,8	18,0
2 a 4 (excl.)	3	53,4	43,3	96,7	18,3
4 ou mais	4	58,6	42,5	101,1	14,5
Tôdas	*125*	*53,4*	*49,4*	*102,8*	*17,0*
SEGUROS DE VIDA (EXCLUSIVAMENTE OU NÃO)					
Até 2 (excl.)	6	49,0	68,0	117,0	neg.
2 a 4 (excl.)	4	46,5	60,6	107.1	15,4
4 ou mais	5	49,7	55.5	105,2	13,7
Tôdas	*15*	*48,7*	*59,5*	*108,2*	*8,9*
TODOS OS RAMOS					
Até 2 (excl.)	124	49,0	58,5	107,5	11,0
2 a 4 (excl.)	7	49,8	52,5	102,3	16,7
4 ou mais	9	55,0	47,8	102,8	14,0
Tôdas	*140*	*51,9*	*52,7*	*104,6*	*13,3*

gada é, pois, representativa. Uma divisão do conjunto investigado, segundo os riscos assumidos pelas sociedades, fornecerá resultados bem diversos entre si. Mormente os experimentados pelas companhias que operam em seguros de vida se distanciam muito dos obtidos nos demais setores. Segundo revela o QUADRO III, nas seguradoras que operam no ramo "vida" (exclusivamente ou não) as despesas de gestão em 1964 absorveram 60% dos prêmios auferidos, ao passo que as sociedades de seguros elementares e/ou acidentes no trabalho gastaram 49%. Isto é, em grande parte, conseqüência da insuficiente difusão do seguro de vida. Efetivamente, no período estudado, conforme vimos de início, os prêmios pagos pelos segurados nas modalidades "vida" só aumentaram de 50%, contra um incremento de 105% nos seguros elementares e acidentes no trabalho.

Não constitui novidade que no seguro de vida as despesas de gestão se situem em nível muito elevado e — em todo o caso — bem superior aos gastos simila-

res pelas demais seguradoras. Numerosas tentativas foram feitas nos últimos anos para remediar êste grave efeito da inflação. A análise subseqüente mostra, todavia, que o exame do problema exige que se considere a distribuição do mercado segurador segundo a ordem de grandeza das sociedades que o compõem. Verificar-se-á então que êste fator é pelo menos tão importante como a categoria de riscos assumidos (vida ou riscos elementares e acidentes no trabalho).

No QUADRO III se encontram indicados, para sociedades importantes, médias e de modestas dimensões, os encargos técnicos, bem como as despesas de gestão em porcentagem dos prêmios recebidos e a taxa de rentabilidade experimentada. Uma apreciação dêstes elementos mostra que em 1964, entre as emprêsas de seguros elementares e/ou acidentes no trabalho, as companhias de dimensões médias (isto é, com receita bruta de 2 a 4 bilhões de cruzeiros) alcançaram resultados industriais positivos (coluna 5 inferior a 100%) e obtiveram a mais satisfatória rentabilidade do setor (18,3%).

Foi negativo (coluna 5 superior a 100%) o resultado industrial das 118 sociedades dêste subgrupo, que tiveram uma receita bruta inferior a Cr$ 2 bilhões. Isto se deve principalmente às grandes despesas de gestão, que ocorreram na proporção de 57% dos prêmios auferidos.

No intuito de resumir as observações, pode-se afirmar que, à medida que aumenta a receita bruta das seguradoras dêste setor, decrescem os gastos comerciais. Simultâneamente, porém, os encargos técnicos tomam vulto apreciável. Isto indica que as companhias importantes têm em sua carteira um excessivo número de seguros que oferecem risco elevado.

Entre as emprêsas que operam em seguros de vida (exclusivamente ou não), os encargos técnicos absorveram, independentemente do vulto das operações de cada seguradora, uma parcela pràticamente constante dos prêmios auferidos. O que melhorou entre as grandes sociedades em relação às demais foi a escala de despesas de gestão. Também neste setor as emprêsas de porte médio tiveram a melhor rentabilidade (15,4%).

Nestas circunstâncias, não pode um só remédio solucionar os problemas de natureza diversa de empreendimentos grandes e pequenos. No setor de seguros elementares e/ou acidentes no trabalho a eliminação ou, pelo menos, uma avaliação mais correta de riscos de alta sinistralidade entre as seguradoras com

IV — BALANÇOS DE 7 COMPANHIAS DE CAPITALIZAÇÃO EM 1964
(Milhões de Cr$)

Natureza da receita ou despesa	1964	1963
1. Receita de prêmios ...	3 500	2 100
2. Receita de inversões ...	2 392	1 321
3. Outras receitas	14	11
4. RECEITA BRUTA (1 a 3)	*5 906*	*3 432*
5. Amortização de títulos .	1 051	851
6. Aumento de reservas obrigatórias	1 119	719
7. ENCARGOS TÉCNICOS (5 e 6)	*2 170*	*1 570*
8. Despesas de aquisição de novos negócios	988	490
9. Despesas gerais	2 492	1 203
10. DESPESAS DE GESTÃO (8 e 9)	*3 480*	*1 693*
11. EXCEDENTE LÍQUIDO (4-7-10)	*256*	*169*

FONTE: Balanços publicados no Diário Oficial.

elevada receita bruta é, no mínimo, tão importante quanto a redução da despesa de gestão das de arrecadação moderada. No que se refere ao seguro de vida, só se podem esperar resultados razoáveis desde que um grande número de negócios em vigor assegure a cada sociedade (eventualmente com a contribuição de uma carteira de seguros elementares) uma receita bruta anual superior a Cr$ 2 bilhões, ao poder aquisitivo de 1964. Havendo poupança disponível e continuando a diminuir a desvalorização do cruzeiro, o público se interessará forçosamente de nôvo por pecúlios facultativos e os atuais problemas do seguro de vida perderão muito de sua gravidade. Seria muito oportuno que se criassem os seguros de vida com correção monetária. A nova lei do mercado de capitais criou os instrumentos necessários para a aplicação das respectivas reservas técnicas.

CAPITALIZAÇÃO GANHA NÔVO IMPULSO

Os balanços de 7 companhias de capitalização (ver QUADRO IV) indicam que os prêmios pagos pelos portadores de títulos aumentaram de 67% em relação ao ano anterior (Cr$ 3,5 bilhões e Cr$ 2,1 bilhões, respectivamente). Êste amplo progresso de arrecadação exige a duplicação das despesas de gestão. Como a amortização contratual só ocorre após muitos anos de vigência, a crescente venda de novos títulos não foi acompanhada de igual elevação dos encargos técnicos, que acusaram apenas uma expansão de 38%. O excedente líquido passou de Cr$ 169 milhões em 1963 para Cr$ 256 milhões no ano analisado. A rentabilidade, calculada sôbre os bens patrimoniais, tal como o fizemos com referência às companhias de seguros, alcançou 29% (25,5% em 1963).

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS

A participação dos combustíveis líquidos na estrutura das fontes de energia do Brasil cresceu progressiva e sistemàticamente ao longo dos últimos 20 anos, representando 48% das fontes do balanço energético em 1964, contra 44% em 1954. As projeções dessa estrutura indicam, no entanto, que se deve esperar mudança de tendência nos próximos anos; a participação do carvão mineral deverá acusar ponderável incremento como conseqüência do desenvolvimento previsto para o parque siderúrgico nacional e da entrada em funcionamento das grandes centrais termelétricas ora em construção no Sul, que provàvelmente triplicarão, entre 1964 e 1970, o consumo de energia elétrica proveniente dessa fonte. Paralelamente, o aumento da potência instalada no país no próximo qüinqüênio deverá atingir cêrca de 7 milhões de kW, pràticamente dobrando o potencial hoje existente.

O consumo de derivados do petróleo mais do que dobrou nos últimos 10 anos (9,3 milhões de m^3 em 1954 para 18,7 milhões de m^3 em 1964), acusando seu crescimento uma taxa cumulativa da ordem de 7% ao ano. Êsse incremento não se processou de forma homogênea em todos os derivados de petróleo; os derivados claros e médios (ga-

I — PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS COMPONENTES NO BALANÇO ENERGÉTICO DO BRASIL

ANOS	COMBUSTÍVEIS		ENERGIA HIDRELÉTRICA
	Sólidos	Líquidos	
1954	33	44	23
1957	30	42	28
1960	26	46	28
1964	25	48	27

FONTE: PETROBRÁS.

solina para aviação e querosene para uso doméstico) acusaram substancial decréscimo, enquanto se anotaram ponderáveis incrementos no consumo de gás liquefeito, asfalto, óleo diesel, querosene para aviação e, em menor proporção, no de gasolina automotiva e óleo combustível.

Estudos preliminares indicam que em 1970 a demanda global de combustíveis básicos derivados de petróleo deverá situar-se em tôrno de 75 700 m³/dia (477 000 barris/dia), quando o consumo global de energia no país alcançará cêrca de 61 milhões de m³/ano, em equivalentes a barris de petróleo.

II — PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO CONSUMO DOS DERIVADOS DE PETRÓLEO

ESPECIFICAÇÃO	1954	1960	1964
Gás liquefeito ...	0,9	4,4	7,2
Gasolinas "A" e "B"	36,0	30,2	32,1
Querosene	7,1	4,5	3,5
Óleo Diesel (*) .	15,8	21,2	22,5
Gasolina de aviação	3,3	3,0	1,2
Óleo combustível	34,5	32,7	29,1
Óleos lubrificantes	2,2	1,8	1,5
Combustível para jato	—	0,6	1,7
Asfalto	0,2	1,6	1,2
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

(*) Inclusive óleo "stanship".
FONTE: PETROBRÁS.

Do montante de energia hoje consumida, cêrca de 35% provêm de fontes importadas, o que representa uma diminuição percentual de 12% em relação a 1954, quando a dependência de fontes externas era da ordem de 47% do total consumido.

Setorialmente, as importações de petróleo e seus subprodutos continuam a ocupar o 1.º lugar em nossa pauta, representando aproximadamente US$ 200 milhões/ano, valor FOB. O decréscimo dessas importações, que vinha sendo notado desde 1962, parece persistir em 1965, pois no 1.º semestre do ano se elevaram a US$ 92,0 milhões, contra US$ 95,1 milhões e US$ 94,5 milhões em idênticos períodos de 1963 e 1964, respectivamente.

Cumpre observar que a essa estabilidade relativa nos valôres monetários das importações de petróleo e derivados correspondeu um aumento de 24,5% no consumo nacional dêsses produtos, nos últimos 5 anos. Isto se deve a que o incremento do consumo doméstico de derivados vem sendo cada vez mais atendido pelo refino nacional, o que reduz o custo das importações, pela diferença de preços entre os produtos refinados e o petróleo bruto, importado em quantidades crescentes.

De qualquer forma, as projeções do consumo de combustíveis

III — PARTICIPAÇÃO DO PETRÓLEO NAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
(Em US$ 1 milhão — valor FOB)

DISCRIMINAÇÃO	1963			1964			1965
	Jan/jun	Jul/dez	Total	Jan/jun	Jul/dez	Total	Jan/jun
Petróleo e derivados .	95,1	100,7	195,9	94,5	85,9	180,4	92,0
Total das importações do Brasil	587,8	706,2	1 294,0	520,9	565,5	1 086,4	427,0

líquidos para 1970 indicam que será necessário aumentar substancialmente a produção nacional para se poder reduzir — ou pelo menos manter nos atuais níveis — a forte dependência dos mercados externos.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Foram publicados os balanços de 32 emprêsas fabricantes e distribuidoras de petróleo e subprodutos do petróleo, referentes ao exercício de 1964, sendo uma de pesquisa, refinação e distribuição (Petrobrás), 4 de refinação, 7 de distribuição em geral, 11 de distribuição de gás e 9 de atividades diversas.

A mobilização total de recursos por parte dessas emprêsas foi de Cr$ 673,4 bilhões, que, acrescidos às inversões totais contabilizadas até 1963, elevam as inversões no setor à significativa cifra de Cr$ 1 207,5 bilhões.

Da mobilização de recursos efetuada em 1964, Cr$ 364,6 bilhões (54,2%) provieram de fontes externas e Cr$ 308,8 bilhões (45,8%) de fontes internas; sôbre igual distribuição setorial em 1963, verifica-se que o recurso às fontes externas foi em 1964 inferior ao daquele ano, quando estas abrangeram 59,4% do total dos recursos mobilizados. Deve-se o fato, principalmente, ao elevado porte das reavaliações de ativo imobilizado procedidas em 1964: Cr$ 77,7 bilhões, contra apenas Cr$ 10,2 bilhões em 1963. Se considerarmos que em 1963 as reavaliações representaram 4,7% do total de recursos mobilizados naquele ano e que em 1964 passaram a 11,5%, concluiremos que, corrigida essa variação, a proporção entre recursos externos e in-

IV — IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE PETRÓLEO BRUTO

ANOS	QUANTIDADE (1 000 m³)			VALOR CIF (US$ 1 000)		
	Total	Petrobrás	Particulares	Total	Petrobrás	Particulares
1954	166	37	129	3 777	840	2 937
1955	4 123	2 268	1 855	77 070	40 000	37 070
1956	5 764	3 441	3 323	106 070	60 154	45 916
1957	5 716	2 732	2 984	116 684	51 853	64 831
1958	6 670	3 695	2 975	133 265	70 604	62 661
1959	6 773	3 589	3 184	122 632	64 254	58 378
1960	6 704	3 554	3 150	112 632	58 878	53 754
1961	8 904	5 809	3 095	140 300	89 699	50 601
1962	11 986	8 785	3 201	171 114	127 764	43 350
1963	12 099	9 127	2 972	175 031	134 489	45 040
1964	12 471	9 761	2 710	167 658	130 690	36 968

FONTE: PETROBRÁS.

V — PREVISÃO DO CONSUMO DE DERIVADOS
(Em 1 000 m³)

PRODUTO	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Gás liquefeito	1 595	1 851	2 128	2 431	2 747	3 027
Gasolina de aviação	216	196	179	163	148	135
Gas. aut. A e B	6 503	6 935	7 366	7 797	8 228	8 659
Médios	5 760	6 199	6 639	7 104	7 554	7 992
Óleo combustível	6 031	6 317	6 602	6 888	7 174	7 460
Lubrificantes	314	327	339	350	362	374
TOTAL ANUAL	20 419	21 825	23 253	24 733	26 213	27 647
Em m³/dia	55 912	59 795	63 707	67 576	71 816	75 745

FONTE: PETROBRÁS.

ternos seria sensìvelmente igual nos 2 anos em foco.

Dentre as fontes de origem externa, os recursos provenientes de ingressos de capital continuam a representar parcela insignificante; para todo o setor, os recursos povenientes dessa fonte foram de apenas Cr$ 3,9 bilhões, contra Cr$ 14,4 bilhões em 1963; mesmo se considerarmos o caso particular da Petrobrás, que em 1963 teve ingressos de capital num valor de... Cr$ 10 bilhões e não os conseguiu em 1964, para as emprêsas dos demais ramos os ingressos foram sensìvelmente iguais nos 2 anos, o que indica, no processo inflacionário então presente, apreciável perda de posição real.

O recurso às fontes bancárias, embora bastante incrementado em 1964, continua a não ser significativo nas fontes globais de recursos; em 1964 o setor recorreu a novos financiamentos bancários num valor de Cr$ 4,0 bilhões, bem superior ao de 1963 (0,3 bilhão), mas ainda assim sem maior importância no montante dos recursos mobilizados, onde não chega a representar, mesmo em 1964, sequer 1%. No entanto, êsses índices inexpressivos provêm do fato de que a Petrobrás, habitualmente, não recorre a tal tipo de financiamento para suas operações. A importância preponderante dos números

VI — CONSUMO TOTAL DE DERIVADOS DO PETRÓLEO
(Em milhões de m³)

ANO	QUANTIDADE*	ÍNDICE
1954	9 301	100
1955	10 375	111
1956	11 393	122
1957	10 624	114
1958	12 319	132
1959	12 899	139
1960	14 643	157
1961	15 332	165
1962	17 016	183
1963	18 380	198
1964	18 719	201

(*) As cifras dêste quadro incluem derivados que não são considerados combustíveis: solventes, asfaltos e óleos lubrificantes.
FONTE: PETROBRÁS.

VII — PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS DIFERENTES FONTES DE RECURSOS
(% sôbre o total mobilizado)

DISCRIMINAÇÃO		1963	1964
FONTES EXTERNAS	Capital	6,7	0,6
	Bancos	0,2	0,6
	Outras exigibilidades	52,5	53,0
	TOTAL ..	59,4	54,2
FONTES INTERNAS	Reservas constituídas	33,1	28,3
	Depreciações .	2,8	6,0
	Reavaliações .	4,7	11,5
	TOTAL ..	40,6	45,8
TOTAL GERAL		100,0	100,0

relativos à Petrobrás no setor faz com que essa prática influencie decisivamente os resultados globais. Assim, se depurarmos os valôres referentes à Petrobrás, veremos que, para o conjunto dos demais ramos, o recurso às fontes bancárias representou em 1964 cêrca de 1,5% do total dos recursos mobilizados, ou seja, o dôbro do conjunto, incluída a Petrobrás.

Já bem outro é o quadro no que se refere a "outras exigibilidades" que, seja em 1963, seja em 1964, se revelaram a principal fonte dos recursos mobilizados. Essa rubrica é constituída, em sua parcela preponderante, pelo débito das emprêsas resultante das compras realizadas, vale dizer, pelo financiamento concedido por seus fornecedores. Para a composição do custo operacional do setor essa posição é bastante vantajosa, diminuindo muito as despesas, normalmente elevadas em outros setores econômicos, de juros e outros gastos financeiros.

No que diz respeito às fontes internas, a constituição de reservas, vale dizer, a reinversão dos lucros verificados, continua sendo o principal financiador, seguido pelas reavaliações do ativo imobilizado. Com a atualização, imposta por lei, dêsses valores e a forte redução na taxa de inflação — da qual provêm os índices de reavaliação — a tendência para o futuro será a diminuição ponderável da significação do item "reavaliações" na estrutura das fontes de recursos.

Em síntese e abandonadas as fontes meramente contábeis e as de pequena significação no conjunto, as emprêsas produtoras e distribuidoras de petróleo e seus subprodutos vêm sendo financia-

VIII — RECURSOS MOBILIZADOS PELO SETOR, EM 1963 E 1964

RAMOS	EM CR$ 1 BILHÃO		EM % S/TOTAL	
	1963	1964	1963	1964
Pesquisa, refinação e distribuição	134,3	395,4	61,8	58,7
Refinação	19,5	31,7	9,0	4,7
Distribuição em geral	55,9	227,9	25,7	38,8
Distribuição de gás	4,1	8,9	1,9	1,3
Diversos	3,4	9,4	1,6	1,5
TOTAL	217,2	673,4	100,0	100,0

das principalmente pela incorporação ao giro de seus próprios lucros — o que se deve observar diante da atual posição da rentabilidade do setor — e pelos financiamentos que lhe são concedidos pelos fornecedores, a curto ou a longo prazo.

A aparente perda de posição da emprêsa de pesquisa, refinação e distribuição (Petrobrás) no total dos recursos mobilizados provém de não ter ela procedido a reavaliações de seu ativo imobilizado em 1964 (como tampouco o fizera em 1963), enquanto os demais ramos mobilizaram Cr$ 77,7 bilhões dessa origem; além disto, no último exercício a Petrobrás não apresentou ingressos de capital social, enquanto em 1963 ela fornecera Cr$ 10 bilhões. Tivesse a Petrobrás realizado suas reavaliações em índices semelhantes aos das demais emprêsas do setor e sua participação na mobilização de recursos em 1964 teria significação maior ainda que em 1963.

O ramo de "distribuição em geral" contribuiu de forma muito mais ponderável para o conjunto do que em 1963; neste último exercício seu recurso às fontes bancárias elevou-se a Cr$ 4,9 bilhões, contra apenas Cr$ 0,7 bilhão em 1963; suas reavaliações do ativo imobilizado, que em 1963 atingiram apenas 3,6 bilhões, forneceram em 1964 recursos nominais num montante de Cr$ 60,5 bilhões. Além disto, respondeu êsse ramo pela maior parcela dos ingressos de capital (Cr$ 2,8 bilhões num total de Cr$ 3,9 bilhões), além de ter mobilizado reservas — incorporadas ou não ao capital — num montante de Cr$ 26,7 bilhões, contra apenas Cr$ 8,3 bilhões em 1963.

O ramo de "refinação" foi, no setor, o que apresentou índices de mobilização de recursos menos significativos, perdendo acentuadamente posição no conjunto; o crescimento de sua captação de recursos externos foi diminuto, pois o total de 1964 alcançou Cr$ 14,3 bilhões, contra Cr$ 11,4 bilhões em 1963, num incremento bem inferior à taxa de inflação do ano. A mobilização de reservas, igualmente, cresceu de um ano para o outro apenas de Cr$ 2,5 bilhões para Cr$ 3,7 bilhões, enquanto a captação em "outros exigíveis" apresentou uma evolução de Cr$ 11,9 bilhões para Cr$ 15,1 bilhões. A rentabilidade dêsse ramo, seja sôbre seu capital nominal, seja sôbre as inversões próprias brutas, seja ainda sôbre as inversões próprias líquidas, vem caindo desde 1962 de forma sensível. No entanto, é êle o ramo do setor com maior percentual de distribuição de lucros sôbre os totais verifica-

dos, vale dizer, a menor taxa de retenção de lucros no próprio negócio.

É muito importante notar que o total das mobilizações de recursos realizadas em 1964 apresentou cêrca de 126% do valor de tôdas as inversões até então contabilizadas, superando de muito o coeficiente de desvalorização da moeda, na base do aumento geral do nível de preços, e ao contrário de 1963, quando os recursos mobilizados ficaram aquém dessa taxa naquele ano.

ESTRUTURA DO ATIVO

Em que pese à circunstância de que as reavaliações do ativo imobilizado atingiram 11,5% do total dos recursos mobilizados em 1964, contra 4,7% em 1963, e que as depreciações representaram num e noutro dêsses anos respectivamente 6,0 e 2,8%, a significação do imobilizado na estrutura do ativo dessas emprêsas diminui desde 1962. É bem verdade que não tendo a Petrobrás em 1963 e 1964 efetuado reavaliações do ativo, os resultados globais são bastante deformados por tal circunstância, dado o pêso dessa companhia no conjunto do setor.

Todavia, a análise do QUADRO X demonstra que, salvo no ramo de "distribuição em geral", o incremento das novas imobilizações em 1964 sôbre 1963 foi muito inferior ao das aplicações de recursos, mesmo deduzindo-se do total aplicado os valôres correspondentes às reavaliações efetuadas.

O exame da evolução da estrutura das aplicações (ver QUADRO XIII) indica que de 1963 para 1964 a Petrobrás reduziu consideràvelmente sua taxa de novas imobilizações, que em 1963 somavam 29,3% do total das aplicações (deduzidas as reavaliações) e passaram apenas a 20,7% em 1964. O ramo de refinação, ao contrário, ampliou ligeiramente sua taxa de imobilizações, que em 1964 passaram a representar mais 2,7% que em 1963. O ramo que investiu ponderàvelmente em novas imobilizações no exercício foi o de distribuição em geral (27,6 bilhões), alterando, assim, substan-

IX — ESTRUTURA DO ATIVO — EVOLUÇÃO GLOBAL
(Em % s/Ativo Total)

RUBRICAS	1962	1963	1964
Ativo Imobilizado ...	34,5	32,0	30,2
Ativo Disponível ...	9,5	8,6	8,4
Ativo Realizável:			
— Estoques	15,7	18,5	15,6
— Outros	40,3	40,8	45,7
TOTAL DO ATIVO ..	100,0	100,0	100,0

X — EVOLUÇÃO DAS NOVAS IMOBILIZAÇÕES
(Em Cr$ 1 bilhão)

RAMOS	1963	1964	INCREMENTO 1964/63
Pesquisa, refinação e distribuição	43,7	82,1	+ 88%
Refinação	1,5	2,7	+ 80%
Distribuição em geral	5,3	27,6	+421%
Distribuição de gás	0,7	1,3	+ 86%
Diversos	0,6	0,6	—
Total das novas imobilizações	51,9	114,3	+121%
Total geral das aplicações	217,2	673,4	+210%
Total geral das aplicações, MENOS as reavaliações do ativo	206,9	595,0	+188%

cialmente sua estrutura de aplicações.

Embora o setor, como um todo, tenha diminuído muito sua taxa de novas imobilizações, êsse resultado provém particularmente da política adotada pela Petrobrás no exercício, que influiu de modo decisivo nos resultados finais, pois os ramos de distribuição em geral e refinação — um bem mais do que o outro — ampliaram em 1964 suas taxas de novas imobilizações, permanecendo pràticamente a mesma no de distribuição de gás. O ramo de "diversos", pouco expressivo no conjunto, à semelhança da Petrobrás reduziu dràsticamente sua taxa de novas aplicações em ativo imobilizado.

A posição do disponível dentro da estrutura do ativo apresentou pequeno decréscimo, o que à primeira vista poderia indicar perda de substância da caixa das emprêsas. No entanto, o ativo total foi anormalmente fortalecido em seus valôres nominais em 1964 pelas já mencionadas reavaliações do imobilizado, que deformam bastante a apreciação dos demais índices. Na realidade, a parcela das aplicações destinada ao disponível em 1964 foi de Cr$ 56,1 bilhões, o que representa sôbre seu valor em 1963 um incremento de 260%, muito superior ao do total das aplicações (210%) e mais ainda do total destas, subtraídas dos valôres

correspondentes a reavaliações do ativo (188%).

O exame da evolução do disponível dentro dos diferentes ramos do setor (ver QUADROS XI a XIII) indica que o de pesquisa, refinação e distribuição (Petrobrás) e o de refinação alteraram substancialmente sua estrutura de aplicação de recursos, no sentido do maior fortalecimento da caixa, adotando o ramo de distribuição de gás a mesma política, com índices bem mais modestos. As emprêsas de distribuição em geral, embora tenham ampliado suas disponibilidades à vista em valor superior ao índice de depreciação da moeda no ano, destinaram ao refôrço de caixa em 1964 um percentual de suas aplicações totais bem inferior ao de 1963 (7,1% contra 15,6%); essa situação decorreu diretamente das vultosas aplicações novas no imobilizado, bem superiores às de 1963. O único ramo que teve seu disponível diminuído em valôres absolutos foi o de "diversos". Para o conjunto do setor, a evolução no ano foi no sentido do aumento das disponibilidades à vista.

A principal alteração encontrada na estrutura do ativo e das aplicações das emprêsas de produção e comércio de petróleo e derivados prende-se à política de diminuição de estoques que se verificou em 1964. Nesse ano as aplicações totais em estoques atingiram Cr$ 90,1 bilhões, contra Cr$ 49,6 bilhões em 1963, num incremento de cêrca de 80%, muito inferior ao de qualquer das outras aplicações. Com isto, os estoques que em 1964 representavam 18,5% do ativo total das emprêsas passaram a 15,6% em 1964, índice mais ou

XI — EVOLUÇÃO DO ATIVO DISPONÍVEL
(Em Cr$ 1 bilhão)

RAMOS	1963	1964	INCREMENTO 1964/63
Pesquisa, refinação e distribuição	26,0	63,8	+145%
Refinação	4,1	8,2	+100%
Distribuição em geral	14,9	28,9	+ 93%
Distribuição de gás	0,6	1,0	+ 66%
Diversos	0,5	0,4	— 25%
TOTAL DO DISPONÍVEL	46,1	102,2	+121%

XII — EVOLUÇÃO DOS ESTOQUES
(Em Cr$ 1 bilhão)

RAMOS	1963	1964	INCREMENTO 1964/63
Pesquisa, refinação e distribuição	49,2	102,6	+147%
Refinação	5,6	8,8	+ 57%
Distribuição em geral	38,6	70,9	+ 86%
Distribuição de gás	1,8	2,4	+ 30%
Diversos	4,0	4,5	+ 12%
TOTAL	99,1	189,2	+ 91%

menos igual ao de 1962, quando os valôres nominais do ativo total não estavam ainda fortalecidos pelas reavaliações dos 2 últimos anos e que montaram a cêrca de Cr$ 88 bilhões.

A política de acentuada redução de inversões em estoques foi geral em todos os ramos do setor, com particular ênfase na distribuição em geral, distribuição de gás e diversos (ver QUADRO XIII).

Em síntese, o exame da evolução da estrutura do ativo das emprêsas do setor, em conjunto, indica que em 1964 a tônica foi o robustecimento das disponibilidades à vista (caixa), redução apreciável nos estoques e diminuição da taxa de novas imobilizações, política esta em consonância com a conjuntura nacional em 1964, particularmente no 2.º semestre e denominada de "primeira etapa da desinflação".

No entanto, êsses resultados globais são provenientes da preponderância da Petrobrás no setor.

Setorialmente, verificamos que as emprêsas de refinação ampliaram ligeiramente sua taxa de imobilizacões, buscaram um grande fortalecimento das disponibilidades e reduziram seus estoques segundo índices de pouca significacão. As de distribuição em geral aumentaram muito sua taxa de novas imobilizações, com perda das aplicações em disponibilidades à vista e reduzindo consideràvelmente seus índices de estocagem. As companhias de distribuicão de gás mantiveram sua política de imobilizações, aumentaram ligeiramente a destinação para o disponível e reduziram seus estoques segundo índice muito ponderável. As emprêsas do ramo "diversos" perderam posição nas imobilizações, dispo-

XIII — EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DAS APLICAÇÕES

(Em % sôbre o total das aplicações, *menos* as referentes a reavaliações)

RAMOS	IMOBILIZADO		DISPONÍVEL		ESTOQUES		OUTRAS		TOTAL
	1963	1964	1963	1964	1963	1964	1963	1964	
Pesquisa, refinação e distribuição ..	29,3	20,7	5,6	9,6	19,7	13,5	45,4	56,2	100,0
Refinação	10,8	13,5	—0,1	20,5	18,3	16,0	71,0	50,0	100,0
Distribuição em geral	10,0	16,5	15,6	7,1	37,3	19,2	37,1	57,2	100,0
Distribuição de gás	21,5	21,6	6,2	6,6	41,8	10,9	30,5	60,9	100,0
Diversos	21,1	8,7	2,8	1,4	51,6	6,4	24,5	83,5	100,0
TOTAL	24,1	18,9	7,5	9,4	23,8	15,1	44,6	56,6	100,0

XIV — ESTRUTURA DO PASSIVO

DISCRIMINAÇÃO	CR$ 1 BILHÃO			% SÔBRE O TOTAL		
	1962	1963	1964	1962	1963	1964
Passivo não Exigível	189,1	292,5	601,9	59,8	54,8	50,3
Passivo exigível:						
a) Bancos	4,6	4,9	8,9	1,4	0,9	0,7
b) Outras rubricas	122,2	236,6	586,7	38,8	44,3	49,0
TOTAL DO PASSIVO ..	315,9	534,1	1 197,5	100,0	100,0	100,0

XV — ESTRUTURA DO PASSIVO
(Em % sôbre o Passivo Geral)

RAMOS	NÃO EXÍGIVEL		BANCOS		OUTRAS	
	1963	1964	1963	1964	1963	1964
Pesquisa, refinação e distribuição	63,7	51,3	—	—	36,3	48,7
Refinação	38,6	48,1	5,3	2,0	56,0	49,9
Distribuição em geral	38,1	46,5	1,5	1,9	60,4	51,6
Distribuição de gás	53,7	56,2	2,2	1,4	44,1	42,4
Diversos	55,3	64,2	—	0,1	44,7	35,7
TOTAL	54,8	50,3	0,9	0,7	44,3	49,0

nibilidades e estoques, nestes em valor altamente significativo.

O traço comum a tôdas as emprêsas do setor foi a desestocagem.

ESTRUTURA DO CAPITAL EM GIRO

No ano de 1964 persistiram as tendências, já notadas em 1963, para a perda de significação dos recursos próprios na composição do capital em giro no setor; êsses recursos, que em 1962 representavam quase 60% do total de recursos aplicados nas emprêsas de produção e comercialização de petróleo e seus derivados, significaram apenas... 50,3% em 1964. A linha de créditos bancários, de pouca significação na estrutura das fontes — devido principalmente ao fato de não recorrer a Petrobrás a êsse tipo de financiamento, perde igualmente posição no cômputo dos recursos financeiros totais mobilizados pelo setor. Cada vez mais o grande financiador dessas emprêsas vem sendo "outras exigibilidades", onde estão presentes de forma preponderante os financiamentos concedidos por seus fornecedores, a curto, médio ou longo prazo.

Excluindo-se a Petrobrás, acentua-se ainda mais a já sensível dependência de capitais de terceiros, sendo que as emprêsas de refinação e distribuição em geral possuem capitais próprios em volume inferior ao de terceiros. Para cada cruzeiro aplicado no setor são próprios apenas:

	Cr$
Pesquisa, refinação e distribuição	0,51
Refinação	0,48
Distribuição em geral	0,47
Distribuição de gás	0,56
Diversos	0,64

Ainda excluída a Petrobrás, o ano de 1964 caracterizou-se pelo fortalecimento dos capitais próprios em todos os demais ramos. Essa melhoria de posição não decorreu de ingresso de novos recursos próprios, mas fundamentalmente de mera correção nominal oriunda de reavaliações de ativo e, secundàriamente, da incorporação de lucros ao giro.

No caso da Petrobrás, cuja queda de posição foi apreciável (63,7% para 51,3%), é preciso considerar que, não tendo ela reavaliado seu ativo imobilizado em 1963 e 1964, o valor de suas reservas está substancialmente diminuído, pela ausência de vultosas cifras decorrentes dessa reavaliação. Houvesse a Petrobrás procedido a suas reavaliações e muito provàvelmente teria mantido os índices anteriores de participação de capitais próprios no negócio.

O importante é assinalar a acentuada dependência dos capitais de terceiros, superior à média das demais atividades econômica, e seu insignificante recurso aos financiamentos bancários.

SOLVÊNCIA

Nesse quadro, os índices de solvência do conjunto, que já acusavam sensível deperecimento em 1963, sofreram nova queda em 1964. Essa, contudo, provém pràticamente da perda de solvência da Petrobrás, pois nos demais ramos se observaram aumentos — ou no máximo perdas insignificantes — como no caso das emprêsas de distribuição em geral, que tiveram sua solvência reduzida de 134,5 para 131,0.

XVI — EVOLUÇÃO DA SOLVÊNCIA

Ramos	1962	1963	1964
Pesquisa, refinação e distribuição	189,8	170,2	146,6
Refinação	115,9	114,5	117,1
Distribuição em geral	147,2	134,5	131,0
Distribuição de gás ..	138,2	127,4	128,3
Diversos	174,5	145,0	184,7
TOTAL	163,1	150,0	141,6

LUCROS

Do total de Cr$ 213 bilhões de lucros apresentados pelas emprêsas de produção e comercialização de petróleo e derivados, Cr$174 bilhões foram gerados pela Petrobrás (81,6%).

A rentabilidade geral do setor, que acusara em 1963 baixa apreciável, apresentou boa recuperação em 1964.

No que se refere à rentabilidade sôbre o capital nominal — muito pouco expressiva diante do grande descompasso entre os valôres nominais do capital e os das inversões próprias — a evolução foi de 78,1% para 117%.

Muito mais expressiva é a taxa de remuneração das inversões próprias brutas que, no conjunto, evoluíram de 27,5 para 35,4%.

Setorialmente, apenas a Petrobrás — e o pouco significativo ramo de diversos — apresentou incremento de rentabilidade sôbre as inversões próprias brutas, notando-se em todos os demais setores queda, fenômeno repetido com as inversões próprias líquidas.

Se atentarmos para o fato de que as inversões próprias da Petrobrás estão diminuídas de altos valôres correspondentes às reavaliações de ativo que ainda não foram feitas e que, se realizadas, provocariam apreciável queda na taxa de rentabilidade sôbre as inversões próprias — brutas ou líquidas — é lícito concluirmos pela perda geral de rentabilidade do setor, o que é muito importante em uma atividade que se vem caracterizando pela capitalização através da reinversão de lucros e não do ingresso de novos capitais. A persistir essa queda de rentabilidade e a política de não inversão de novos capitais

XVII — RENTABILIDADE SÔBRE INVERSÕES PRÓPRIAS BRUTAS

Ramos	1962	1963	1964
Pesquisa, refinação e distribuição	34,7	30,6	46,6
Refinação	20,2	21,5	14,4
Distribuição em geral	22,6	19,5	17,5
Distribuição de gás ..	10,7	13,8	6,9
Diversos	13,2	17,5	28,7
TOTAL	32,2	27,4	35,4

XVIII — REINVERSÃO DE LUCROS

(Lucros retidos, em % sôbre os lucros totais)

Ramos	1962	1963	1964
Pesquisa, refinação e distribuição	82,5	80,2	89,5
Refinação	52,2	63,8	73,7
Distribuição em geral	82,8	85,4	91,6
Distribuição de gás ..	23,9	74,9	76,2
Diversos	77,5	30,5	98,7
TOTAL	80,9	79,2	89,5

externos, e com a inevitável redução dos valôres decorrentes de reavaliações de ativo imobilizado, a hoje já forte dependência de capitais de terceiros tenderá a acentuar-se cada vez mais.

Persistiu em 1964, ainda com maior ênfase do que em 1963, a política de reter a parcela preponderante dos lucros, distribuindo apenas valôres modestos. Além da Petrobrás, que, por suas próprias condições de sociedade de economia mista, tem características peculiares na política de rentabilidade dos capitais investidos, os demais ramos mantêm reinvestidos valôres entre 80 e 90% dos lucros.

Tal orientação, embora talvez mais nítida nesse setor, não é singular na economia brasileira, onde, nos últimos anos, a permanência de parcelas significativas do lucro no capital em giro tem sido a regra.

Banco Mercantil de São Paulo S. A.

GASTÃO VIDIGAL (FUNDADOR)
FUNDADO EM 1938

Capital ..... Cr$ 9.000.000.000
Aumento de Capital ..... Cr$ 4.200.000.000
Reservas ..... Cr$ 7.647.171.606
Lucro não distribuido ..... Cr$ 40.877.060

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
J. J. Cardozo de Mello Neto — Presidente; Antônio Aymoré Pereira Lima, Edmundo de Macedo Soares e Silva, Francisco de Paula da Costa Carvalho, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, Gastão de Mesquita Filho, Lauro Cardoso de Almeida, Lucas Nogueira Garcez e Márcio da Costa Bueno.

205 agências distribuidas nos seguintes Estados: São Paulo — Bahia — Ceará — Goiás Guanabara — Mato Grosso — Minas Gerais — Paraná — Pernambuco — Rio Grande do Sul Santa Catarina

RESUMO DO BALANCETE EM 5 DE OUTUBRO DE 1965.

ATIVO	Cr$
Em caixa e depositado no Banco do Brasil S/A.	64.191.700.087
Títulos do Tesouro Nacional	445.949.676
Emprestimos e Descontos	101.917.541.475
Títulos e Valôres Mobiliários	389.348.771
Imoveis e Instalações	17.521.887.481
Agências e Correspondentes	54.989.766.748
Resultados Pendentes	3.459.835.826
Contas de Compensação	79.616.592.059
	322.532.622.123

PASSIVO	Cr$	Cr$
Capital	9.000.000.000	
Aumento de Cap.	4.200.000.000	
Reservas	7.647.171.606	
Lucros em suspenso	40.877.060	20.888.048.666
Depósitos		156.424.242.074
Agências e Correspondentes		56.422.331.528
Resultados Pendentes		9.181.407.796
Contas de Compensação		79.616.592.059
		322.532.622.123

São Paulo, 12 de Outubro de 1965.

(a) Gastão Eduardo de Bueno Vidigal - Diretor Presidente
(a) Márcio da Costa Bueno - Diretor Vice-Presidente
(a) Oswaldo Morelli, (a) Rubens Opice, (a) EmílioÓria — Diretores Gerentes
(a) Javert Vieira da Silva (G.L.C.R.C. 5.108)

EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO

Quando se analisa a ação governamental brasileira no âmbito do comércio exterior, há sempre a presença de medidas de ordem cambial aplicadas aos seus principais produtos. Essa é, aliás, uma constante nas diretrizes econômicas dos países menos desenvolvidos: a do emprêgo de meios de preservação da capacidade competitiva dos produtos primários de exportação através de contrôles cambiais.

Em alguns casos, essas diretrizes visam a regular e a controlar a oferta, pelo estabelecimento de preços mínimos em moeda de exportação, ou pela redução do produto cambial, em têrmos de absorção de parte do preço externo ocorrente no mercado comprador. Em outros casos, verifica-se o estabelecimento de taxas cambiais diferenciais destinadas a estimular ou desestimular a oferta externa de tais produtos.

Grosso modo, contudo, a política cambial nos países subdesenvolvidos visa a adequar a oferta à procura de seus produtos primários para evitar a deterioração dos têrmos de troca, já que tais produtos sofrem, nos países (os industrializados) de alta capacidade de absorção de matérias-primas e outros produtos primários, forte contrôle em sua demanda.

Com o surgimento de produtos industriais substitutivos das matérias-primas naturais, vários produtos primários vêm acusando sensível redução absoluta ou relativa nos seus preços. Quando isso se dá em períodos curtos, os países exportadores de produ-

I — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO EM PLUMA

SAFRAS	PRODUÇÃO (t)	EXPORTAÇÕES Toneladas	EXPORTAÇÕES US$ 1 000
1950	393 000	128 845	105 338
1951	348 791	143 412	207 980
1952	515 426	28 130	34 813
1953	374 913	139 515	101 756
1954	395 229	309 486	223 116
1950/1954 ..	2 027 359	749 388	673 003
1955	428 474	175 706	131 365
1956	399 591	142 931	85 944
1957	397 131	66 180	44 206
1958	402 677	40 197	24 768
1959	353 366	77 593	35 541
1955/1959 ..	1 981 239	502 607	321 824
1960	407 667	95 398	45 586
1961	452 967	205 676	109 682
1962	546 704	215 915	112 166
1963	490 000	221 804	114 241
1964	504 000	217 028	108 259
1960/1964 ..	2 401 338	955 821	489 934
1950/1964 ..	6 939 936	2 207 816	1 484 761

tos primários apresentam substancial redução em suas receitas de divisas, em face do conhecido princípio da inelasticidade da demanda para os produtos dessa natureza.

O PROBLEMA DO ALGODÃO BRASILEIRO

Se bem que o Brasil não seja um grande produtor de algodão (4 a 5% do total mundial), tem muita importância a posição dêsse produto como gerador de divisas resultantes das exportações. De fato, enquanto a produção brasileira de algodão atingiu 474 mil t/ano no período de safras 1960/61-1963/64, a exportação média anual no qüinqüênio 1960/64 foi de 191 mil t ou seja: 40% do volume produzido (ver QUADRO I).

Além dêsse fato — ser o algodão exportado em porção substancial do que se produz no país — êle contribui com parcela expressiva de nossa receita cambial: no período 1960/64 esta participação somou US$ 490 milhões, equivalentes a 7,8% do total das exportações (US$ ... 6 722 milhões).

Como segundo produto tradicional da nossa pauta de exportação, o algodão vem perdendo terreno para outros produtos, como o minério de ferro (US$ 80,5 milhões em 1964, contra US$ 70,4 milhões em 1963 e US$ 68,3 milhões em 1962), fumo em folha, pinho serrado, sisal etc. Não que tais produtos sejam exportados ordinàriamente em montantes maiores que o do algodão, mas porque êles vêm

sendo vendidos em escala cada vez maior, enquanto o algodão sofre alterações profundas, visto como apresenta, vez por outra, quedas bruscas em suas vendas.

Exemplos disso são os números expressos no QUADRO I, onde se vê que em períodos curtos a receita cambial derivada da exportação de algodão varia de modo fantástico, pois, enquanto num ano (1954) chega a US$ 223,1 milhões, noutro (1958) baixa para US$ 24,8 milhões. Variações dessa ordem (pràticamente de 10:1) estão a indicar a ocorrência de causas graves que demandam estudos profundos e medidas adequadas para a sua eliminação ou minimização de seus efeitos.

E não se pense que tal ocorrência seja ou tenha sido acidental, pelo fato de 1954 constituir um ano excepcional para as exportações brasileiras, que alcançaram montante superior ao de qualquer ano do último decênio (US$ 1 569,8 milhões).

Não. Em outros anos do período 1950/64 o valor das exportações de algodão apresentou oscilações substanciais, como sejam: US$ 34,8 milhões em 1952, contra US$ 208 milhões em 1951; média anual de US$ 64 milhões no período 1955/59, contra US$ 195 milhões no qüinqüênio 1950/54.

Tudo isso leva a crer que, malgrado abundantes e persistentes medidas de ordem cambial e outras para minorar os efeitos de causas próximas ou remotas agindo negativamente sôbre o comércio externo do algodão, os resultados não foram satisfatórios.

De fato, desde a Lei n.º 1 807, de 7-1-53, até fins de 1964, nada menos de 13 das 216 instruções baixadas pela SUMOC (grande número das quais de interêsse e alcance cambial) referiram-se especìficamente a problemas ligados à exportação de

II — BRASIL — PRODUÇÃO DE ALGODÃO SAFRAS 1955/64

ANOS	TONELADAS MÉTRICAS	FARDOS
1955/56	387 000	1 700 000
1956/57	295 000	1 300 000
1957/58	305 000	1 350 000
1958/59	350 000	1 540 000
1959/60	397 000	1 750 000
1960/61	431 000	1 900 000
1961/62	550 000	2 430 000
1962/63	490 000	2 160 000
1963/64	504 000	2 220 264
1964/65 (1) .	480 000	2 114 537

FONTE: CACEX.
(1) Estimativa.

III — BRASIL — PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM CARÔÇO

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ÁREA CULTIVADA (ha)			PRODUÇÃO ESTIMADA					
				QUANTIDADE (t)			VALOR (Cr$ 1 000)		
	1961	1962	1963	1961	1962	1963	1961	1962	1963
Pará	4 321	2 942	2 498	883	641	563	23 420	23 705	30 968
Maranhão	156 215	166 157	174 974	58 425	62 591	68 897	1 349 088	2 580 260	3 421 015
Piauí	67 467	70 266	101 661	28 148	29 241	40 687	808 940	§ 1 496 135	2 316 485
Ceará	500 077	568 965	642 268	208 795	§ 217 074	253 333	7 939 572	14 141 415	19 489 683
Rio Grande do Norte ..	403 757	421 713	440 961	117 923	104 965	128 384	4 776 233	7 617 358	11 866 247
Paraíba	438 237	391 159	398 691	149 691	§ 130 662	151 075	6 673 323	§10 954 236	14 201 595
Pernambuco	351 847	399 415	394 445	101 523	94 369	97 613	4 277 327	5 866 859	8 652 826
Alagoas	87 323	98 943	85 342	27 523	29 569	22 082	1 295 993	1 919 402	1 820 348
Sergipe	26 111	27 645	29 917	7 812	9 358	8 478	333 702	646 099	798 401
Bahia	108 313	116 244	136 545	50 789	48 339	60 551	1 313 697	2 122 398	3 300 453
Minas Gerais	139 875	149 321	152 736	81 613	81 653	73 198	2 579 937	3 861 010	4 684 512
Espírito Santo	1 738	1 725	1 705	1 066	1 111	914	33 746	47 520	53 888
Rio de Janeiro	16 708	17 539	17 351	5 898	5 985	5 924	153 079	208 135	324 191
São Paulo	698 468	738 935	658 353	701 473	756 224	719 785	26 550 252	36 350 712	54 306 166
Paraná	194 846	214 986	245 738	251 074	275 859	269 464	8 438 486	13 081 652	18 653 957
Santa Catarina	42	42	37	10	10	10	200	336	518
Mato Grosso	16 353	43 187	40 653	23 396	38 954	36 219	757 881	1 512 390	1 843 748
Goiás	22 081	28 673	28 871	12 433	15 730	18 638	269 435	717 117	1 110 241
BRASIL	3 233 779	3 457 857	3 553 746	1 828 475	§1 902 335	1 956 895	67 574 315	§103 146 740	146 875 042

FONTE: IBGE — Anuário Estatístico do Brasil, 1964.

algodão. Desde a Instrução 70, de 9-10-53, que mandou abonar Cr$ 10 por dólar à taxa oficial de câmbio (Cr$ 18,36/ /US$), passando pela dança das categorias cambiais de exportação, iniciada pela Instrução 112, de 17-1-55, que classificou o algodão na segunda, para daí passar à terceira, desta para a quarta e depois volta à segunda e à terceira até cair finalmente no "mercado livre" pela Instrução 180, de 22-4-59.

Depois vieram as letras de exportação destinadas, em parte, a reduzir transitòriamente o volume dos recursos em moeda nacional em poder dos exportadores e, ao mesmo tempo, restringir de fato, pelo deságio do valor des-

IV — BRASIL — EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO EM PLUMA, POR REGIÕES E PORTOS

REGIÕES E PORTOS	TONELADAS MÉTRICAS		US$ 1 000	
	1963	1964	1963	1964
REGIÃO NORTE				
São Luiz — MA ...	—	—	—	—
Fortaleza — CE	27 946	42 446	14 605	21 240
Parnaíba — PI	60	—	29	—
Natal — RN	5 093	4 189	2 603	2 285
Cabedelo — PB	10 296	11 221	5 221	5 586
Recife — PE	7 684	5 949	3 949	2 953
Maceió — AL	305	100	159	50
Salvador — BA	50	310	19	117
REGIÃO SUL				
Santos — SP	165 390	145 128	85 231	72 728
Rio de Janeiro — GB	4 888	7 068	2 316	2 946
São Sebastião — SP. .	72	617	37	299
Livramento — RS ...	20	—	12	—
TOTAL	221 804	217 028	114 241	108 259

FONTE: CACEX.

V — BRASIL — EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO, POR PORTOS
(em percentagem)

Ano	Portos do Sul	Portos do Norte
1955/62	79,82	20,18
1958/62	76,36	23,64
1960/62	74,94	25,06
1963	75,24	24,76
1964	68,07	31,93

FONTE: CACEX.

sas letras, o montante final do produto monetário da exportação, de modo a ajustar os preços e custos internos da produção.

Mais tarde, novos critérios usados vieram agravar o preço da exportação com quotas de contribuição (Instrução 239, de 22-4-63), para finalmente deixá-lo no "mercado livre" pela Instrução 263, de 19-2-64.

Às oscilações dos preços externos do produto (US$ 805/t em 1955, contra US$ 459/t em 1959 e US$ 498/t em 1964) somavam-se os problemas internos de natureza inflacionária, dentre outros, para obrigar os responsáveis pela política de exportação a mudanças e alterações contínuas nas medidas preservadoras do interêsse nacional.

Qual o resultado ou quais os resultados de todo êsse esfôrço consubstanciado em tantas medidas? Pouco mais que nulo. Poderia dizer-se, contudo, que na ausência de tais medidas os resultados poderiam ser piores? Não se sabe.

Haverá outro modo de o Brasil exportar mais algodão ou pelo menos fazê-lo mais regularmente, isto é, sem padecer das causas dessas oscilações?

Do ponto de vista do mercado interno de produção, parece que a resposta seria positiva. Senão vejamos: o Brasil é o único país do mundo que registra duas colheitas anuais de algodão. Uma na região meridional, abrangendo os Estados de S. Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rio de Janeiro e onde se produzem cêrca de 60 a 65% do volume nacional. Outra na região setentrional, formada pelos Estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Maranhão, onde se produzem cêrca de 30% do total. O restante da produção se dá em mais alguns Estados, pois o cultivo se faz em quase todo o país (ver QUADRO III).

O Brasil exporta algodão, sem dificuldades, de qualquer parte

do território nacional, pois tem portos marítimos em qualquer das zonas ou Estados da produção. O fato de o grosso da exportação se efetivar pelos portos do Sul e particularmente pelo de Santos (S. Paulo), com 70 a 80% do total que sai do país, se deve à maior produção da região meridional e ao maior consumo da região Sul (ver QUADROS III, IV e V).

O Brasil consome cêrca de 60% do algodão que produz. O grosso dêsse consumo (85 a 90%) se realiza em 6 Estados da Federação (S. Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Guanabara, Rio de Janeiro e Santa Catarina). Assim, a parte do algodão exportado sempre se apresenta, senão como residual, já que representa 40% do total, pelo menos como não decisiva para uma

VI — BRASIL — ALGODÃO — CONSUMO POR ESTADOS
1961/64
(t)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1961	1962	1963	1964*
Maranhão	3 800	4 000	3 500	3 000
Ceará	8 400	8 000	8 000	7 500
R. G. do Norte	600	1 000	1 000	800
Paraíba	6 100	6 000	5 000	4 500
Pernambuco	24 400	26 000	27 000	24 000
Alagoas	7 000	10 000	10 000	5 000
Sergipe	9 500	10 000	10 000	6 500
Bahia	4 300	6 000	5 000	3 000
Rio de Janeiro	23 000	22 041	23 282	22 257
Guanabara	20 000	23 539	21 096	21 876
Minas Gerais	45 000	46 000	46 000	43 000
São Paulo	132 215	135 423	131 465	130 000
Santa Catarina	11 500	12 000	12 000	12 000
Outros Estados	3 500	3 500	3 500	1 000
TOTAL	299 315	313 503	306 843	284 433

FONTE: CACEX.
(*) Dados sujeitos à confirmação, exceto para os Estados do Rio de Janeiro e Guanabara.

VII — BRASIL — EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO EM PLUMA, POR PAÍSES DE DESTINO — 1964

Países	Toneladas
Alemanha Ocidental	58 669
Japão	27 627
Países Baixos	27 467
Reino Unido	18 513
França	16 970
Hong-Kong	14 405
Bélgica-Luxemburgo	13 936
URSS	8 780
União Sul-Africana	7 944
China (Taiwan)	5 072
Espanha	4 129
Iugoslávia	2 499
Itália	2 221
Austrália	2 163
Tailândia	1 980
Suíça	1 183
Filipinas	1 125
Hungria	475
Suécia	400
Uruguai	353
EEUU	300
Argentina	243
Singapura	165
Irlanda	159
Portugal	120
Áustria	75
Malásia	55
TOTAL	217 028

FONTE: CACEX.

política econômica racional e agressiva.

Dadas as condições favoráveis do produto e tendo em vista que o consumo doméstico poderá crescer de modo substancial, mas a prazo longo (ver QUADRO VI), parece que o setor exportação deveria ser a válvula regulatória para quaisquer oscilações mais bruscas do mercado doméstico de produção.

Mas, para isso, seriam necessários um volume maior de exportação e a existência de condições comerciais mais agressivas no mercado externo. Não as condições ocorrentes de dependência completa do mercado internacional, onde o Brasil é simplesmente um exportador marginal (0,5% do comércio internacional do algodão em 1963/64).

Temos, todavia, compradores tradicionais no mercado internacional, onde podemos desenvolver novas condições de venda, já que somos igualmente bons compradores da maioria dos países para os quais exportamos algodão. Dentre os vários importadores de algodão brasileiro, 7 a 8 absorvem 80 a 85% de nossas exportações (ver QUADRO VII).

Certo, as condições do mercado internacional são controladas pelos grandes países produtores-exportadores e consumidores-importadores, além de haver no

mundo um excesso de produção sôbre o consumo, dando como resultado um estoque atual (25,6 milhões de fardos) equivalente a 50% da produção anual (51,4 milhões de fardos em 1964/65) e a 53,5% de consumo estimado.

Mas, exatamente por ser o Brasil um exportador marginal, devemos tentar melhores condições no mercado internacional para, assim, assegurarmos não só maior volume de exportação, como maior regularidade nos volumes exportados e menores oscilações nos preços de exportação. Preços êstes, cuja variação constitui um dos mais sérios obstáculos enfrentados por qualquer produto de exportação do país. Para comprovar, vejamos a marcha de tais preços em números índices no período 1951/64, tomando 1953 como ano base.

Ano	Índice	Ano	Índice
1951	199	1958	85
1952	170	1959	63
1953	100	1960	66
1954	99	1961	73
1955	103	1962	71
1956	82	1963	71
1957	92	1964	68

Isso quer dizer que em 1953 o preço de exportação do algodão foi a metade do de 2 anos antes, chegando a menos de 1/3 em 1959 e a pouco mais em 1964.

Ora, para um produto que representa, em média, 8% do valor de nossas exportações, tal variação nos preços de exportação e mais as quedas violentas no volume físico de vendas ao exterior são fatos que demandam ação mais vigorosa por parte dos que têm a responsabilidade pelo comércio externo do país.

Se bem que 2/3 da produção mundial de algodão estejam concentrados em poucos países (30% nos Estados Unidos, 15% na União Soviética, 11% na China continental, 10% na Índia), o respectivo comércio de exportação — ainda que dependendo substancialmente da privilegiada posição dos Estados Unidos, que dominam 40% da exportação para o resto do mundo — oferece condições para que os pequenos produtores-exportadores possam obter algumas vantagens.

Primeiro, porque os países que se situam entre os produtores de porte médio — União Soviética, China e Índia, abrangendo 35% do total mundial — não são grandes exportadores, mas, ao contrário, também importadores.

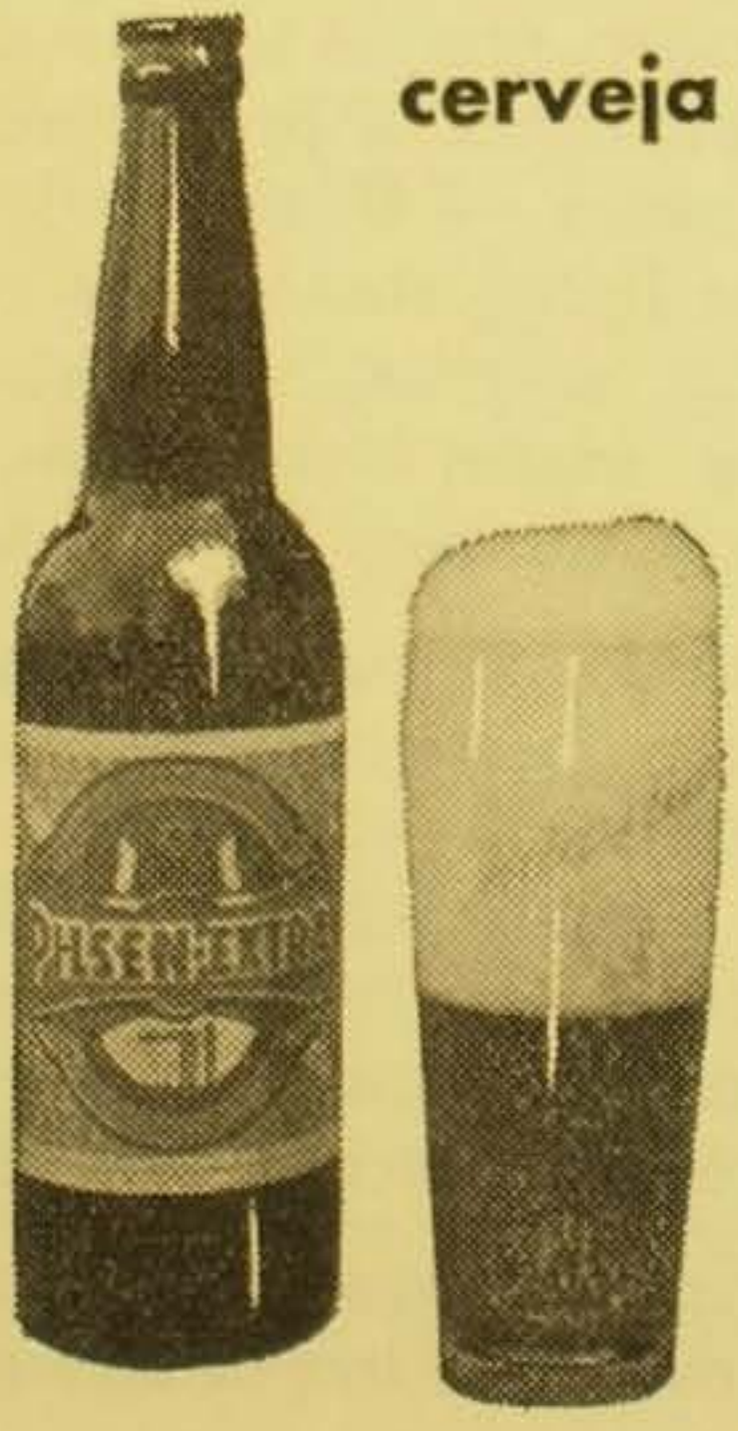
Segundo, porque os países que exportam parte substancial de sua produção — Brasil, México, Egito, Paquistão, Peru, Sudão, Turquia e Síria — são todos de pequeno porte para impor suas condições comerciais.

Terceiro, porque pràticamente todos os países importadores do

mundo compram algodão durante o ano todo.

Nestas condições, não parece difícil que, paralelamente à ação reguladora do órgão internacional de contrôle do comércio dêsse produto — o "International Cotton Advisory Committee" — se promovam medidas internas e externas que possibilitem ampliar o volume e o valor das exportações do algodão brasileiro.

Os problemas internos relacionados com a necessidade de reduzir os custos de produção para aumentar a capacidade competitiva do produto no exterior já não devem ser obstáculo de maior monta. O aumento da produtividade nas lavouras do algodão vem sendo objeto de planos, pesquisas e experimentação há longo tempo. E, ainda recentemente, órgãos governamentais como a SUDENE informaram que o índice de produtividade do algodão foi triplicado numa área da região nordestina às margens do S. Francisco, onde, graças a métodos nacionais de cultivo, se conseguiram 2 500 quilos por hectare, quando a média nacional, até 1963, era de 550 quilos. A produtividade do algodão paulista era de 1 050 kg/ha; a de Mato Grosso, 900 kg/ha; a do Paraná 1 080 kg/ha. Para citar apenas as áreas de maior rendimento no cultivo do algodão.



cerveja

PILSEN - EXTRA

EXTRA... na apresentação, na qualidade, no sabor. PILSEN-EXTRA... é a incomparável cerveja da

ANTARCTICA

FINANÇAS

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO

Por interessar à totalidade dos seus leitores, CONJUNTURA ECONÔMICA vem hoje tecer algumas considerações em tôrno da lei recentemente promulgada pelo govêrno federal, que tomou o n.º 4 626, de 16 de junho último, dispondo sôbre modificações introduzidas na legislação pertinente ao Fundo Federal de Eletrificação e ao Impôsto Único sôbre Energia Elétrica.

É certo que o Brasil terá que cuidar da crescente expansão da produção de energia elétrica, seja térmica, seja hidráulica, como fator básico do seu desenvolvimento industrial. Justamente por perceber que a prosperidade nacional se funda no aumento da disponibilidade de energia elétrica, é que o Poder Público sempre olhou êsse setor com o máximo de interêsse, aplicando enormes somas em obras e instalações destinadas à produção, transmissão, transformação e distribuição dêsse agente do progresso. Haja vista às realizações levadas a efeito pelo govêrno federal, através da Cia. Hidrelétrica do Vale do S. Francisco, da Represa de Três Marias, Usina de Furnas, Urubupungá etc. para só citar as de maior importância.

Por se tratar, invariàvelmente, de obras de elevado custo, é que o programa governamental, se tem preocupado em reforçar as fontes de recursos para o seu financiamento buscando inclusive suplementá-los, através das instituições financeiras internacionais.

Consoante estimativa de fontes credenciadas, está previsto, para o período de 1965/70, um

acréscimo de 7 000 000 de kw no potencial instalado (o que significa a duplicação da capacidade atual) cujo orçamento, na base dos preços correntes, se eleva a cêrca de 5 trilhões de cruzeiros, aí incluídas tôdas as obras necessárias ao atendimento do ciclo completo das operações em que se desdobra o fornecimento de energia elétrica, desde a fase inicial da geração até a final de distribuição para o consumo.

Há necessidade, portanto, de se mobilizarem capitais de fontes diversas, recorrendo às poupanças e recursos de qualquer natureza, pública ou privada, a fim de canalizá-los para êsse setor básico da atividade nacional.

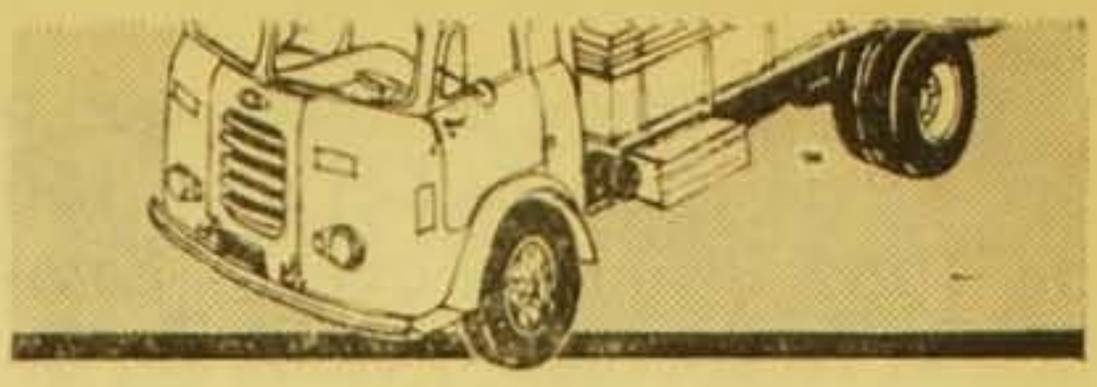
Uma vez alcançada a etapa em que se criaram condições favoráveis à captação de recursos de qualquer origem, através de medidas enérgicas e persuasivas, de modo a assegurar a expansão do setor, a atenção dos dirigentes se voltou, naturalmente, para o redisciplinamento da aplicação de tais recursos, tendo em vista orientá-los, principalmente, para os ramos de transmissão e distribuição, por serem os que mais se atrasaram nos últimos anos.

As inovações, introduzidas na lei em estudo, expressam a atitude do atual govêrno em face do problema. Atendo-se à sua prerrogativa de conferir, negar ou suspender concessões; de expedir normas disciplinadoras da atividade e fiscalizar sua observância; e de estabelecer a política fiscal mais conveniente, mediante a adequada tributação dos efeitos dessa atividade, a ação governamental objetivou, regular o funcionamento das emprêsas públicas e privadas, que militam nesse campo de produção, a fim de garantir-lhes maior estabilidade econômico-financeira. Com isto, assegurar-se-ia, para as primeiras: a) — libertação do vício do *empreguismo;* b) — fixação de tarifas reais para seus serviços; e c) — observância das modernas normas técnicas de produtividade e eficiência. Quanto às emprêsas particulares, promover-se-ia a anulação de certos fatôres negativos que lhes entorpeciam a ação, como sejam: a) — regime de tarifas rígidas, que não acompanhavam de forma alguma o custo da produção, trazendo-lhes, ao contrário, como conseqüência imediata, o enfraquecimento progressivo de seu capital de giro; b) — efeitos da inflação desenfreada; e c) — desequilíbrios ocasionados por uma legislação trabalhista e tributária, a que faltava um sentido harmônico e orgânico.

Assinala-se, nas modificações ora introduzidas na legislação relativa ao Impôsto Único sôbre Energia Elétrica e ao Empréstí-

mo Compulsório em favor da Eletrobrás, o propósito de: a) — incentivar a iniciativa privada, que se dedica à produção de energia elétrica, visando a incrementá-la; b) — corrigir desvios de orientação que têm prejudicado áreas do território nacional carentes dêsse fator básico do progresso regional; e c) — oferecer condições — as mais favoráveis — para a captação de recursos e sua racional aplicação.

Dentre as principais novas medidas constantes da lei em aprêço, mencionaremos as seguintes: a) — computação, no valor da energia vendida, de todos os adicionais à tarifa básica, inclusive o preço da energia comprada, para o cálculo da tarifa fiscal, que servirá de base à determinação do Impôsto Único sôbre Energia Elétrica, sabendo-se que êste tributo resulta da aplicação de determinada taxa à tarifa fiscal, obtida na forma aqui indicada; b) — redução para 3 meses do prazo antes fixado em 6, pela Lei n.º 4 156/62, para a revisão periódica da tarifa, de modo que o valor do Impôsto e do Empréstimo possa acompanhar, de perto, a elevação geral dos preços; c) — fixação de determinados procedimentos, para os casos de isenção de pagamento do tributo, previstos na lei; d) — entrega das Obrigações da Eletrobrás aos próprios consumidores, ainda que as contas de fornecimento hajam sido extraídas em nome de outrem; e c) — cálculo do Empréstimo Compulsório, com base também na tarifa fiscal, em substituição à forma antiga, em que êle se determinava por uma porcentagem aplicada ao montante da conta de fornecimento, sendo a agora adotada mais correta e eqüitativa, visto que os consumidores de energia termelétrica, abastecidos que são com tarifas mais elevadas, eram duplamente mais onerados que os demais consumidores. A lei nova uniformizou, assim, o critério para a cobrança do Impôsto e do Empréstimo Compulsório.



UM ÓLEO IDEAL PARA MOTORES DIESEL



um produto da
COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA

Observaremos, ademais, que o art. 8.º da já citada Lei n.º 4 156 de 1962 dispunha que os Estados só receberiam o valor em dinheiro da quota do Impôsto, se mantivessem um Fundo Estadual de Energia Elétrica, com recursos iguais ou superiores àquela quota. Caso contrário, receberiam o mesmo valor, mas em ações da Eletrobrás, tocando a esta receber a quantia em dinheiro que coubesse ao Estado. A lei nova modifica êsse critério, exigindo apenas a comprovação pelo Estado da aplicação de importância equivalente ao valor da quota, como condição para a entrega dos recursos que a União lhe destinou, na proporção do que aplicar, no exercício anterior.

Estabelece, outrossim, a nova lei, ao dar outra redação ao art. 18 da Lei n.º 4 156/62, que a contribuição compulsória dos novos consumidores, equivalente até a 30 vêzes o valor da tarifa fiscal, será paga em parcelas mensais iguais, no mínimo de 6, e após sua integralização, será considerada como crédito de capital do consumidor, para efeito de subscrição de ações preferenciais ou ordinárias, a critério do concessionário. Enquanto não se converterem em ações, cujo prazo máximo para êste fim é fixado em 1 ano, tais créditos vencerão juros de 10% ao ano, não se lhes aplicando o art. 111 do Decreto-Lei n.º 2 627, de 26-9-1940, que dispõe sôbre a preferência que terão os acionistas, para a subscrição de aumento de capital das sociedades por ações, em razão do número de ações que possuirem. O modo como está redigido êste dispositivo permite às emprêsas privadas mobilizarem vultosos recursos, sem o perigo que antes havia da intromissão da Eletrobrás no contrôle de sua vida societária.

Outra modificação relevante apresentada pela nova lei é a equiparação dos antigos consumidores aos novos, com relação à mencionada contribuição compulsória, nos casos de estarem situados em localidades que, possuindo precário serviço de energia elétrica, venham a se beneficiar, incorporando-se a sistemas energéticos regionais, que realizem melhorias substanciais no fornecimento de energia local.

A nova lei modificou também o art. 20 da Lei n.º 4 156/62, para considerar como refôrço do Fundo Federal de Eletrificação os recursos da União, superiores a 100 milhões de cruzeiros, aplicados em bens e instalações do concessionário para fornecimento de energia elétrica, sob a forma de financiamentos resgatáveis a favor da Eletrobrás. O prazo de resgate é de 20 anos; tem o seu início condicionado à

rentabilidade do investimento, devidamente comprovada pelo órgão competente, gozando de um período de carência de 7 anos, obedecidas as normas a serem baixadas pelo Ministério das Minas e Energia, a respeito. Dêste modo, a participação acionária, ou as doações de recursos federais às emprêsas concessionárias do fornecimento de energia elétrica, se transformaram em financiamento, propiciando-se, assim, a rotatividade dêsses recursos, uma vez que poderão ser convertidos em novos empréstimos a favor de tais entidades.

Por fim, notaremos que ao Ministério das Minas e Energia foi atribuída expressamente pela nova lei a incumbência de coordenar, com exclusividade, a aplicação dos recursos destinados ao setor de energia elétrica.

Contém, pois, a nova lei, medidas saneadoras, que abrem um largo horizonte de desenvolvimento para as diversas zonas geoeconômicas do Brasil. Oxalá produzam os resultados que delas é lícito esperar, dependendo isto, em grande parte, do critério dos que têm por função dirigir e fiscalizar a sua aplicação.

CIA. PROPAC (COM. E IND.)

Capital e Reservas: Cr$ 1.366.147.000

Diretoria:
José C. Lampreia - *Presidente*
Sidney R. Murray - *Vice-Presidente*
Oswaldo B. de Azevedo - *Diretor*
Avá da Silva Bessa - *Diretor*
Francisco José B. Dias - *Diretor*

IMPORTAÇÃO GERAL E REPRESENTANTES DE:

B. E. N. PATENTS LTD. (Compressores de ar, equipamento para pintura a pistola, equipamento para garage).

BROOM & WADE LTDA. (Compressores de ar, ferramentas pneumáticas, brocas para rochas).

BUCYRUS-ERIE COMPANY (Escavadeiras, dragas e perfuratrizes).

EUCLID (GREAT BRITAIN) LIMITED (Caminhões transportadores e carregadores).

HUBER-AMERICAN INC. (Equipamentos para pavimentação).

LITTLEFORD BROS. IND. (Equipamentos completos p/asfalto, rolos compressores pequenos, tanques p/lavagem de rua, vassouras mecânicas).

REX-CHAIN BELT INC. (Betoneiras, bombas p/recalque de concreto, moto-betoneiras e pavimentadoras).

STOTHERT & PITT LTD. (Aparelhamentos especiais para carga e descarga, guindastes móveis, guindastes de pórtico, guindastes ferroviários, pontes rolantes).

THE ENGLISH ELECTRIC CO. LTD. (Trens, Locomotivas Diesel e Elétricas, Geradores, Turbinas, Motores Diesel e Elétricos, Material p/Estradas de Ferro e Equipamento Elétrico em Geral).

SIMCA DO BRASIL (Automóveis).

HUBER-WARCO DO BRASIL S. A. (Motoniveladoras).

GENERAL MOTORS OVERSEAS OPERATIONS (Caminhões transportadores e carregadores).

CIA. PROPAC COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Av. Rio Branco, 85 - 14º *and*, 23-2101 — *E. Guanabara* — *Rua Dona Margarida*, 435 52-1145 — *São Paulo* — *Rua Guarani*, 307 — 4-8447 — *B. Horizonte* — *Setor de Indústria e Abastecimento - Quadra I - Lotes* 810/820 — *Brasília*

credibrás financeira do brasil s.a.
crédito, financiamento e investimento

Sede: **Rua do Carmo, n.º 8 - 6.º andar — Rio de Janeiro — Tel.: 31-0020**
Filial: **Rua Libero Badaró, n.º 293 — 27.º andar — São Paulo — Tel.: 34-2355**
CARTAS DE AUTORIZAÇÃO N.ºs 86 E 87

DIRETORIA:

Diretor Presidente — Dr. Walther Moreira Salles
Diretor Vice-Presidente — Dr. Demosthenes Madureira de Pinho
Diretor Superintendente — Dr. José Braz Ventura
Diretores
Dr. Erwin Feder (licenciado)
Dr. Hélio José Pires Oliveira Dias
Dr. Italo Júlio Romano Barbero
Dr. Rócio de Castro Prado

CONSELHO CONSULTIVO:

Presidente — Theodoro Quartim Barbosa
Vice-Presidente — Silvano Santos Cardoso
Conselheiros — Antoine Forgach
Dácio de Moraes Jr.
Hélio Beltrão
Hélio Cassio Muniz de Souza
Henrique de Botton
Homero Souza e Silva
Joel de Paiva Côrtes
José de Almeida Barbosa Mello
Pamphilo Pedreira Freire de Carvalho
Pedro di Perna
Sérgio Pinho Mellão

BALANCETE GERAL EM 5 DE OUTUBRO DE 1965

ATIVO		PASSIVO		
DISPONÍVEL		NÃO EXIGÍVEL		
Caixa e Bancos	1.166.177.664	Capital e Reservas		756.445.561
REALIZÁVEL		EXIGÍVEL		
Devedores p/responsabilidades Cambiais, títulos descontados e negociados, valôres mobiliários, outros créditos, dev. p/Resp. de Refinanc. (FINAME)	22.022.870.817	Aceites Cambiais, Agência no País, outros créditos, Obrigações p/ Refinanciamento (FINAME)		22.259.910.483
IMOBILIZADO		RESULTADOS PENDENTES		
Edifício de Uso da Firma, móveis, utensílios, instalações	196.375.424	Contas de Resultados	261.218.829	
RESULTADOS PENDENTES		LUCROS E PERDAS		
Contas de Resultados	144.580.194	Saldo à disp. da A. G. Ordinária	252.429.226	513.648.055
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Valôres Caucionados, outras contas	33.219.718.896	Depositantes de Valôres em Garantia, outras contas		33.219.718.896
	56.749.722.995			56.749.722.995

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1965

José Braz Ventura, Diretor Superintendente — Bernardino Madureira de Pinho Netto, Gerente Geral — Milton Pizzini, Técnico em Contabilidade — C.R.C., n.º 14.284 — GB.

NO ESTRANGEIRO

PREVISÕES SÔBRE A ECONOMIA MUNDIAL

Pouco a pouco, o conflito no Vietnam assume, também sob o aspecto econômico, características de verdadeira guerra. As matérias-primas estratégicas, em particular os metais não ferrosos, continuam em alta, enquanto os preços do aço e do ferro — cujas necessidades para fins militares diminuíram, em conseqüência de modificações no armamento — permaneceram inalterados e baixaram os preços de sucata. A maioria dos gêneros alimentícios acusou alta considerável em relação ao ano passado. Neste domínio também há exceções, como foi o caso do cacau. Entretanto, a tendência geral é ascendente e o mais famoso índice americano de matérias-primas, o "Moody's", oscilou na segunda metade de agôsto de 1965 entre 390 e 400, enquanto em igual período de 1964 variou entre 360 e 370.

O mercado de ações na Bôlsa de Nova York saiu também do período de liquidações, que reaparece sempre no início de uma guerra. À queda se seguiu sensível recuperação e o índice Dow Jones dos valôres industriais se acha apenas 5% abaixo do máximo alcançado em 1964, antes do envio dos fuzileiros norte-americanos ao Vietnam.

NOVO PROCESSO DE OBSERVAÇÃO

O aumento da procura e dos preços não se limita aos Estados Unidos. Na Europa, o movimento nas bôlsas é pràticamente paralelo ao de Wall Street, e os outros sinais da conjuntura são também estimulantes. Um estudo da Organização Econômica de Cooperação e Desenvolvimento (OECD) para os 7 países industriais mais importantes da Europa ocidental mostra que já no 1.º semestre de 1965 a reanimação dos negócios foi considerável. Os técnicos da OECD não procuram reunir todos os elementos da conjuntura num só ín-

SE VOCÊ É ASSINANTE DO
SERVIÇO NACIONAL DE
TELEX
(D C T)
EM QUALQUER CIDADE
É SÓ DISCAR
0308
PARA LIGAÇÕES INTERNACIONAIS
RADIONAL
Comunicações
Mundiais
Via ITT
Rio de Janeiro: 22-5191

dice; tampouco trabalham com uma base fixa e comparam tão-sòmente os resultados de cada semestre com os do semestre anterior, tomando 5 variáveis como referência: produção industrial, vendas a varejo, meios de pagamentos, preço ao consumidor e salários. Trata-se de procedimento pouco usual mas interessante e elucidativo.

O QUADRO seguinte está quase inteiramente composto com sinais de progressão (+). Em apenas 4 pontos há sinais de regressão (−), dos quais 3 se referem à evolução da produção industrial: a c r i s e na Itália (−3%) no 1.º semestre de 1964, ligeiro recuo da produção (−1,5%) na França no 2.º semestre de 1964, e redução mais limitada ainda (−1%) na Inglaterra, no 1.º semestre de 1965, a qual, entretanto, poderá vir a acentuar-se no 2.º semestre em curso, pois as novas medidas de austeridade afetaram sèriamente diversas grandes indústrias, em especial a automobilística. À parte êstes recuos temporários da produção, verificou-se ainda diminuição de 2% nas vendas a varejo da França no 1.º semestre de 1964, ràpidamente compensada por um ajustamento da produção industrial no 2.º semestre do mesmo ano.

O elemento mais dinâmico foi, por tôda parte, a expansão dos meios de pagamento. No 1.º semestre de 1965, a Suécia e a Holanda marchavam, com um aumento de 6%, na vanguarda da inflação, enquanto a produção industrial crescia apenas 2,5% e 4%, respectivamente. Segue-se a Alemanha, com uma expansão monetária de 5%, que parece m a i s justificada pelo incremento da produção industrial (+5,5%). Quanto aos salários, os aumentos mais sensíveis se efetuaram no 1.º semestre de 1964 na Holanda (+12,8%) e Itália (+9,5%). A evolução dos preços corresponde grosso modo à dos salários e dos meios de pagamento. Não se observou estabilização nem muito menos baixa de preços.

VARIAÇÕES SEMESTRAIS DA ECONOMIA EM 1964/65

(em porcentagem sôbre o semestre precedente)

PAÍSES	PRODUÇÃO INDUSTRIAL (*)			VENDAS A VAREJO (*)			MEIOS DE PAGAMENTO (*)			PREÇO AO CONSUMIDOR			SALÁRIOS		
	I/64	II/64	I/65	I/64	II/64	I/65	I/64	II/64	I/65	I/64	II/64	I/65	I/64	II/64	I/65
Bélgica	+1,6	+2,3	+2,0	+3,4	+4,9	+3,0	+2,5	+4,4	+3,0	+2,8	+1,8	+2,0	+ 5,3	+7,2	+2,5
França	+2,2	−1,5	+2,0	−2,0	+0,7	+2,0	+3,7	+4,2	+2,5	+1,6	+0,8	+1,0	+ 3,2	+2,5	+2,0
Alemanha Ocidental .	+4,2	+5,0	+5,5	+3,2	+4,7	+5,5	+5,7	+3,5	+5,0	+1,8	+0,9	+2,0	+ 5,7	+4,8	+4,5
Itália	−3,0	+1,5	+1,0	+2,9	+1,4	+2,5	+1,3	+6,7	+4,5	+3,3	+2,4	+1,5	+ 9,5	+4,7	+5,5
Países-Baixos	+5,5	+8,0	+4,0	+6,0	+5,6	+4,0	+4,5	+4,0	+6,0	+4,4	+0,9	+3,5	+ 12,8	+2,0	+6,0
Suécia	+1,5	+2,4	+2,5	+3,2	+4,0	+3,5	+5,4	+2,4	+6,0	+1,8	+3,5	+2,5	+ 3,5	+2,7	+5,0
Grã-Bretanha	+1,6	+3,9	−1,0	+2,8	+2,5	+3,0	+1,9	+6,3	+4,0	+3,6	+1,7	+2,5	+ 1,8	+3,6	+2,0

(*) As cifras estão ajustadas para variações sazonais.

Embora a tendência da conjuntura seja, com curtas interrupções, favorável, a Europa está ainda longe de uma evolução uniforme. Mesmo nos países do Mercado comum, as diferenças são sensíveis tanto na produção quanto no que se refere a preços e salários. As divergências seriam de certo mais acentuadas ainda se se comparassem os países altamente industrializados com aquêles em que predomina a agricultura — uns e outros membros da OECD (que no momento reúne quase tôdas as nações da Europa ocidental) ou se se confrontassem os países europeus com os Estados Unidos, Canadá e Japão, igualmente membros da OECD.

MARCHA PARA UMA NOVA RECESSÃO?

Conquanto o estudo da OECD seja essencialmente retrospectivo, faz também alguns prognósticos para o resto do ano de 1965. É evidente que a grande organização intergovernamental, a qual pertencem agora 21 nações, não quer manifestar-se ostensivamente sôbre as conseqüências da guerra no Vietnam. Limita-se à verdade incontestável de que as perspectivas de crescimento econômico dependerão em grande parte das medidas adotadas pelo govêrno americano para dar impulso mais forte à economia, pelo menos até o fim do ano em curso. Assumindo uma posição de prudência a OECD crê que se deveria antes contar no 2.º semestre de 1965 e nos primeiros meses de 1966 com um ligeiro declínio no ritmo da expansão: ao invés de 4,5%, taxa média da expansão para os países membros da OECD nos últimos 12 meses, a produção talvez alcance sòmente 4%.

No que diz respeito aos diferentes países europeus, a OECD acredita que, na Alemanha, a política mais severa de crédito e a diminuição dos lucros reduzirão a procura de investimentos. Em contraste, as previsões da OECD, que tem sede em Paris mas na qual os franceses não desempenham papel de primeira grandeza, dão como provável um aumento da produção industrial na França. As perspectivas seriam menos favoráveis para a Itália, embora os fenômenos inflacionários — acréscimo demasiadamente rápido de preços e salários — se hajam atenuado.

E a Inglaterra? A OECD, por quem o govêrno britânico sempre manifestou vivo interêsse, contorna, tanto quanto possível, esta delicada questão. Mas, quase simultâneamente com a publicação do estudo da OECD, um trabalho do principal observatório da conjuntura inglêsa, o independente "Institute for Economic and Social Research", faz sombrias pre-

visões sôbre o futuro imediato da economia britânica. Em conseqüência das medidas governamentais, seria possível uma melhoria do balanço de pagamentos, mas a política deflacionária do govêrno trabalhista já repercute no mercado interno e se espera forte queda no ritmo da expansão. Ao invés do aumento na produção industrial de 4% que a OECD prevê como "média" do mundo ocidental, a produção na Grã-Bretanha cresceria apenas 2% e o número de desempregados, que em 1965 já passou de 1,2% a 1,5% do potencial de mão-de-obra, poderia alcançar no fim do próximo ano 2-2,5%, ou em cifras absolutas, 500 a 600 mil pessoas.

Entretanto, os técnicos do Instituto procuram consolar seus compatriotas com o prognóstico de que nos outros países da Europa ocidental o ponto culminante da conjuntura parece também ultrapassado. Em outras palavras: a roda da conjuntura aproxima-se de nova recessão — desde que, naturalmente, os acontecimentos no Sudeste da Ásia não provoquem uma incisiva modificação da economia mundial.

SEGURANÇA E SERVIÇOS COMPLETOS

Contas-Correntes Particulares e Comerciais. • Depósitos a Prazo Fixo. • Custódia de Valores. • Descontos, Empréstimos e Financiamentos. • Cobranças — no Brasil e no Exterior. • Ordens de Pagamento, Transferências, Cheques Visados, Serviços de Mobilização Monetária. • Informações Comerciais e Cadastrais — do Brasil e do Exterior. • Câmbio — Remessas, Cobranças, Cartas de Crédito, Financiamento de Importações e Exportações, Travellers' Cheques, Bancos Associados e Correspondentes em todo o Mundo.

BANCO LAR BRASILEIRO S/A

Associado ao
THE CHASE MANHATTAN BANK
New York

RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO • SANTOS • CAMPINAS • SANTO ANDRÉ • SALVADOR • NITERÓI • PÔRTO ALEGRE • GOIÂNIA • BELO HORIZONTE • RECIFE CURITIBA • FORTALEZA • BRASÍLIA

Administração de Pessoal — Princípios e Técnicas

da Professôra BEATRIZ M. DE SOUZA WAHRLICH,
Diretora da Escola Brasileira de
Administração Pública,
é o livro que a Fundação Getúlio Vargas
acaba de lançar.

- *Introdução à administração de pessoal*
- *Princípios e técnicas relativos ao cargo ou função*
- *Princípios e técnicas relativos ao funcionário ou empregado*
- *Condições de emprêgo e relações humanas.*

Um verdadeiro manual de administração
de pessoal, para uso do administrador de todos
os níveis, bem como das pessoas que
se iniciam em sua preparação técnica
na administração.

Reserve já seu exemplar.

Recorte e envie êste cupom à Fundação Getúlio Vargas — Serviço de Publicações — Caixa Postal 4081 - ZC-05 — Rio de Janeiro - GB.

Peço enviar-me pelo Serviço de Reembôlso Postal, ☐ exemplar (es) do livro Administração de Pessoal — Princípios e Técnicas.

Nome .....

Rua .....

Cidade ..... **Estado** .....

ÊXITOS E FRACASSOS DO PLANEJAMENTO FRANCÊS

Nas livrarias francesas há atualmente uma pequena sensação: pela primeira vez em 40 anos um livro sôbre assuntos econômicos figura na lista dos "best-sellers". O fato é tanto mais surpreendente quanto não se trata da biografia de um multimilionário, nem de "revelações" sôbre tal ou qual escândalo, nem tampouco de um dos manuais tão populares nos Estados Unidos, em que se promete comunicar ao leitor o segrêdo de enriquecer ràpidamente ou, pelo menos, de se tornar um vendedor extraordinário, de fazer amigos úteis etc. O livro francês é uma obra muito séria e de difícil leitura. Intitula-se *Le Plan ou l'anti-hasard* (da Coleção *Idéias*, edições Gallimard, Paris) e o seu autor, Pierre Massé, é há vários anos Comissário Geral do Plano, isto é, diretor dos planos econômicos quadrienais.

Entretanto, o Sr. Massé não é apenas um economista de renome, mas, pela sua formação matemática, também especialista em cálculo das probabilidades e, para melhor demonstrar e até provar as suas teses, apresenta fórmulas matemáticas bem complicadas. Todavia, a obra é um êxito raro, para o qual contribuiu provàvelmente o título engenhoso, pois em duas palavras êle esclarece a alternativa: planificar a economia e reduzir tanto quanto possível o acaso ou deixar tôda a iniciativa e execução ao livre arbítrio de cada empresário.

O interêsse do público francês por êste problema fundamental é mais ou menos recente. Recordemos que o planejamento, introduzido na França em 1947 por Jean Monnet — e por isso se falou na época do "plano Monnet" — teve que realizar-se quase clandestinamente, pois não

havia nem base legal nem orçamento para elaborar e realizar o plano econômico. Na linguagem técnica o conceito de planejamento é atualmente empregado tanto para a previsão efetuada em alguns países como para a programação seguida em outros. Quem procura prever aspectos da economia futura realiza apenas uma observação, desprovida de ação direta sôbre o objeto de exame. Estabelecer um programa econômico significa, porém, fixar a taxa de aumento da atividade (ou outra qualquer medida adequada) e, por meio dos instrumentos disponíveis de política econômica (montante de crédito, favores fiscais, taxa de juros etc.), atingir o alvo desejado, promovendo as alterações estruturais necessárias. O plano francês representa uma mistura de ambos os princípios supra e constitui, também, devido à dosagem dos ingredientes, um exemplo de características individuais. Suas principais feições, tais como se apresentam agora, resultam de uma contínua evolução das medidas tomadas imediatamente após o término da última conflagração mundial. Foram elas grandemente influenciadas tanto pelos acontecimentos políticos no país como pelo reerguimento econômico alemão. É importante fixar desde já que o próprio Estado é quem, representando 2 papéis diferentes, realiza a previsão e, por outro lado, estabelece a programação econômica.

Nos primeiros anos do pós-guerra o planejamento tinha uma finalidade limitada. Procurava-se então obter do auxílio através do plano Marshall e dos parcos fatôres de produção disponíveis o melhor resultado possível. No período subseqüente de instabilidade política o departamento governamental incumbido do planejamento contentava-se em procurar assegurar certa continuidade da política econômica. Na Quinta República, entretanto, o plano econômico desempenha papel muito mais importante. Atualmente, muitos franceses vêem no planejamento, tal como é realizado em seu país, um meio de conduzir a economia a uma desejável combinação de justiça social e daquela dinâmica econômica que vigora nas economias de mercado, como por exemplo na República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental). Levando ainda em consideração que na ordem econômica de diversos países ocidentais são introduzidos elementos de planejamento — no sentido de intervenção do Estado na atividade de emprêsas privadas — e que as nações socialistas se inclinam ùltimamente, segundo alguns observadores, a admitir, até certo ponto, métodos de economia de mercado, a fim de eliminar alguns inconvenientes do dirigismo,

acreditam os franceses que, finalmente, prevalecerá no mundo uma solução intermediária entre os dois extremos atuais de ordem econômica. A França sente-se assim precursora no caminho que levaria a um desaparecimento das formas diametralmente opostas que hoje vigoram. O planejamento francês transformar-se-ia em uma tarefa missionária a serviço do bem universal. Mas, deixemos o terreno dos ideais para examinarmos alguns detalhes fundamentais, de significado bem concreto.

PREVISÃO OU PROGRAMA?

No 4.º plano francês, por exemplo, o ponto de partida foi a fixação de um crescimento econômico de 4% anual. Essa taxa não deve ser tomada como resultado da análise das tendências da época. Ela significa muito mais um alvo que o govêrno pretendeu alcançar, quando escolheu entre diversos coeficientes de 4 a 6% ao ano e as suas implicações. Uma vez admitido o desenvolvimento com tal intensidade, determinou-se a participação de cada setor que asseguraria atingir o objetivo final. Isto requer que se prevejam os valôres de grande número de variáveis no decorrer de um prazo relativamente extenso, como é o de 4 anos. Embora os métodos de prognóstico econômico tenham sido aperfeiçoados nos últimos anos, não foi possível levar em conta importantes eventos, que ou deixam de ocorrer com regularidade ou se efetivam por decisão de pessoas ou entidades não influenciáveis pelas autoridades francesas. Pertencem a esta categoria acontecimentos políticos internacionais, variações climáticas etc.

Em tais circunstâncias, os idealizadores do plano francês limitaram-se a estimar o futuro volume da produção de cada espécie de bens, sem levar em consideração um eventual progresso tecnológico, sem prever a evolução dos preços, da qual dependem forçosamente modificações estruturais da economia e sem admitir a possibilidade de

TELEFONE
INTERNACIONAL
SEMPRE AS MAIS RÁPIDAS
LIGAÇÕES!

DISQUE DIRETO

RIO - 52-6000
S. PAULO - 33-4111
SANTOS - 2-7194

O mundo a seu alcance
VIA RADIOBRÁS
Cia. Radiotelegráfica Brasileira
Telegramas • Telefone • Telex
• Radiofotos para o Exterior

uma procura insuficiente, que obrigaria as fábricas a produzirem abaixo da sua capacidade.

AS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DO ESTADO

O govêrno dispõe não só de leis, como de grande poder econômico, para dirigir a economia privada por meios "suasórios" no sentido de respeitar a orientação oficial. É êle o maior consumidor, produtor, banqueiro etc. no país e se encontra, portanto, em posição de "convencer" as emprêsas que desejam naturalmente realizar negócios com o Estado, sôbre a exatidão de sua política econômica. Nestas condições, os empresários se dispõem cada vez menos a assumir, por conta própria, riscos ou a tomar decisões antes de receber garantias dos podêres públicos. O planejamento francês favorece assim uma eliminação da concorrência e da livre formação dos preços. Isto indica que, no momento, nesse planejamento os elementos de economia dirigida tenham a predominar sôbre os de economia de mercado.

Quem na prática vem agindo menos disciplinarmente do que economia privada é o próprio Estado, deixando de obedecer rigorosamente às normas gerais do plano por êle mesmo idealizado. Não é raro que a política monetária, financeira ou exterior se encontrem em contradição absoluta com o espírito do plano, embora tenha êste sido aprovado por quem de direito e, encontrando-se em pleno vigor, deva merecer o respeito de tôdas as partes. Além disso, os empreendimentos nacionalizados são administrados na França por uma representação conjunta do govêrno, dos empresários e dos sindicatos de empregados. Cada um dos 3 grupos, de interêsses diversos, insiste primeiro em conservar e praticar a sua liberdade de decisão. Estas nem sempre se harmonizam com os princípios estabelecidos no planejamento.

OS RESULTADOS DO 4.º PLANO

Entretanto, a evolução de ordem jurídica e política não foi acompanhada de desenvolvimento técnico análogo. Ao contrário, os resultados do 4.º plano, que termina êste ano são decepcionantes, sob dois aspectos: primeiro, as estimativas foram ainda mais precárias que as dos anteriores; segundo, seus objetivos, notadamente no que diz respeito à produção e aos investimentos, não foram alcançados.

Esta última falha é mais grave porque o público perdoa mais fàcilmente aos planejadores erros resultantes de estimativas demasiado prudentes do que erros decorrentes de previsões exageradamente otimistas. Êsse otimismo excessivo implica numa censura aos empresários que não teriam

sido tão eficientes quanto supunham os idealizadores do plano. Então o público, com boas razões, pode concluir que as diferenças entre previsão e realização se devem a uma superestimativa de origem, isto é, a culpa cabe aos idealizadores e não aos executores do plano.

Se se considerar a situação favorável da economia francesa na época de elaboração do 4.º plano, isto é, 1960-61, seria justo esperar para os 4 anos seguintes um aumento médio de 4% ao ano na produção. Mas já em fins de 1963 surgiam dificuldades em diversas indústrias. Em 1964 a diminuição do ritmo da produção industrial se generalizava e em 1965 atingia a estagnação. Em algumas das indústrias de maior importância para França, como a siderúrgica e a têxtil, há no momento sinais de verdadeira crise e os observadores mais otimistas não ousam prever melhoria substancial nos próximos meses. Os resultados já conhecidos e os prováveis até o fim do período do 4.º plano só correspondem a um crescimento médio de 2,5% ao ano na produção. A taxa de progressão, estimada em 4%, representa, portanto, um êrro de 37,5%.

Banco Sul Americano do Brasil, S. A.

Matriz: SÃO PAULO

Rua Álvaro Penteado, 65 — C. Postal 8.222

End. Telegráfico: SULBANCO — Patente N.º 2 948

Capital e Reservas ..... Cr$ 5.397.000.000

AGENCIAS

Alvares Machado — Andradas (M. Gerais) — Auriflama — Balsamo — Buritama — Campinas — Capivari — Caraguatatuba — Catanduva — Cianorte (Paraná) — Cruzeiro — Curitiba (Paraná) — Engº Schmidt — Fernandópolis — Guapiaçú — Itaguagé (Paraná) — Itapevi — Jacaréi — José Bonifácio — Leme — Londrina (Paraná) — Lorena — Louveira — Macaubal — Maringá (Paraná) — Mirante de Paranapanema — Neves Paulista — Paranaguá (Paraná) — Penápolis — Pindamonhangaba — Pindorama — Pinhal — Piracicaba — Pirapòzinho — Poloni — Presidente Prudente — Ribeirão Prêto — Rio de Janeiro — Rio de Janeiro, Urbana — Santa Albertina — Santos (Centro) — Santos (Mercado) — São João do Caiuá (Paraná) — São José dos Campos — São José do Rio Prêto — Tatui — Uberaba (Minas Gerais) — Umuarama (Paraná) — Vinhedo — Urbana nº 1, Centro — Urbana nº 2, Vila Prudente — Urbana nº 3, Belénzinho — Urbana nº 4, Av. São João — Urbana nº 5, Mercado (São Paulo) — Urbana nº 6, Jardim América — Urbana nº 7, Pça. da República — Urbana nº 8, Moinho Velho — Urbana nº 9, Brig. Luiz Antônio — Urbana nº 10, São Luiz — Urbana nº 11, Ipiranga — Urbana nº 12 — Mooca — Urbana nº 13, Vila Leopoldina — Urbana nº 14, Alvares Penteado — Urbana nº 15, Almirante Barroso.

TODAS AS OPERAÇÕES BANCARIAS

INCLUSIVE CAMBIO

Quanto aos investimentos, o equívoco foi maior ainda. Os autores do plano haviam previsto um aumento dos investimentos produtivos de 7,4% ao ano, enquanto a taxa efetiva foi apenas de 4,4%. A êste respeito, a superestimativa chegou a 40%. Esta enorme diferença entre a previsão e a realidade provém quase exclusivamente dos anos de 1964 e 1965 — resultado lamentável diante dos grandes esforços que o govêrno despendeu para estimular os investimentos de capital privado.

As estimativas não foram muito mais precisas no domínio da economia externa. A previsão de exportação foi, sob o aspecto psicológico, relativamente satisfatória, porque de fato se exportou mais do que os planejadores calcularam: a taxa de crescimento anual atingiu 6,5%, enquanto o plano contava apenas com 4,7%. Mas esta diferença desapareceu inteiramente em face da previsão errônea das importações, que cresceram em média 12,2%, enquanto o plano não continha senão uma taxa de crescimento anual de 5,5%. Portanto, a expansão das compras no exterior foi duas vêzes maior do que a prevista.

Um dos mais importantes resultados do plano — segundo alguns economistas — não pode ser medido em números. Queremos aludir à difusão dos principais conceitos e das interdependências fundamentais em matéria de economia, que se processou entre administradores públicos e privados e a população em geral. O melhor conhecimento de assuntos econômicos chegou até a impedir que certos grupos formulassem exigências que só poderiam ser atendidas com prejuízo de tôda nação, como, por exemplo, aumentos salariais ou outras vantagens e benefícios dos trabalhadores, não suportáveis pelas respectivas emprêsas.

COMO OCORREM AS PREVISÕES ERRÔNEAS?

Naturalmente, os próprios planejadores, assim como os economistas fora do Comissariado Geral do Plano, não tardaram em examinar os motivos determinantes de previsões tão diversas da evolução real. É claro que não se chegou a uma opinião unânime, mas certos métodos que já haviam prejudicado os planos anteriores parecem desempenhar desta vez um papel nefasto.

Antes de tudo, o plano quadrienal francês é agora uma instituição perfeitamente legal, mas êle só faz a lei num terreno restrito: o dos investimentos públicos. Êstes podem ainda ser modificados durante o período do plano por uma decisão governamental. Todavia, o atual govêrno

é em princípio favorável à "planificação", tal como já existe há 18 anos na França. Mas as condições são bem diferentes quanto ao setor privado da economia francesa.

O plano francês não constitui para os chefes de emprêsas privadas senão uma recomendação. Nem o Comissariado Geral do Plano nem o próprio govêrno podem forçar uma emprêsa ou indústria inteira a aplicar a taxa de aumento de investimentos ou de produção, de vendas ou de compras no exterior, inscrita no plano. Por certo, o govêrno pode tomar medidas para limitar a importação de tal ou qual mercadoria, embora estas medidas estejam hoje limitadas por acôrdos internacionais — mas até o momento êle jamais agiu para fazer cumprir estritamente o plano.

Em síntese, o plano francês é para a economia apenas um conjunto de recomendações, elaboradas em cooperação com a associação de indústrias interessadas, mas não tem caráter obrigatório. Por isto, é um instrumento frágil e pràticamente está longe de constituir uma segura arma "anti-acaso".

AS OSCILAÇÕES DA CONJUNTURA

Existe ainda outro fator de incerteza que se pode corrigir mais fàcilmente: o cálculo das progressões ou — o que até o momento era mais raro — regressões anuais. Os autores dos planos franceses consideraram a evolução econômica como movimento em sentido único — para cima.

A França em 1947, quando começou o primeiro plano, e também hoje, possui, como muitas outras nações do ocidente um amplo setor econômico que pertence ao Estado, mas a grande massa da produção e da distribuição se efetua segundo os princípios do sistema capitalista.

Resta saber se sob o regime vigente crises e recessões cessaram definitivamente. A situação atual da economia na França parece antes desmentir essa tese. Por certo, após a segunda guerra mundial, as variações da conjuntura são menos violentas e aprendeu-se, através de medidas nacionais e internacionais apropriadas, a influenciar a marcha da conjuntura, a aplainar os excessos dos *boom* e dos cataclismas, mas as oscilações módicas e periódicas continuam, como o demonstram a economia francesa no momento, a tensão monetária na Inglaterra e fenômenos idênticos em numerosos outros países.

Num sistema de planejamento como o francês, não se devem levar em conta êsses fatos? Sem dúvida, é mais difícil agora do que há 100 anos ou há 50 prever exatamente o comêço de nova crise e a duração de um período

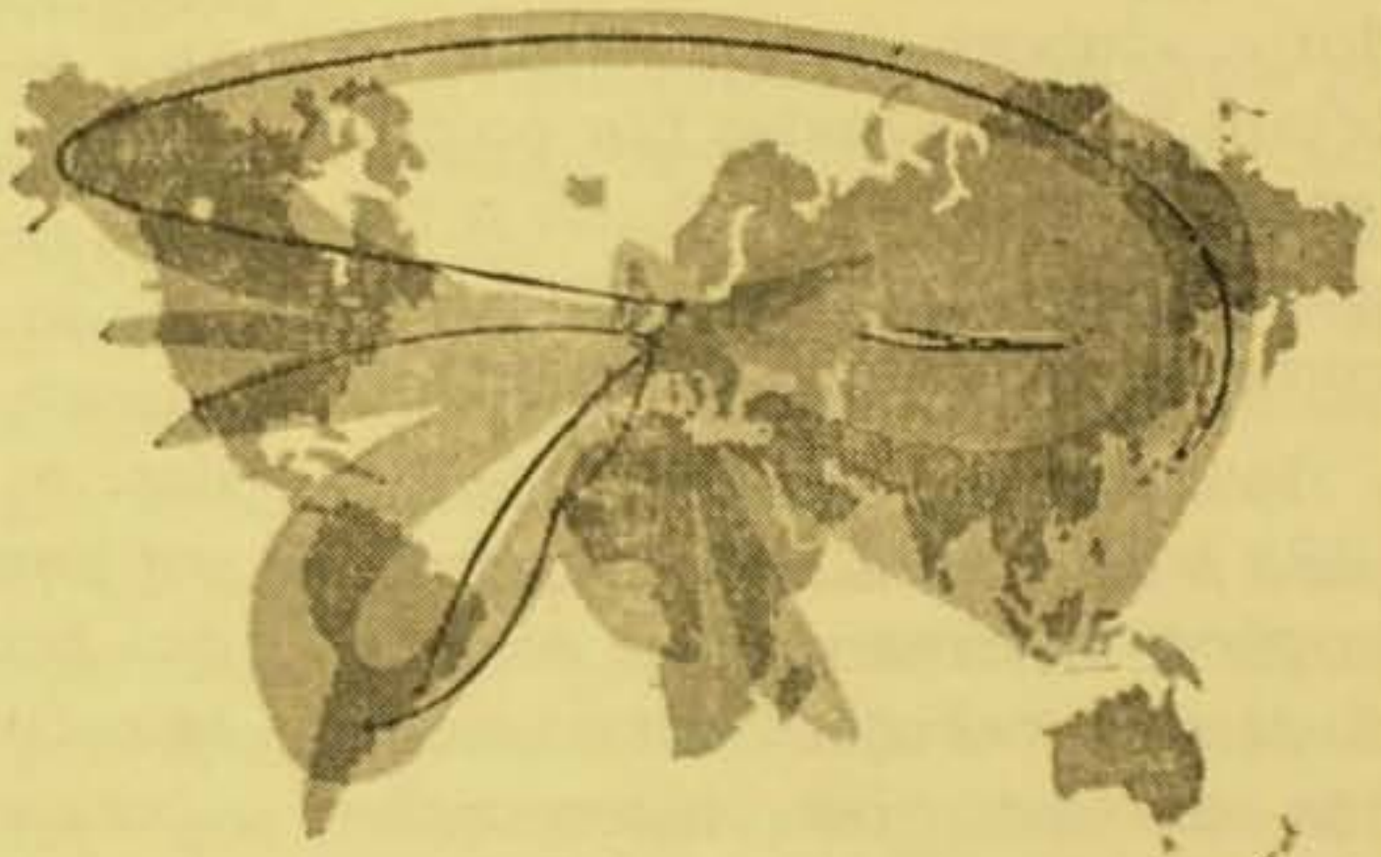
de prosperidade. Mas é bem provável que no transcurso de 4 anos a conjuntura sofra sensíveis variações, que deveriam ser expressas, de uma forma ou de outra, nas previsões do plano.

Além disso, há o problema de saber se não é necessário examinar e retocar anualmente os planos quadrienais. Uma reforma neste sentido impediria pelo menos de se chegar a previsões nìtidamente errôneas e tão distantes da realidade como foi o IV Plano de modernização e de equipamento francês.

Apesar de tôda a controvérsia ainda mantida a respeito das eventuais vantagens ou desvantagens de uma economia influenciada pelos podêres públicos, o plano francês está em vias de ser imitado pela Grã-Bretanha — país que nunca revelou inclinação para uma intervenção do Estado na economia privada além do estritamente indispensável. Evidentemente, o curso da economia inglêsa no pós-guerra está diminuindo a resistência contra essas novas idéias — ainda longe de terem aceitação universal.

VÔOS CADA VEZ MAIS DIRETOS...

VIAGENS CADA VEZ MAIS RÁPIDAS...





Pelo fato de realizar, sempre, progressos de ordem técnica, Air France pode oferecer a seus passageiros um serviço aéreo cada vez melhor. Citemos como exemplo o emprégo do super-jato BOEING 320-B (com um raio de ação de 10.000 quilômetros!) que provocou a multiplicação dos VÔOS DIRETOS INTERNACIONAIS. Portanto, ganho de tempo, confôrto superior, maior segurança... pois um vôo sem escalas aumenta o prazer da viagem e a satisfação dos passageiros.

BUENOS AIRES - PARIS - 13 horas de vôo, com uma só escala em Dacar.

RIO DE JANEIRO - PARIS - 11 horas de vôo, com uma só escala em Madri.

AIR FRANCE

A MAIOR RÊDE AÉREA DO MUNDO

à Votre Service

ESCREVE O LEITOR

ENCARGOS SOCIAIS DO EMPREGADOR — "Inicialmente parabenizo esta revista pelo excelente trabalho inserido na edição de julho, intitulado: "Encargos sociais do Empregador". Sendo o assunto controverso, como explana o autor, acredito que foi muito bem abordado, ressalvando o item XIII — Aviso Prévio, onde se calculou apenas 2,2%. É comum pagar-se integralmente o aviso prévio e no exemplo se considera a despesa sob a condição de permanência do empregado no trabalho pelo tempo do aviso prévio. Porém, êste não foi o motivo da presente, nem isso diminui os elogios iniciais.

Tendo sido instituído por lei o "Fundo de Indenização Trabalhista, que incide em apenas 3% sôbre os salários, verifica-se que no estudo desta revista são encontrados: 10,6% + 2,2% = 12,8%, seus itens: 13 e 16. Pelo exposto, constata-se uma disparidade entre a "lei" 3% e o real 12,8%. Como acreditamos que o fundo foi instituído para se obter a correção de uma anomalia da nossa legislação social, onde o fator econômico não era considerado, não compreendo o porquê da timidez do legislador em escolher o meio-têrmo.

Consciente da capacidade e autoridade técnica da Fundação Getúlio Vargas sôbre matérias econômicas, senti-me estimulado a sugerir um aprofundamento dos estudos e influência desta sôbre o assunto. Confesso que sou entusiasta da instituição do Fundo de Indenização Trabalhista, apenas discordando da fixação dos 3% — que não representam nem 1/4 parte da cobertura das obrigações legais. Indo mais longe, acho que a estabilidade trabalhista deve ser substituída pela compensação econômica dos direitos do empregado, a ser dada em troca de sua permanência no trabalho. Êste parece ser um tema de grande sentido econômico e social, capaz de revolucionar os conceitos de desenvolvimento do país. Conheço ramos industriais impossibilitados de obter situação econômica razoável no Brasil, em face da aberração da nossa legislação, que determina exigências financeiras sem dar condições econômicas para o seu exato cumprimento". CARLOS FERNANDES, Recife, Pernambuco.

— Concordamos em que usualmente o aviso prévio é pago de modo integral, ou melhor, o empregador, ao dispensar o empregado, lhe paga o salário e abre mão dos dias correspondentes ao prazo do aviso. Entretanto, não se pode levar isso em conta, pois não constitui um encargo, mas simplesmente uma atitude assumida livremente pela maioria das emprêsas. O encargo social, no caso, são as 2 horas de que trata o artigo 488 da Consolidação das

Leis do Trabalho. Como foi dito no estudo, o cálculo teve em vista apurar tudo aquilo que o empregador é obrigado a despender, sem que o empregado, em contrapartida, preste algum serviço. Convém notar que, contrabalançando-se os fatôres que reduzem e aumentam a taxa de aviso prévio, êste é inferior a 2,2%. Quanto à indenização, anotamos a sugestão do leitor.

CRIAÇÃO DE GADO DE CORTE — "Atualmente as manchetes dos jornais brasileiros ocupam-se do caso do boi e do empenho da SUNAB em resolver o problema da carne em bases justas para todos. Todavia, parece que sòmente nós que morejamos nos campos de criação de gado no interior de Mato Grosso e Goiás conhecemos a angustiosa situação do criador, e, ao que parece até hoje nunca foi feito um estudo econômico sôbre a criatória que é a mais trabalhosa e mais deficitária atividade pastoril. A tendência é mesmo de desaparecer completamente do território nacional a criação de gado, caso não haja uma imediata e satisfatória interferência do Poder Público em salvação do criador. Caso V. Sas. desejem fazer um estudo sôbre o assunto, antes mesmo que o Brasil passe a importar boi para as invernadas, colocamo-nos a disposição dêste conceituado órgão para orientar e ajudar em qualquer contacto ou pesquisa na nossa região que é característica de Mato Grosso e Goiás (não nos referimos ao criador do Pantanal Mato-grossense onde a vaca cria o fazendeiro e não o fazendeiro cria a vaca). JOÃO D'ESCÓSSIA SEJÓPOLES, Três Lagoas, MATO GROSSO.

— Agradecemos a oferta da colaboração. Aguardamos o envio dos dados, os quais examinaremos. Se fôr o caso, faremos um artigo sôbre o assunto.

ENCARGOS SOCIAIS DO EMPREGADOR — "Tenho o prazer de remeter a V. S.ª em anexo, um estudo sôbre a porcentagem de incidência dos encargos sociais como porcentagem do salário. Os resultados podem variar de firma para firma, mas o critério é aplicável a cada caso. Solicito a V. S.ª o obséquio de mandar examiná-lo e corrigir as eventuais incorreções. Não tive tempo de compulsar a legislação, louvando-me em informações de terceiros, de modo que não estou muito certo sôbre o número de dias do ano em que cada taxa incide.

PORCENTAGEM DE ENCARGOS SOCIAIS A CONSIDERAR SÔBRE AS DESPESAS COM SALÁRIOS:

1 - Pagam-se ao operário por ano		
— dias do ano	365 dias	
— 13.º salário	30 dias	395 dias
No ato da dispensa pagam-se ainda		
— aviso-prévio	30 dias	
— indenização	30 dias	60 dias
		455 dias
2 - O operário folga por ano		
— domingos	52 dias	
— férias	23 dias	
— feriados e dias santos	10 dias	
	85 dias	
— sábados, onde não é dia de trabalho	52 dias	
	137 dias	

Neste estudo supomos que se trabalhe aos sábados, de modo que a folga é de 85 dias por ano.

3 — No quadro abaixo indicamos a despesa anual do empregador com um empregado que ganha um salário diário igual a 100. As taxas que incidem sôbre 395 dias, em vez de 455, não incidem sôbre os dias de aviso-prévio e de indenização; as que incidem sôbre 365 dias (seguro e fundo de indenização) incidem apenas sôbre os dias de trabalho.

Para algumas taxas adotamos os valores médios indicados no estudo sôbre Encargos Sociais do Empregador, *in* Conjuntura Econômica de julho de 1965, pg. 49 e seguintes.

Para o seguro adotamos uma taxa média apurada em nosso Escritório para pessoal de topografia e similares.

Despesa	%	Cr$/dia	Dias/ano	Cr$/ano
Salário		100	455	45 500,0
Encargos Sociais				
IAPI	8,0	8,0	395	3 160,0
SESI ou SESC	2,0	2,0	395	790,0
SENAI ou SENAC	1,0	1,0	395	395,0
LBA	0,5	0,5	395	197,5
INDA	0,3	0,3	395	118,5
BNH	1,0	1,0	395	395,0
Salário-família	4,0	4,0	395	1 580,0
Salário-educação	1,3	1,3	395	513,5
Auxílio-enfermidade	1,9	1,9	395	750,5
Fundo de indenização	3,0	3,0	365	1 095,0
Seguro	6,7	6,7	365	2 444,5
				56 939,5

O empregado trabalhou, de fato, 365 — 85 = 280 dias, pelos quais o valor do seu trabalho é

280 × 100 = 28 000,0

Diferença ... 28 939,5

Essa é a diferença entre o que o empregado custa anualmente ao empregador e o valor do serviço por êle prestado. Logo, a taxa de encargos sociais que se acrescem ao salário é de

$$\frac{28\,939,5}{28\,000,0} = 0,10335,$$

ou seja, 103%. CAMILO DE MENEZES, Copacabana, Guanabara.

— Como *encargos sociais* deve-se considerar apenas os ônus decorrentes de imposições legais a que todo empresário está sujeito pelo fato de possuir empregado. Separadamente, para efeito de custos, pode-se calcular as despesas relacionadas com pessoal. Assim sendo, o hábito de a maioria das emprêsas abrir mão do trabalho do empregado dispensado, durante o prazo de aviso-prévio, não constitui obrigação social. Por essa razão, não se deve computar 30 dias de salário como aviso-prévio e sim duas horas diárias durante o período de 30 ou 8 dias, conforme o caso. Além disso, não se concede um aviso-prévio por ano a cada empregado, como ocorre com as férias e com a indenização que se vai acumulando. Faz-se necessário, portanto, o uso de um coeficiente de redução que espelhe o percentual de empregados anualmente despedidos.

Quando o leitor computou o pagamento de 365 dias por ano, incluiu o aviso-prévio, as férias, o repouso semanal remunerado, os feriados e o auxílio-enfermidade, pois êstes benefícios se verificam exatamente no decorrer dos 365 dias. Dessa forma, ao figurar no

quadro o auxílio-enfermidade, houve dupla contagem, e, conseqüentemente, os encargos ficaram superestimados.

O fundo de indenização é de 3%. Esta porcentagem está absorvida pelo encargo indenização que é bem maior. Poderá ser computado o ônus financeiro da imobilização desta porcentagem que, porém, deve acusar taxa desprezível.

O maior período de férias a que o empregado tem direito é de 20 dias. O leitor calculou 23, talvez tendo em vista os domingos que ocorrem no decurso das férias. Se foi essa a idéia houve dupla contagem, pois já haviam sido computados 52 domingos no ônus do repouso semanal remunerado.

Na Guanabara não há dias santificados aprovados pelo MTPS. Assim os feriados são sòmente os 7 federais.

Finalmente, o único encargo que incide sôbre o 13.º salário, é a contribuição para o Instituto de Previdência. Assim a coluna dias/ano do quadro deve ser composta da forma seguinte:

Despesa	%	Cr$/dia	Dias/ano	Cr$/ano
Salário	100	100	425	42 500,0
Encargos				
IAPI	8	8	395	3 160,0
SESI ou SESC	2	2	365	730,0
SENAI ou SENAC	1	1	365	365,0
LBA	0,5	0,5	365	182,5
INDA	0,3	0,3	365	109,5
BNH	1	1	365	365,0
Salário-família	4	4	365	1 460,0
Salário-educação	1,3	1,3	365	474,5
Seguro	6,7	6,7	365	2 445,5
TOTAL				51 792,0

O empregado trabalhou de fato 365 − 79 = 286 dias, pelos quais pagam-se 286 × 100 = = 28 600,0; diferença 23 192,0

A taxa dos encargos sociais que se acrescem à contraprestação do serviço é: $\frac{23\,192,0}{28\,600,0} = 0,811$, ou seja, 81,1%.

Há 28 anos servindo o comércio do Brasil

RUF é um símbolo mundial de equipamento para escritórios e do sistema de contabilidade mais eficiente para qualquer tipo de emprêsa.

150 ANOS PAILLARD



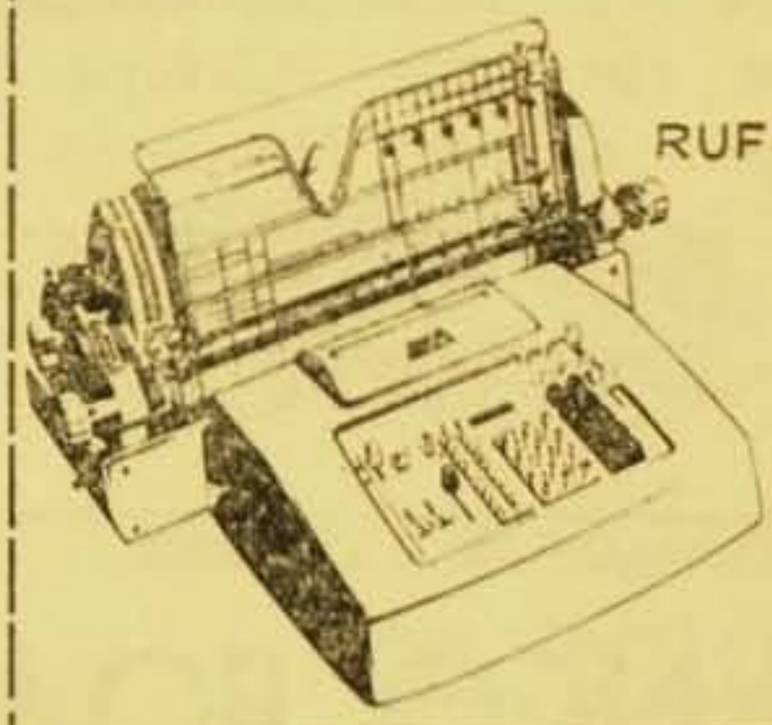
HERMES - 3.000
máquina de escrever
com marginadores voadores.
(Outros modelos Hermes disponíveis)

PRECISA
Máquinas
de somar,
manual
e elétrica

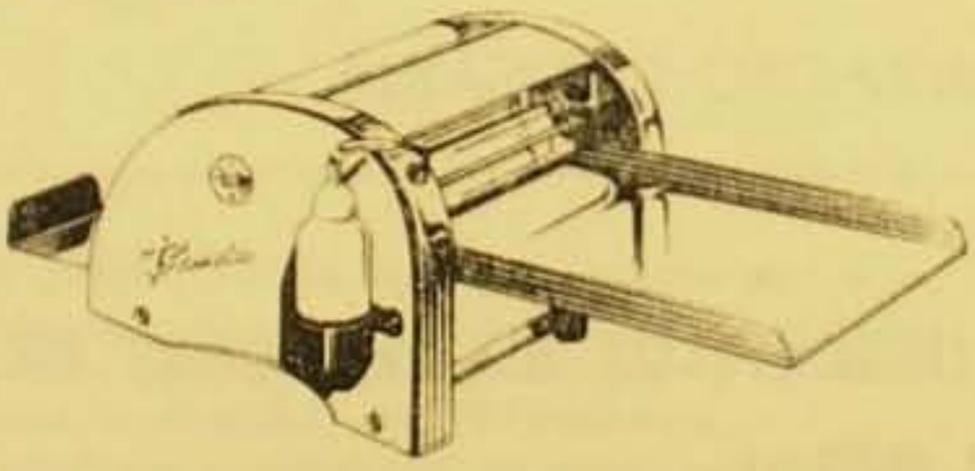




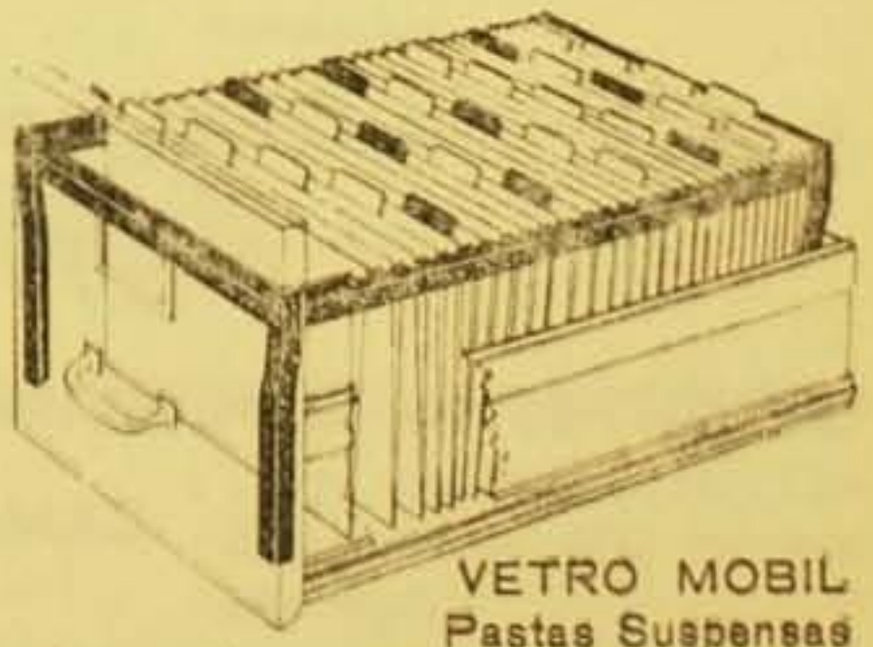
RUF-INTROMAT
A máquina para
Contabilidade
com inserção
frontal dupla



RUF-INTRACONT
Máquina de
Contabilidade
até
25 somadores



DUPLICADORES BANDA,
sem estêncil, sem tinta e sem
gelatina, até 5 côres



VETRO MOBIL
Pastas Suspensas
- mais arquivamento em menos espaço

ORGANIZAÇÃO Ruf S. A.

Equipamento para Escritórios

Rio de Janeiro: Rua Debret, 79-A - Tel. *32-6767
São Paulo: Rua da Consolação, 41 - Tel. *33-9136
Curitiba: Rua João Negrão, 45 s/loja - Tel. 4-6822
B. Horizonte: Av. Afonso Pena, 941-loja 4 - Tel. 2-1902
P. Alegre: R. dos Andradas, 1234-2.º and. - Tel. 5886
Rua da Concórdia, 382 - 1.º andar - Tel. 4-0911

Record 6.196-A

VÁRIAS NOTÍCIAS

ENGENHEIROS, ARQUITETOS E AGRÔNOMOS

Está o Clube de Engenharia empenhado em uma "Campanha de Novos Sócios". No período de 11 de outubro a 16 de novembro, os engenheiros, arquitetos e agrônomos, que solicitarem a sua inscrição no quadro social daquele tradicional clube, serão dispensados do pagamento de jóia.

BANCO BOAVISTA S. A.

UMA COMPLETA ORGANIZAÇÃO BANCARIA

•

DEPÓSITOS — EMPRÉSTIMOS — DESCONTOS E OPERAÇÕES DE CÂMBIO EM GERAL.

•

Só opera no Rio de Janeiro

Capital e Reservas ..... Cr$ 11.544.186.529

DEPÓSITOS GRÜMEY

TARIFAS

DE 3 A 8 DÉCIMOS % SOBRE O VALOR DA MERCADORIA

UM SERVIÇO COMPLETO

PARA MERCADORIAS **QUE VALEM DINHEIRO!**

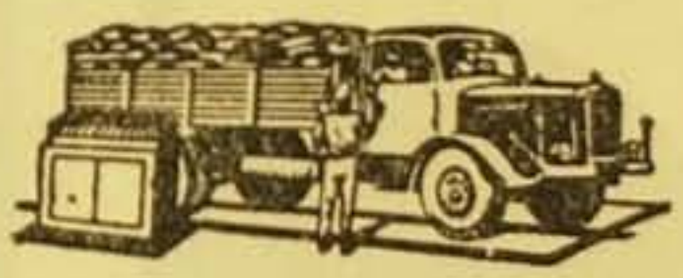


V.S.ª precisa garantir, às suas mercadorias, um serviço à altura do que valem! E é natural que prefira os Depósitos Grümey

Sòmente os Depósitos Grümey lhe oferecem êste modernissimo equipamento:

GUINDASTES

sôbre rodas e pontes rolantes conjugados com balança.





EMPILHADEIRAS

automotrizes com capacidade até 3 toneladas.

BALANÇA AUTOMÁTICA

com prancha de 3 x 10 metros para pesar caminhões e carretas até 40 toneladas.



TRANSPORTADOR MECÂNICO

Tipo cadeia-sem-fim. Capacidade de 600 volumes por hora.

E MAIS! **Serviço especializado de carga, descarga, transbordo e arrumação de material pesado para emprêsas particulares e de transporte, a domicílio, até 30 toneladas.**

Montagem e instalação de maquinaria pesado em suas bases

Armazenagens • Comissários de Despachos Seguros • Warrants com Financiamentos

GRÜMEY S/A

ARMAZÉNS GERAIS GUARDATUDO

FUNDADA EM 1940

Praia de São Cristóvão, 24/34 — Tels.: 54-1601 e 34-4973 — Rio de Janeiro

Armazéns: Cais do Pôrto

CCA CIA. DE CONSTRUTORES ASSOCIADOS

OBRAS PÚBLICAS E INDUSTRIAIS

SÃO PAULO
Rua da Consolação, 65 - 3.º andar
Tels. 35-1097 - 37-7957 - 35-9657 - 35-4676 (PBX)

RIO DE JANEIRO
Av. 13 de Maio, 23 - 19.º - s. 1905/36/37
Tels. 22-8987 e 32-3915

EDIÇÕES DA F G V

Vendas e Assinaturas:

FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

Praia de Botafogo, 186
Caixa Postal 4081 — ZC 05
Tel.: 46-4010 — Ramais 15 e 17
Rio de Janeiro — GB.
Atende-se pelo Reembólso Postal

POSTOS DE VENDA

Livraria — Praia de Botafogo, 186
Livraria — Av. Graça Aranha, 26 — Lojas C e H

LIVRARIA EM BRASÍLIA (D.F.)
SQ. 104 - Bloco A - Lote 11
Tel.: 2-4689

AGENTES:

SÃO PAULO — Capital
Fornecedora de Publicações Técnicas (M. M. de Oliveira Marques)
Rua Quirino de Andrade, 193 - 7.º and.
Tels.: 36-1187 e 36-6629

CAMPINAS — SP.
Renato Vaz Pupo
Rua Campos Salles, 890
Conjunto 1 102

BELO HORIZONTE — MG.
Sociedade Importadora Ltda. (Socimp)
Rua Espírito Santo, 341 - Sala 305
Tel.: 4-5083

JUIZ DE FORA — MG.
Luiz de Souza — C.N.M.E.
Ed. Santa Helena — sala 16

PÔRTO ALEGRE — RS.
Organização Sulina de Representações Ltda. — (Livraria Sulina)
Av. Borges de Medeiros, 1030/1036
Tel.: 9-1087

SALVADOR — BA.
Dmeval Costa Chaves (Livraria Civilização Brasileira)
Rua Dr. Seabra, 322.

RECIFE — PE.
Almir Viggiano Antunes
Ed. Seguradora - Sala 202 - (2.º and.)

RELAÇÃO DE ANUNCIANTES

Aços Villares S. A.	5
Air France	15
Banco Boavista S. A.	112
Banco do Brasil S. A.	132/135
Banco Holandês Unido S/A.	39
Banco Lar Brasileiro S/A.	97
Banco Mercantil de São Paulo S/A.	76
Banco Sul Americano do Brasil S. A.	103
C. C. A. — Cia. de Construtores Associados	114
Cia. Antarctica Paulista	86
Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga	89
Cia. Comércio e Navegação	51
Cia. Ferro Brasileiro	34
Cia. Propac-Comércio e Indústria	91
Cia. Rádio Internacional do Brasil S. A.	8
Cia. Rádio Internacional do Brasil S. A.	94
Cia. Radiotelegráfica Brasileira	101
Credibrás-Financeira do Brasil S. A.	92
Esso Brasileira de Petróleo S. A.	32
First National City Bank	7
Grumey S. A.	113
IBM do Brasil, Ltda.	4.ª capa
Indústrias Químicas Eletro Cloro S. A.	4
Macife S. A.	23
Organização Ruf S. A.	111
Pan American World Airways ...	28
Produtos Alimentícios Fleischmann e Royal Ltda.	3
Projetécnica — Economia & Engenharia Industrial	27
SAS — Scandinavian Airlines System	45
S. A. Tubos Brasilit	24
Shell Brasil S/A (Petróleo)	16
The First, National Bank of Boston	1
Varig S/A.	31

BANCO DO

BALANCETE EM 31

Compreendendo Direção Geral e

A T I V O

DISPONIVEL

Caixa:		
Em moeda corrente	102.434.653.547	
Em outras espécies	9.587.426	102.444.240.973

REALIZAVEL

Operações de câmbio à ordem do Tesouro Nacional	3.457.768.862.512	
Outras contas vinculadas a câmbio	260.736.346.354	3.718.505.208.866

EMPRÉSTIMOS EM CONTA

Da Carteira de Crédito Geral

Ao Tesouro Nacional:		
Saldos das contas de operações anteriores à Lei nº 4.595/64 .	2.261.649.318.884	
Outros débitos	1.855.196.990	2.263.504.515.874
A governos estaduais	12.457.537.669	
A governos municipais	2.995.984.006	
A outras entidades públicas	30.000.000	
A autarquias	102.846.237.674	
A entidades de economia mista	12.025.287.394	
A bancos		
Por conta própria	444.921.182	
Ao comércio (operações especificas sôbre produtos de caráter regional)	24.938.444.161	
Ao comércio (outras operações)	7.141.520.071	
A indústria (operações especificas sôbre trigo estrangeiro e produtos nacionais de caráter regional)	7.431.068.212	
A indústria (outras operações)	19.638.215.540	
A lavoura (operações especificas sôbre produtos de caráter regional)	7.867.285.971	
À lavoura (outras operações	109.554.204	
A pecuária	95.757.831	
A atividades não especificadas	4.340.277.004	
A diversos, em moratória	51.714.219	2.465.918.321.012

Da Carteira de Crédito Agricola e Industrial

Agricolas	364.997.328.774		
Pecuários	93.408.231.334		
Industriais	119.607.359.451		
Industriais para democratização de capital das emprêsas	7.899.476.214		
Para o desenvolvimento industrial ...	19.677.725.850		
Para racionalização da cafeicultura ...	5.783.357.639		
Para investimentos (Convênio com o IBC-GERCA)	1.601.148.029		
Em letras hipotecárias	19.650		
A cooperativas	27.744.216.336		
Para investimentos	373.014.509		
De ordem e conta do Govêrno Federal:			
Para financiamento da produção agricola (Lei Delegada nº 2, de 26-9-62)	19.969.456.679		
Comissão de Financiamento da Produção-Aquisição de produtos agricolas (Lei Delegada nº 2, de 26-9-62)	203.335.266.613		
Para aquisição de produtos agricolas (Trigo Nacional)	19.439.099.442	242.743.822.734	
Diversos, em moratória		510.506.170	884.346.206.690

Da Carteira de Comércio Exterior

De ordem e conta do Govêrno Federal			
A autarquias, para aquisição de produtos de exportação	9.576.594.456		
Para financiamento de exportação (Instrução 215, da SUMOC)		256.528.788	9.833.123.244 3.300.097.650.946

BRASIL S. A.

DE AGÔSTO DE 1965

Agências no país (607) e no exterior (5)

P A S S I V O

NÃO EXIGIVEL

Capital			4.800.000.000
Fundo de reserva		6.584.434.375	
Fundo de previsão		93.882.686.278	
Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensilios		25.276.513.636	
Fundo para prejuizos eventuais		8.181.395.746	
Fundo de indenizações trabalhistas (Lei 4.357, de 16-7-64)		4.500.013.400	138.425.043.435

EXIGIVEL

Operações de câmbio, à ordem do Tesouro Nacional		180.915.958.287	
Outras contas vinculadas a câmbio		2.017.239.243.589	2.198.155.201.876

DEPÓSITOS A VISTA E A CURTO PRAZO

Do Tesouro Nacional:		
Saldo das contas de arrecadação e despesa do exercicio fiscal corrente	70.893.460.302	
Outras contas	202.635.261.500	273.528.721.802
Conta de liquidação de encampação de emissões, Lei nº 4.595/64		1.401.136.662.900
A disposição de entidades federais		257.772.308.724
Fundo de indenizações (Decreto 25.147, de 29-6-48)		34.979.568
Fundo de recuperação econômico-rural da lavoura cacaueira		13.480.000.000
Fundo de renovação agricola		385.202.832
Govêrno Federal, fundo de racionalização da cafeicultura		67.861.950.844
Govêrno Federal, fundo nacional de refinanciamento rural		21.604.816.094
Govêrno Federal, fundo de democratização do capital das emprêsas		97.578.250
Govêrno Federal, fundo especial vinculado a operações de créditos com a AID	73.250.000.000	
Outros créditos	275.020.584.168	2.384.172.805.182
De governos estaduais		18.994.871.358
De governos municipais		15.695.226.646
De outras entidades públicas		111.266.828.578
De autarquias:		
Banco Central da República do Brasil, suprimento especial (Art. 60, da Lei nº 4.595/64)	1.075.398.791.345	
Outras autarquias	603.401.175.989	1.678.799.967.334

BANCO DO

BALANCETE EM 31

Compreendendo Direção Geral e

A T I V O

TITULOS DESCONTADOS			
Da Carteira de Crédito Geral			
A autarquias		100.000.000	
A entidades de economia mista		26.969.235.124	
Ao comércio (operações especificas sôbre produtos de caráter regional)		60.612.923.137	
Ao comércio (outras operações)		75.101.125.440	
A indústria (operações especificas sôbre trigo estrangeiro e produtos nacionais de caráter regional)		98.423.490.639	
A indústria (outras operações)		263.797.915.029	
A lavoura (operações especificas sôbre produtos de caráter regional)		76.420.614.264	
A lavoura (outras operações)		12.139.331.748	
A pecuária		26.189.285.645	
A atividades não especificadas		868.933.129	640.622.854.155
OUTROS CRÉDITOS E VALÔRES			
Créditos			
Titulos a receber de conta própria		65.955.452.801	
Créditos em liquidação		2.828.354.535	
Banco Central da República do Brasil, conta de movimento		103.159.685.110	
Banco Central da República do Brasil, repasse de recursos originários de depósitos		178.014.589.574	
Carteira de Comércio Exterior:			
De ordem e conta do Govêrno Federal:			
Complementação de preços de produtos exportáveis	2.064.747.100		
Compra e venda de produtos exportáveis	12.861.753.339		
Compra e venda de produtos de importação	7.358.542.926		
Comissão executiva do plano de recuperação econômico-rural da lavoura cacaueira (Dec. 40.987, de 20-2-57)	13.480.000.000	35.765.043.365	
Carteira de Colonização, conta de aplicações		2.244.968.731	
Correspondentes no país		1.027.018.702	
Outras contas		56.786.512.311	
Valôres			
Titulos e valôres mobiliários:			
Apólices e outras obrigações federais	352.074.474		
Apólices estaduais	93.395		
Outros titulos e valôres mobiliários	8.924.325.807	9.276.493.676	
Imóveis não destinados a uso do Banco		11.130.146.332	466.188.265.137
Direção Geral e Agências (contas de relações internas)			128.693.947.287 8.314.107.926.391
IMOBILIZADO			
Imóveis de uso do Banco		23.904.238.099	
Móveis e utensilios		9.074.163.935	
Material de expediente		4.369.481.760	
Obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional (Lei 4.357, de 16-7-64)	4.406.168.600	41.754.052.394	
Agências no exterior (conta de capital e reserva)		7.224.772.288	48.978.824.682
DE RESULTADO PENDENTE			
Despesas de juros e comissões		344.635.216	
Despesas de impostos		156.396.393	
Despesas gerais e outras despesas administrativas		54.528.087.948	
Outras contas de resultado pendente		16.473.623.649	71.502.743.206
			8.537.033.735.252
DE COMPENSAÇÃO			
Saldos devedores			491.607.912.903
			9.028.641.648.155

Brasília, DF. 23 de

LUIZ DE MORAES BARROS
Presidente

LUIZ DE PAULA FIGUEIRA
Diretor-Superintendente

BRASIL . S. A

DE AGÔSTO DE 1965

Agências no país (607) e no exterior (5)

P A S S I V O

De entidades de economia mista		185.730.768.510	
De bancos		573.834.522.925	
Do público (compulsórios):			
Judiciais (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)	7.659.130.390		
De emprêsas concessionárias de serviços públicos (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)	1.195.750.174		
Obrigatórios de lucros extraordinários (Decreto-lei 9.159, de 10-4-46)	24.510.071		
Depósitos para investimentos (Lei 3.470, de 28-11-58)	9.213.289.303		
Depósitos para obtenção de letras (Superintendência da Moeda e do Crédito)	16.000		
Depósitos de importadores (Instrução 226, da SUMOC)	293.552.589		
Depósitos de garantia de contratos de câmbio	4.748.553.677		
Depósitos para obtenção de letras (Banco Central da República do Brasil) ..	14.765.332.000		
Outros depósitos obrigatórios	58.524.855	37.958.659.059	
Do público (diversos):			
Sem limite	299.434.111.986		
Limitados	16.780.690.975		
Populares	90.379.215.721		
Sem juros	25.244.872.958		
Outros depósitos	30.922.767.902	462.761.659.542	
Saldos credores de empréstimos		1.319.608.795	5.470.534.917.929
DEPÓSITOS A PRAZO			
De autarquias		2.902.610.408	
Do público (compulsórios):			
Judiciais (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)		9.809.174	
Do público (diversos):			
De aviso prévio	85.219.708.097		
A prazo fixo	896.861.948	86.116.570.045	89.028.989.627
OUTRAS RESPONSABILIDADES			
Banco Central da República do Brasil, mobilização de créditos em moratória		796.882.000	
Carteira de Colonização, conta de recursos		33.173.974	
Aprovisionamento de recursos para desenvolvimento industrial		26.156.961.015	
Aprovisionamento de recursos para democratização do capital das emprêsas		12.500.000.000	
Bônus e letras hipotecárias da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, em circulação		859.664.400	
Correspondentes no país		437.077.682	
Ordens de pagamento		95.263.383.385	
Cobrança efetuada em trânsito		15.189.658.890	
Cheques de viagem		401.130.000	
Clientes do país		17.088.447.679	
Dividendos a pagar		101.542.683	
Letras a pagar (Superintendência da Moeda e do Crédito)		62.839.040.481	
Letras a pagar (Banco Central da República do Brasil)		76.158.453.000	
Outras contas do passivo exigível		47.022.652.459	354.848.067.648 8.112.567.177.080
DE RESULTADO PENDENTE			
Rendas de juros, descontos, comissões e diversas		74.736.491.823	
Outras contas de resultado pendente		206.505.022.914	281.241.514.737
			8.537.033.735.252
DE COMPENSAÇÃO			
Saldos credores			491.607.912.903
			9.028.641.648.155

setembro de 1965

SIDNEY PÓVOA MANSO
Chefe do Departamento de Contabilidade
Contador - C. R. C. - GB nº 19.109
C. R. C. - DF - I. S.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-educativo, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando aos problemas da organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e a conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro

LUIZ SIMÕES LOPES — Presidente da Fundação

ALIM PEDRO — Diretor Executivo

CONSELHO DIRETOR

LUIZ SIMÕES LOPES — Presidente

EUGENIO GUDIN — Vice-Presidente

VOGAIS: João Carlos Vital, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Jorge Oscar de Mello Flores

SUPLENTES: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Rubens D'Almada Horta Pôrto e Carlos Medeiros Silva

CONSELHO CURADOR

MAURÍCIO NABUCO — Presidente

ALBERTO PIRES AMARANTE — Vice-Presidente

MEMBROS: Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Artur Hehl Neiva, Ary Frederico Tôrres, Brasílio Machado Neto, Carlos Alberto de Carvalho Pinto, Cézar Reis de Cantanhede e Almeida, Celso Timponi, Francisco Montojos, Heitor Campelo Duarte, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José Nazareth Teixeira Dias, Jurandi Lodi, Mário Paulo de Brito, Astério Dardeau Vieira e Paulo de Tarso Leal

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

EUGENIO GUDIN — Presidente

OCTAVIO GOUVEA DE BULHÕES — Vice-Presidente

COMISSÃO DIRETORA

MEMBROS: Roberto de Oliveira Campos, Jorge Kingston, Alexandre Kafka (Diretor de Pesq.)

UNIDADES

CENTRO DE ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÔMICA	José Garrido Torres
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS	Julian Magalhães Chacel
CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DE ECONOMISTAS	Ney Coe de Oliveira
CENTRO DE ESTUDOS FISCAIS	Margareth Hanson Costa
CENTRO DE CONTAS NACIONAIS	Isaac Kerstenetzky
CENTRO DE ESTATÍSTICA E ECONOMETRIA	Jorge Kingston

Sede: Praia de Botafogo, 186 — Caixa Postal, 4081-ZC-05 — Fone 46-4010
Rio de Janeiro — Brasil



O SENHOR CONHECE MESMO SEUS FREGUESES ?

Quando a emprêsa era ainda a grande oficina artesanal, ela dependia por inteiro das relações pessoais entre o mestre artesão e os consumidores. O aumento da concorrência, a descentralização dos núcleos produtores obrigaram a emprêsa moderna a não mais depender dos contactos casuais entre seus diretores e fregueses. Como produzir, o que produzir, quanto produzir e para quem produzir? As respostas estão em

PESQUISA MERCADOLÓGICA

Contém a definição e descrição do problema; o processo de execução nas quatro áreas mais importantes: pesquisas motivacional, do produto, de propaganda e de contrôle de vendas, acrescido, ao fim de cada capítulo, de casos relacionados com os problemas discutidos.

Pedidos à

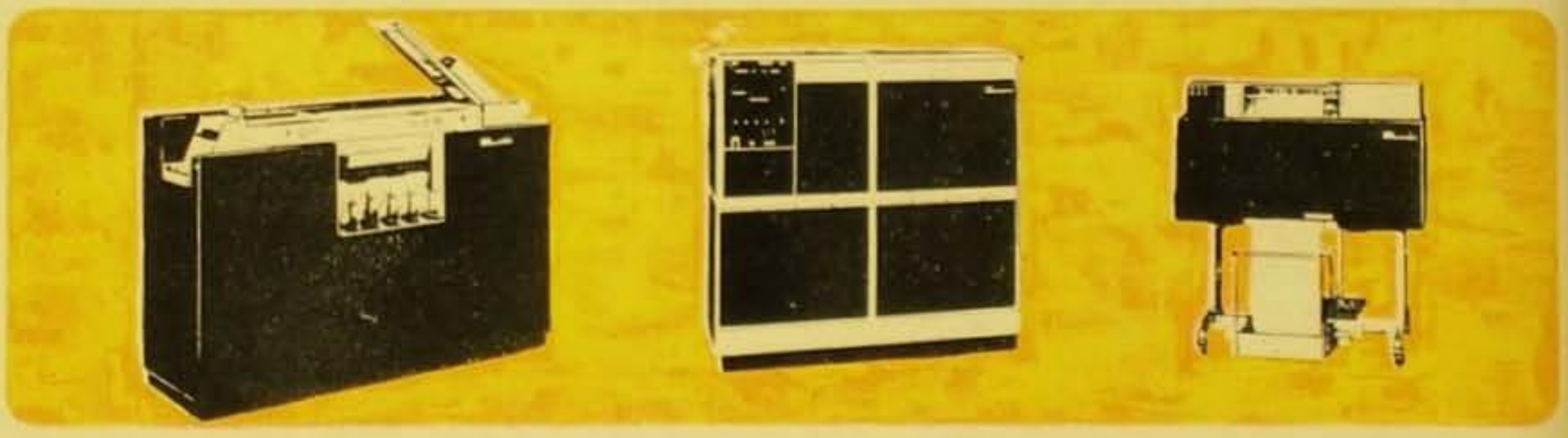
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
serviço de publicações

Praia de Botafogo, 186, ZC-05 — Rio - GB

ATENDE-SE PELO SERVIÇO DE REEMBÔLSO POSTAL



Do alfinête ao helicóptero...



Seja qual fôr a atividade e a grandeza de sua Emprêsa, o Bureau de Serviços IBM tem sempre a melhor solução. A nossa especialidade (e o nosso orgulho) é fazer crescer Emprêsas. Pequenas, médias ou grandes - todas são importantes - merecem sempre atenção especial. O Bureau de Serviços IBM emprega equipamento versátil e de extraordinária precisão. Utiliza pessoal técnico e analistas de sistemas altamente especializados. Executa as mais complexas tarefas, de simples análises contábeis até computações científicas. E o Cliente escolhe o período (mensal, semanal, diário ou apenas uma vez), pagando única e exclusivamente pelo serviço prestado pela IBM, com preços fixados de acôrdo com o volume de trabalho e o equipamento requerido. Em outras palavras: você não está pagando o investimento em máquinas (e nem o espaço que elas ocupam) e até mesmo o treinamento de pessoal especializado. E um orçamento prévio lhe é fornecido, sem qualquer compromisso.

Deixe para o Bureau de Serviços IBM a solução do problema de expansão de sua Emprêsa. Apontaremos a mais adequada, rápida e econômica. Seja ela uma indústria de alfinêtes ou helicópteros.

Procure observar...

IBM

BUREAU DE SERVIÇOS

IBM do Brasil Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. — RIO DE JANEIRO: Rua do Ouvidor, 70 4.º and. - Tel.: 31-4010—SÃO PAULO: Av. São Luiz, 86 - Tel.: 32-5167—FILIAIS: ABC (S. Paulo) Belém - Belo Horizonte - Brasília - Curitiba - Fortaleza - Niterói - P. Alegre - Recife - Salvador - Santos